

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LUCAS CÉ SANGALLI

**Pensando em Sistemas:
Abordagens do sistema internacional**

**Porto Alegre
2010**

LUCAS CÉ SANGALLI

**Pensando em Sistemas:
Abordagens do sistema internacional**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Cepik

**Porto Alegre
2010**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Curso de Graduação em Relações Internacionais

Monografia intitulada “Pensando em Sistemas: Abordagens do sistema internacional”, de autoria do aluno de graduação Lucas Cé Sangalli, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marco Aurélio Cepik – FCE/UFRGS – Orientador

Prof. Dr. Fabio Costa Morosini – FCJS/UFRGS

Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos – FFCH/PUCRS

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2010
Av. João Pessoa, 52 – Campus Centro.

“Por falta de um prego, perdeu-se a ferradura; por falta de uma ferradura, perdeu-se o cavalo; por falta do cavalo, perdeu-se o cavaleiro; por falta do cavaleiro, perdeu-se a batalha; por falta da batalha, perdeu-se o reino”

Ditado popular

RESUMO

O debate acerca do sistema internacional é central à teoria das relações internacionais. Constitui-se também como ponto fundamental ao estabelecimento da própria disciplina de Relações Internacionais em torno de um objeto de estudo consolidado. No entanto, o que se percebe é o desenvolvimento de abordagens concorrentes do termo, de modo que resultam em dissenso e divergência. A aproximação entre a Teoria Sistêmica Moderna de Niklas Luhmann e as Relações Internacionais traz ganhos importantes à desvinculação desse debate das perspectivas já consolidadas nas Relações Internacionais. A abordagem do sistema internacional enquanto sociedade mundial possibilita caminhos teóricos alternativos aos desenvolvidos pelos teóricos das relações internacionais até então, uma vez que o foco dos estudos em relação ao sistema internacional deixa de ser aquele no sentido de compreender como esse se mantém integrado. Deste modo, o objeto da disciplina é enriquecido por uma perspectiva sociológica, ao mesmo tempo em que mantém a diferenciação em outros inúmeros sistemas adaptativos complexos.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Internacional. Sociedade Mundial. Teoria das Relações Internacionais. Realismo Estrutural. Pensamento Sistêmico. Teoria Sistêmica Moderna. Sistemas Adaptativos Complexos. Estruturas Dissipativas.

ABSTRACT

The debate concerning the international system is central to the theory of international relations. It is also essential to the discipline of International Relations foundation vis-à-vis a firm object of study. However what one notices is the development of competing approaches to the term, what resulted in wide disagreement and divergence. The encounter between Niklas Luhmann's Modern Systems Theory and international relations theorizing sheds light over the debate on the international system. The approach of the international system as a world society provides alternative theorizing to those established by theorists of international relations so far, since the focus of the study is no longer the understanding of how the system remains integrated but the explanation of how it resorts to functional differentiation. In this sense, a sociological perspective enriches the object of study of the discipline of International Relations at the same time it differentiates the object in several other complex systems.

KEYWORDS: International System. World Society. Theory of International Relation. Structural Realism. Systems Thinking. Modern Systems Theory. Complex Adaptive Systems. Dissipative Structures.

RESUMEN

El debate sobre el sistema internacional es central para la teoría de las relaciones internacionales. También es de importancia fundamental para la consolidación de la disciplina en relación con un objeto sólido de estudio. Sin embargo, lo que uno percibe es el desarrollo simultáneo de enfoques contrapuestos del término, por lo que se tradujo en la disensión y la divergencia. El acercamiento entre la teoría sistémica moderna de Niklas Luhmann y las Relaciones Internacionales aporta beneficios a la desvinculación del debate sobre el sistema internacional de las perspectivas ya consolidadas en el campo. El enfoque del sistema internacional como una sociedad mundial ofrece alternativas a las teorías establecidas por los teóricos de las relaciones internacionales, ya que el enfoque del estudio ya no es la comprensión de cómo el sistema sigue siendo integrado pero la explicación de cómo se vuelve a la diferenciación funcional mientras que mantiene su conjunto. Por lo tanto, el objeto de la disciplina se enriquece con una perspectiva sociológica, manteniendo al mismo tiempo la diferenciación en otros numerosos sistemas complejos.

PALABRAS CLAVE: Sistema Internacional. Sociedad Mundial. Teoría de Relaciones Internacionales. Realismo Estructural. Pensamiento Sistémico. Teoría Sistémica Moderna. Sistemas Adaptativos Complejos. Estructuras Dissipativas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
PRIMEIRA PARTE	18
PENSAMENTO SISTÊMICO E ANÁLISE POLÍTICA	18
2 PENSANDO EM SISTEMAS: O CONCEITO DE <i>SISTEMA</i> E A COMPLEXIDADE NA CIÊNCIA	20
2.1. Primeiros desenvolvimentos: a Segunda Lei da Termodinâmica e a Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy	21
2.2. A era dos computadores: o surgimento da cibernética	24
2.3. Desenvolvimentos recentes: estruturas dissipativas e sistema autopoietico	26
3 O PENSAMENTO SISTÊMICO NA ANÁLISE POLÍTICA	33
3.1. David Easton e a Análise de Sistemas Políticos	34
3.2. Karl Deutsch e os nervos do governo	40
4 O PENSAMENTO SISTÊMICO NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	43
4.1. A questão dos níveis de análise	44
4.2. As fontes de explicação	46
SEGUNDA PARTE	54
O SISTEMA INTERNACIONAL	54
5 ABORDAGENS CONCORRENTES DO SISTEMA INTERNACIONAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	56
5.1. A abordagem comportamentalista do sistema internacional	58
5.2. A abordagem neorrealista de sistema internacional.....	59
5.3. A abordagem construtivista do sistema internacional	62
5.4. A abordagem pluralista do sistema internacional	64
6 ESTRUTURA, POLARIDADE E ESTABILIDADE: MODELOS SISTÊMICOS PARA A ANÁLISE DO SISTEMA INTERNACIONAL	69
6.1. Teorias da Polaridade e Estabilidade Internacional	72
6.2. Teorias da Estabilidade e a Estrutura do Sistema Internacional	74

7 ESTRUTURA, POLARIDADE E ESTABILIDADE EM KENNETH WALTZ: PODER EXPLICATIVO E LIMITAÇÕES.....	80
7.1. A concepção de estrutura em Kenneth Waltz	81
7.2. Apreciações críticas da concepção de estrutura em Kenneth Waltz.....	86
7.2.2. A crítica aos constrangimentos estruturais	89
8 QUESTÕES CENTRAIS PARA A ANÁLISE DO SISTEMA INTERNACIONAL: PODER EXPLICATIVO E LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM REALISTA ESTRUTURAL.....	95
8.1. Definindo interação no sistema internacional.....	97
8.2. Definindo as unidades do sistema internacional.....	99
8.3. A questão da construção do sistema internacional: social ou mecânico? (ou o embate entre realistas e construtivistas).....	100
8.4. Buzan e a subjetividade em Waltz: o reconhecimento da soberania	102
8.5. O debate agente e estrutura	104
TERCEIRA PARTE.....	107
A SOCIEDADE MUNDIAL	107
9 UMA ALTERNATIVA: A TEORIA SISTÊMICA MODERNA DE NIKLAS LUHMANN	109
9.1. Luhmann e as Relações Internacionais: ou como reduzir a complexidade do mundo real	111
9.2. Como a TSM pode ajudar na compreensão das relações internacionais	114
9.3. Como a TSM pode ajudar na redução da complexidade do sistema internacional	115
9.4. Sistemas sociais complexos e a sociedade mundial.....	118
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	125

1 INTRODUÇÃO

A Ciência do século XX foi a ciência do átomo. Um ponto preto, absoluto, cercado pela órbita de inúmeros outros pontos menores. O átomo solitário; arquétipo da singularidade. Metáfora da individualidade. Em seu centro está a animosidade – o algo mais –, a força motora da vida, mantendo tudo em posição e ordem. O átomo representa poder, conhecimento e certeza. Carrega o poder bruto da simplicidade de um ponto final.

A Ciência do século XXI é a ciência da rede dinâmica. Do sistema completo. Ao contrário do átomo, não tem centro. Nem ponto final. São inúmeros pontos conectados uns aos outros, dispostos em uma teia de interconexões múltiplas, um conjunto de setas que se contorcem e convergem para constituir um emaranhado. Uma imagem inquieta que desaparece em extremidades indeterminadas. A rede é o arquétipo utilizado pra representar todos os circuitos, toda a inteligência, toda a interdependência, todas as coisas econômicas, sociais e ecológicas, todas as comunicações, toda a democracia, todos os grupos, todos os grandes sistemas. É esquiva, enlaçando o imprudente em seu paradoxo sem começo, fim ou centro. É a lógica complexa da inexistência de um fim.

Estamos cercados pela rede de sistemas complexos – desde uma célula biológica, formada por milhares de moléculas distintas que funcionam juntas sem problemas, até nossa sociedade, uma coleção de quase sete bilhões de indivíduos que cooperam na maior parte do tempo – que exhibe incessantemente os sinais de ordem e auto-organização. Compreender essa complexidade é o grande desafio da Ciência contemporânea.¹

É com esse desafio em mente que essa monografia possui como tema principal o *sistema internacional* enquanto complexo da rede de relações internacionais. O que compõe o

¹ Esses dois primeiros parágrafos são uma adaptação do artigo de um dos fundadores da revista *Wired*, Kevin Kelly, que antecipava em 1994 a ideia de *sistema* presente em uma rede como ícone do século XXI. Esse artigo foi publicado pela primeira vez em maio de 1994 na revista *Harper's*. Para o artigo completo, ver <http://www.kk.org/writings/the-electronic-hive-embrace-it.php>. O terceiro parágrafo é uma adaptação do artigo *Taming Complexity* do físico Albert-László Barabási publicado na revista *Nature Physics* em 2005 e que chama a atenção para a necessidade de a ciência do século XXI estudar os sistemas complexos. Para ver o artigo na íntegra, <http://www.nature.com/nphys/journal/v1/n2/full/nphys162.html>.

sistema internacional contemporâneo? Quais as relações que fazem parte dele? Quais são suas unidades? Como compreender esse sistema complexo de múltiplas relações?

É na direção em busca dessas respostas que os capítulos seguintes foram escritos. O principal objetivo é avançar na compreensão desse sistema – por vezes denominado de sistema mundial, sociedade mundial, dentre tantos outros termos. Apesar de ser vastamente utilizado na linguagem das Relações Internacionais (RI) e em tantas outras disciplinas, pouco consenso é observado em relação ao termo.² O objetivo principal se constitui, portanto, em esclarecer, na medida do possível, ao estudante das relações internacionais, bem como equipá-lo com as ferramentas necessárias para avançar na compreensão daquele que é um dos objetos centrais de estudo da disciplina: o sistema internacional.

Com essa finalidade, duas lógicas subjazem ao trabalho. A primeira diz respeito ao fato de ser esta uma monografia sobre o sistema internacional. Portanto, apresenta inúmeras concepções concorrentes do tema, promove um debate acerca do que constitui o sistema internacional e, por fim, propõe uma abordagem alternativa ao mesmo tempo que complementar à concepção do sistema internacional nas RI. Essa abordagem parte da Sociologia e se dá com o objetivo de suscitar alternativas teóricas para as duas disciplinas.

A segunda é o fato de explorar, ao mesmo tempo em que apresenta as concepções do sistema internacional, o desenvolvimento do pensamento sistêmico. Todas as concepções de sistema internacional invariavelmente apresentam, em alguma medida, a lógica inerente do pensamento sistêmico. Podem não constituir, e geralmente não o fazem, uma teoria sistêmica, mas abordam as relações internacionais enquanto sistema internacional.

Outro objetivo do trabalho é encerrar em um esforço conjunto de quatro anos de estudo nos cursos de graduação em Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e em Relações Internacionais. É uma tentativa, portanto, de realizar uma

² Ao longo de todo o trabalho, o termo Relações Internacionais (RI) será utilizado a fim de se referir à disciplina e “relações internacionais” para se referir ao seu domínio real de estudo.

aproximação entre as duas disciplinas a fim de se avançar na compreensão do sistema internacional, de especial importância para a última, mas relevante também para a primeira no que diz respeito à compreensão da sociedade mundial, bem como para o avanço do pensamento sistêmico em ambas disciplinas.

Apesar das críticas por ser “uma ciência de tudo” e da acusação de ser uma ciência superficial, a tentativa de obter-se ganhos mais abstratos e compreensões gerais que o pensamento sistêmico propõe é um custo que deve ser pago a fim de explicar princípios unificadores do amplo ramo de disciplinas especializadas que ordena a Ciência contemporânea. O que busco nesse trabalho é, acima de tudo, compreender não o comportamento individual das partes, mas sim sua orquestração. Recorrentemente, nosso objetivo não deve ser o de compreender do que as coisas são feitas, mas como são compostas e como funcionam em um todo integrado.³ É isso que denomina-se pensamento sistêmico – a busca por propriedades sistêmicas aplicáveis a toda uma coleção de partes independentemente do seu tamanho ou da sua natureza.

Uma vez que a teorização acerca das relações internacionais, em sua natureza própria, é a busca pelo conhecimento generalizado acerca das relações, ou padrões interativos, entre as unidades; o conceito de sistema permanece central para o campo no início do século XXI (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2001, p.140). Uma das principais acusações feitas ao estudo das relações internacionais como uma disciplina independente é a de que seu objeto de estudo é pouco coerente. Portanto, é imprescindível que se consolide a ideia de sistema internacional a fim de que também se consolide o estudo das relações internacionais como um campo independente (BUZAN e LITTLE, 2000, p.33). Para tanto, fundações mais aprofundadas sob as quais será construída a compreensão do

³ Tendo em mente a finalidade desse trabalho, não levantarei as críticas colocadas ao pensamento funcionalista. Estas são as mais variadas e partem das mais distintas correntes de pensamento. Para se aprofundar nas críticas ao pensamento funcionalista/estrutural-funcionalista, ver Davis (1959), Elster (1990) e Holmwood (2005).

sistema internacional devem ser buscadas, constituindo-se em outro objetivo desse trabalho.⁴

O objetivo metodológico mais importante da compreensão do termo sistema internacional está diretamente vinculado à aplicação da análise sistêmica nas Relações Internacionais.⁵ Grande parte das pesquisas na área está vinculada, direta ou indiretamente, com a análise e compreensão do sistema internacional. Em raras ocasiões, entretanto, fica claro para esses pesquisadores e para seus leitores a concepção de sistema internacional.

Apesar da vasta literatura sobre a análise do sistema internacional nas RI, o conceito permanece amplo e pouco coeso, resultando em discussões díspares e, em alguns casos, conflitantes. É possível argumentar que os debates teóricos e metodológicos mais importantes que se deram no campo das RI durante a segunda metade do século XX estiveram centrados na tentativa de identificar a maneira mais apropriada de conceituar, para então analisar, o sistema internacional (BUZAN e LITTLE, 2000, p.17). É evidente, portanto, que os avanços no campo residem, em grande medida, na sua melhor compreensão.⁶

⁴ Para Krasner (1976, p.317), a importância do conteúdo de uma disciplina estar definido em termos de um sistema concreto se dá em função de que para a maioria das ciências sociais, o indivíduo representa a unidade referente de análise no sistema. Os realistas tentaram promover o estado como unidade referente central nas RI, mas essa posição se tornou fortemente contestada em função de eventos que transpassam as fronteiras de uma unidade definida em termos territoriais. O estado teria, portanto, praticamente deixado de existir como uma idealização/construção analítica.

⁵ Um exemplo particularmente coeso da aplicação do arcabouço teórico sistêmico nas RI é a dissertação de mestrado *A (des)construção da grande nação árabe: condicionantes sistêmicos, regionais e estatais para a ausência de integração política no mundo árabe* de Silvia Ferraboli (2005). Outro trabalho em língua portuguesa que vai nesse sentido, mas que recorre a outra abordagem, é a dissertação de mestrado *O conflito israelo-palestino sob a ótica da teoria sistêmica de Niklas Luhmann* de Henry Chemeris (2009).

⁶ Buzan e Little (2000, p.17) destacam em seu livro sobre o desenvolvimento do sistema internacional através da história mundial algumas características da disciplina que tem impedido os teóricos das RI de alcançar um conceito mais sólido. Dentre essas características, mencionam o presentismo, o ahistoricismo, o eurocentrismo, a anarcofilia e o estado-centrismo presentes na teoria das RI. Sugerem, por fim, que muito da presença desses problemas advém da “americanização” das RI que se deu ao longo do século XX. Dentre outras dificuldades gerais, mencionam a disposição nas RI a se adotar uma postura teórica e metodológica monista, o que significa que os analistas têm privilegiado transações políticas e a estrutura política anárquica do sistema em detrimento das outras.

Até mesmo a mais sofisticada abordagem do conceito falha ao tratar de questões elementares. Kenneth Waltz (1979, p.91) fala de um sistema internacional em termos de unidades independentes que agem em conjunto, mas não especifica o grau de interação, ou qual tipo, é necessário a fim de que um sistema exista. Não aborda, portanto, problemas substanciais referentes à teoria sistêmica, como o da existência de um ou mais sistemas atuando lado a lado ou como identificar seus limites, se estes existirem.

Esse trabalho não busca de forma alguma alcançar respostas definitivas ou incontrovertidas em relação a esses questionamentos. Tenta, no entanto, sistematizar a forma como se pensa o sistema internacional, com o objetivo principal de propiciar uma melhor utilização do termo no desenvolvimento de pesquisas futuras.⁷

A escassez da produção nessa área em língua portuguesa se constitui em uma das principais justificativas desse trabalho, bem como as razões pelas quais perguntas extremamente básicas acerca daquele que é um dos principais conceitos da disciplina, permanecem não apenas pouco debatidas, mas também não abordadas de forma apropriada. O debate com outros campos de pesquisa, em disciplinas que não as das Ciências Sociais, proporciona elucidações adequadas, o que fundamenta a tentativa do debate transdisciplinar realizado nesse trabalho, principalmente devido ao fato de os desenvolvimentos recentes do pensamento sistêmico terem sido incorporados pela Sociologia, mas em menor medida pelas RI.

Inúmeras críticas são feitas à utilização do termo sistema, principalmente no que diz respeito ao termo sistema internacional.⁸ No entanto, é importante ressaltar que, em

⁷ Nesse sentido, acho importante mencionar os esforços de Barry Buzan, Charles Jones e Richard Little no livro *The Logic of Anarchy* (1993) e de Buzan e Little no livro *International Systems in World History* (2000), o qual é um desdobramento direto do primeiro, bem como de Robert Jervis no livro *System Effects* (1997), o qual se constitui em uma primeira tentativa de esclarecer questões decorrentes da complexidade da análise sistêmica na vida política e social. No que diz respeito às tentativas de abordar a complexidade no sistema internacional, são centrais os livros *Complexity in World Politics* (HARRISON, 2006) e *Observing International Relations: Niklas Luhmann and World Politics* (ALBERT e HILKERMEIER, 2004).

⁸ Weltman (1973, p.100) coloca que o conceito seria amplamente difundido em função de possibilitar às ciências sociais um senso espúrio de rigor científico, uma vez que é um termo que concebe sistema como a inter-relação entre partes componentes. Tal concepção não levaria à lugar algum e, portanto, deveria ser descartada, uma vez que é tanto irrefutável, quanto inútil. O que essas críticas deixam no lado, no entanto, é

momento algum, o pensamento sistêmico estará sendo proposto como uma abordagem superior à qualquer outra. Muito pelo contrário, pensar em sistemas é procurar uma lógica totalizante, capaz de dar sentido à totalidade e não à cada parte individualmente. É, acima de tudo, uma forma de reduzir a complexidade da realidade a fim de compreendê-la e possibilitar o avanço dos estudos.

Dessa forma, o presente trabalho está dividido em três partes complementares. A primeira – O Pensamento Sistêmico e a Análise Política – busca estabelecer um quadro geral do surgimento do pensamento sistêmico, do aporte deste à análise política e, por fim, do arcabouço teórico fundamental para se pensar em termos de sistemas, primeiramente a política internacional e, em um segundo momento, as relações internacionais como um todo.

Para tanto, o primeiro capítulo compreende o surgimento do conceito de sistema nas ciências em geral. O objetivo desse capítulo é demonstrar a possibilidade de aplicação e compreensão do conceito nas mais variadas disciplinas. Serve também para situar o aluno acerca da explicação do sistema internacional através dos termos da Teoria Sistêmica Moderna (TSM) realizada no capítulo final. De modo geral, o primeiro capítulo foi escrito a fim de situar o estudante no quadro geral do pensamento sistêmico, abordando o conceito desde a Física, passando pela Cibernética e culminando no que alguns denominam de Ciência dos Sistemas Adaptativos Complexos.

O segundo capítulo busca situar o aluno no que tange à incorporação e à utilização do conceito de sistema no campo da Ciência Política, mais particularmente na análise de sistemas políticos. Apresenta o pensamento do autor pioneiro na incorporação do pensamento cibernético à análise política – David Easton – e o pensamento de outro autor pioneiro na incorporação do pensamento sistêmico à análise da política internacional – Karl Deutsch.

que existem inúmeras concepções para o termo sistema, as quais não se limitam a defini-lo como uma inter-relação entre as partes, como exposto nos próximos capítulos.

O terceiro capítulo apresenta elementos centrais para a compreensão do sistema internacional, como as questões do nível de análise, das fontes explicativas e das definições de processo, capacidade de interação e estrutura de um sistema. O objetivo é encerrar um primeiro debate acerca do pensamento sistêmico e de sua incorporação ao campo das relações internacionais, bem como estabelecer os elementos principais para sua análise. O terceiro capítulo conclui a discussão iniciada no primeiro e encerra a primeira parte do trabalho.

A segunda parte busca estabelecer as possibilidades e os limites explicativos de distintas abordagens do sistema internacional. Com essa finalidade, o quarto capítulo apresenta sucintamente as abordagens comportamentalista, neorrealista, construtivista e pluralista da concepção de sistema internacional. Evidencia as críticas de uma à outra, bem como seus limites através do estabelecimento de um quadro geral acerca do conceito.

O quinto capítulo aborda os principais modelos sistêmicos explicativos do sistema internacional. Para tanto, retoma a discussão iniciada no capítulo três acerca de estrutura e processos do sistema internacional através de questões como a polaridade e a estabilidade do sistema. Em grande medida, as discussões realizadas nesse capítulo estão relacionadas à política internacional, em função dessa ser a perspectiva priorizada pelos teóricos das RI no que diz respeito ao sistema internacional.

O quinto capítulo é uma continuação do capítulo anterior, uma vez que aborda as mesmas questões de estrutura, estabilidade e polaridade. No entanto, o faz vinculado ao pensamento de um único teórico: Kenneth Waltz. O capítulo apresenta as principais explicações e limitações da teoria da política internacional do autor presente em seu livro *Theory of International Politics* (1979). A abordagem do autor em capítulo individual se dá devido ao fato deste ter sido o teórico que melhor estabeleceu a conjunção entre o pensamento sistêmico e a explicação da política internacional, de modo a se constituir como teórico central no campo nas RI.

O último capítulo da segunda parte está baseado no que há de mais recente no pensamento sistêmico nas RI; o realismo estrutural de Buzan, Little e Jones (1993).

Apresenta as soluções encontradas pelos autores para questões fundamentais para se pensar o sistema internacional, como a de padrão, grau de interação, tipos de unidades e estruturação. Procura demonstrar a tentativa dos autores de superar a divisão entre neorrealistas e construtivistas no que tange à concepção do sistema internacional através da inserção de elementos construtivistas no neorrealismo. O capítulo apresenta ainda as limitações dessa tentativa, bem como seus avanços.

A terceira parte do trabalho está dividida no capítulo final e nas considerações finais. O último capítulo procura apresentar, em linhas gerais, a concepção de sociedade mundial através da Teoria Sistêmica Moderna (TSM) do sociólogo alemão Niklas Luhmann e os avanços na concepção do sistema internacional daí decorrentes. Busca, portanto, encerrar uma aproximação entre as RI e a Sociologia, a fim de possibilitar novos caminhos para ambas disciplinas.

As considerações finais estabelecem as conclusões da pesquisa, além de sugerir novos caminhos provenientes da aproximação entre as Relações Internacionais e a Sociologia.

PRIMEIRA PARTE
PENSAMENTO SISTÊMICO E ANÁLISE POLÍTICA

Essa primeira parte do trabalho busca estabelecer um quadro geral do surgimento do pensamento sistêmico, do aporte deste na análise política e, por fim, do arcabouço teórico fundamental para se pensar as relações internacionais em termos de sistemas, o qual é complementado pelo penúltimo capítulo do trabalho.

2 PENSANDO EM SISTEMAS: O CONCEITO DE *SISTEMA* E A COMPLEXIDADE NA CIÊNCIA

Esse capítulo tem como objetivo principal situar o leitor no quadro do que é denominado de *pensamento sistêmico*. A razão para isso se dá em função de que, para discutir o sistema internacional é necessário compreender o próprio desenvolvimento em torno do termo *sistema* (e de outros termos afim, tais como estrutura, processo e organização). De modo geral, o pensamento sistêmico busca estabelecer uma compreensão de como as coisas influenciam umas às outras dentro de uma totalidade maior. Pode ser compreendido como uma abordagem que busca explicações no todo e não na análise das partes separadamente. É, acima de tudo, a ideia de que as partes que compõem a totalidade são melhor conhecidas se estudadas em seu contexto de relações umas com as outras, assim como com outros sistemas, ao invés de isoladamente.⁹

Levando-se em consideração que o pensamento sistêmico pode ser compreendido como o estudo transdisciplinar dos sistemas em geral, deixo claro desde o início que, devido à vasta produção do campo, é impossível dar conta de todos autores e perspectivas relevantes em um só capítulo ou trabalho. Uma vez que esse capítulo tem caráter meramente introdutório, desde já peço desculpas por qualquer omissão mais grave.¹⁰

A primeira seção do capítulo aborda fundamentalmente a concepção de sistema proveniente da termodinâmica e a da teoria geral dos sistemas de Ludwig Von Bertalanffy (1975). A seção seguinte aborda os desenvolvimentos do conceito realizados

⁹ Para Capra (1996, p.31), “de acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes”. Para Bánáthy (1997, p.22), “a perspectiva sistêmica é uma visão de mundo baseada na disciplina de pesquisa sistêmica. Central à pesquisa sistêmica é o conceito de sistema. Em seu sentido mais geral, sistema significa uma configuração de partes conectadas e colocadas juntas através de uma rede de relações”.

¹⁰ Para se aprofundar no assunto, ver Bánáthy (1996; 2000), Bertalanffy (1969), Capra (1996), Checkland (1981), Gall (2003), Gharajedaghi (2005), François (1997), Hutchins (1996), Meadows (2008), Skyttner (2006), Wilson (1990).

pelo campo da cibernética.¹¹ Por fim, abordo conceitos que serão centrais para a compreensão do capítulo final, quais sejam, as noções de autopoiese e auto-referência de Maturana e Varela (1997). Acho importante deixar claro que as abordagens de sistema que descreverei nesse capítulo são, algumas vezes, concorrentes e acabam descartando uma à outra.

2.1. Primeiros desenvolvimentos: a Segunda Lei da Termodinâmica e a Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy

No que diz respeito à busca por princípios gerais que governam os sistemas, devemos nos remeter aos estudos da Física do século XIX. As discussões iniciais são provenientes dos estudos de Sadi Carnot no campo da entropia, mais precisamente, suas “leis da termodinâmica”. A segunda lei (aprimorada por Clausius em 1859) define a entropia de um processo térmico como *a energia dissipada dividida pela temperatura na qual o processo ocorre*. A entropia, enquanto medida do grau de desordem do sistema, permaneceria em constante aumento ao longo da ocorrência de todo o processo, de maneira irreversível e, portanto, irrecuperável. Desta forma, Carnot compreendia as máquinas térmicas como sistemas físicos isolados ou fechados, que perdiam calor espontaneamente e de modo crescente. A dissipação de energia do sistema estaria diretamente relacionada ao grau de desordem do mesmo.¹²

¹¹ Nesse contexto, cibernética compreende as pesquisas interdisciplinares iniciadas por volta do 1940 e que conecta estudos dos campos de sistemas de controle, teoria de redes elétricas, engenharia mecânica, modelos lógicos, biologia evolutiva, neurociência, antropologia e psicologia, dentre outros campos.

¹² Capra (1996, p.138) explica que “com a invenção das máquinas térmicas, a irreversibilidade da dissipação de energia no atrito, a viscosidade (a resistência de um fluido à fluência) e as perdas de calor tornaram-se o foco central da nova ciência da termodinâmica, que introduziu a ideia de uma ‘flecha do tempo’”. O sentido da flecha do tempo implicaria na compreensão de que “toda a máquina do mundo está deixando de funcionar, e finalmente acabará parando” (1996, p.54). Essa concepção clássica de sistema está presente, de modo análogo, na concepção acerca do funcionamento do sistema capitalista de produção, pois que coloca que “o desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (MARX e ENGELS, 2006, p.57). Se um mercado pode funcionar completamente livre de controles humanos, como colocado por Adam Smith, então o sistema é o pior inimigo do próprio sistema. A ideia de falência do sistema capitalista

Essa concepção de um sistema em crescente desordem entrava em conflito direto com a concepção sistêmica evolucionista clássica presente na Biologia da época. A ideia conflitante residia na possibilidade do mundo tender a uma desorganização contínua e irreversível, uma vez que, para a Biologia, os seres vivos tenderiam ao aumento da sua complexidade lógica – ou seja, de sua ordem – em progressiva evolução (RODRIGUES, 2006, p.50).

A contradição entre a concepção de sistema da termodinâmica e a dos organismos vivos enquanto sistemas seria superada através da proposta de abertura do sistema feita pelo biólogo Ludwig Von Bertalanffy.¹³ Para tanto, defendeu o desenvolvimento de uma biologia orgânica (organicista para a Filosofia) em contraposição à concepção mecanicista da época. Percebia na Biologia a necessidade maior de encontrar os princípios organizativos dos seres vivos nos seus mais diversos níveis (ou seja, não apenas em sua dimensão físico-química, mas também na de seus fenômenos vitais). A concepção dos organismos, para tanto, deveria ser total (ou seja, deveriam ser vistos como sistemas).

Ao propor que os organismos vivos deveriam ser compreendidos como sistemas abertos, colocou:

“Comprendemos imediatamente, porém, que pode haver sistemas em equilíbrio no organismo, mas que o organismo enquanto tal não pode ser considerado um sistema em equilíbrio. O organismo não é um sistema fechado, mas aberto. Dizemos que um sistema é ‘fechado’ se nenhum material entra nele ou sai dele. É chamado de ‘aberto’ se há importação e exportação de matéria. Há, por conseguinte, um contraste fundamental entre os equilíbrios químicos e os organismos que realizam um metabolismo. O organismo não é um sistema estático fechado ao

em Marx se aplicaria somente se o sistema fosse puramente capitalista, o que nunca ocorreu. Caso contrário, Marx estaria extremamente errado e o que se percebe é um sistema capitalista que, ao invés de se desfazer, se adapta ao seu ambiente e, juntamente com a democracia liberal, se torna o resultado final hegeliano de um ecossistema internacional em evolução (FUKUYAMA, 1993, p.48). Para Ilya Prigogine, como veremos mais adiante nesse capítulo, é a irreversibilidade que produz ordem a partir do caos.

¹³ Em 1954, junto com Kenneth Boulding, Bertalanffy fundou a Sociedade Internacional da Teoria Geral dos Sistemas (mais tarde transformada na Sociedade Internacional de Ciências Sistêmicas). Apesar de Bertalanffy já ter formulado suas ideias nos anos 1930, ele não foi reconhecido até que um dos seus textos clássicos aparecesse no periódico americano *Science* nos anos 1950. Na época, a ideia de que sistemas possuíam características independentes das áreas às quais pertenciam era nova e revolucionária.

exterior e contendo sempre componentes idênticos. É um sistema aberto em estado (quase)estável, mantido constante em suas relações de massa dentro de uma contínua transformação de componentes materiais e energia, no qual a matéria entra continuamente vinda do meio exterior e sai para o meio exterior” (BERTALANFFY, 1975, p.167).

A ideia de que os organismos vivos se manteriam através da troca de matéria e energia com o meio no qual estavam inseridos, de modo que fossem considerados sistemas “quase em equilíbrio”, não conflitava com a ideia de evolução. No entanto, a concepção de organismos vivos como sistemas abertos deu início a um novo debate epistemológico que perdura até nossos dias. O debate foi reforçado pelo surgimento dos primeiros estudos na área da cibernética por volta do ano de 1943; essa nova ciência colocaria de vez um fim ao problema de “abertura” e “fechamento” de um sistema ao introduzir o conceito de retroalimentação (*feedback*), resultado da incorporação de pressupostos da fisiologia à cibernética (RODRIGUES, 2006, p.52).

Bertalanffy passou a buscar, a partir de então, uma teoria sistêmica que pudesse dar conta de todos os sistemas nas mais variadas disciplinas (teoria dos conjuntos, teoria das redes, cibernética, teoria dos autômatos, teoria dos jogos, etc.): a teoria geral dos sistemas.¹⁴

¹⁴ Rodrigues (2006, p.51) destaca alguns motivos pelos quais Bertalanffy advogou um caráter de ciência para a teoria geral dos sistemas: “a) construir uma direção contrária ao reducionismo e generalizar os conceitos científicos; b) superar a noção clássica de sistema e introduzir, dada a necessidade do aumento da complexidade do conhecimento, novas categorias analíticas não contempladas, tais como organização, auto-conservação, direção e teleologia; c) superar a perspectiva linear da ciência clássica e introduzir uma perspectiva complexa; nesse caso, considerando sempre um número crescente de variáveis implicadas no fenômeno; d) possibilitar a construção de novos modelos conceituais nas ciências biológicas, sociologias e psicológicas e preterir, assim, os modelos hegemônicos (principalmente o mecanicismo) propostos pela Física; e) contemplar modelos isomórficos em diferentes ciências e ampliar o campo interdisciplinar da pesquisa e do conhecimento científico”. De modo geral, a teoria geral dos sistemas, como uma ciência básica, lida, em níveis abstratos, com propriedades gerais dos sistemas, independentemente de sua forma física ou campo de aplicação. Promove uma forma de abstração da realidade; simplificando ao mesmo tempo em que captura sua multidimensionalidade. Está fundamentada no pressuposto de que todos os tipos de sistemas (concretos, conceituais, abstratos, naturais ou produzidos pelo homem) possuem características comuns independentemente da sua natureza interna, atuando como uma teoria transdisciplinar.

2.2. A era dos computadores: o surgimento da cibernética

A busca pelos princípios gerais que governam os sistemas foi mais proeminente após a invenção dos computadores. Em 1940, cientistas já propunham analogias entre computadores e organismos vivos. No mesmo ano, a Fundação Josiah Macy Jr. patrocinou uma série de encontros científicos interdisciplinares que foram organizados e realizados por um pequeno grupo de cientistas e matemáticos que exploravam os princípios comuns a uma ampla variedade de sistemas complexos.¹⁵

Um dos mais destacados integrantes do grupo foi Norbert Wiener, cujo trabalho sobre o controle de armas anti-artilharia durante a Segunda Guerra Mundial o convencera de que a ciência subjacente aos sistemas complexos, tanto na Biologia, quanto na Engenharia deveria se concentrar não nos conceitos de massa, energia e força presentes na Física clássica, mas nos de retroalimentação, controle, informação, comunicação e propósito (ou “teleologia”).

Os encontros levaram Wiener a batizar essa nova disciplina de cibernética, palavra derivada do termo grego que designa “timoneiro” – o que conduz o navio. Wiener resumiu a nova ciência nesse sentido, ao considerá-la como todo o campo da teoria do controle e da comunicação, seja na máquina ou no animal.

As pesquisas de Wiener também se relacionavam ao estudo do sistema nervoso e da psicologia, além de levarem em consideração os avanços desenvolvidos no campo da probabilística por Willard Gibbs. Procurava encontrar mecanismos neurais subjacentes

¹⁵ As discussões e escritos desse grupo de ciberneticistas concentraram-se em questões como as analogias possíveis entre sistemas vivos e sistemas mecânicos. Os resultados desses trabalhos foram o autômato auto-reprodutor de Von Neumann, o qual estabeleceu conexões entre as noções de informação e reprodução; o “Design do Cérebro” de Ross Ashby, uma proposta influente sobre como as ideias de dinâmica, *feedback* e informação deveriam ser incluídas aos estudos da neurociência e da psicologia; o modelo dos neurônios como mecanismos lógicos de McCulloch e Pitts, o qual foi a fundação para o desenvolvimento posterior do campo das redes neurais; a aplicação de Mead e Bateson das ideias da cibernética na psicologia e na antropologia; e os livros de Wiener, *Cybernetics* e *The Human Use of Human Beings*, o qual buscou apresentar uma visão unificada do campo e sua relevância para as mais diversas disciplinas.

aos processos mentais a fim de explicitar em linguagem matemática como o controle comunicacional acontecia.¹⁶ Para Rodrigues (2006, p.52):

“o objetivo da cibernética era o de conhecer, através de uma generalização de modelos matemáticos, como os sistemas (animais e máquinas) conseguiam obter certo nível de informação e retroalimentação dessa informação (auto-informação), de forma a obterem a manutenção de sua homeostase (equilíbrio) – meta do sistema -, colocando-se fora do processo entrópico ‘natural’ de dissipação, conforme defendia a termodinâmica”.

A concepção de retroalimentação esclarece a noção de circularidade alimentativa, bem como o processo de homeostase e auto-regulação, uma vez que coloca que aquela contém em si a ideia de estabilidade, equilíbrio, circularidade operacional e manutenção sistêmica. “Essa ideia de estabilidade de um sistema conduz à noção de padrão; padrão de comportamento ou de um tipo de organização de determinado sistema. O fato de um padrão qualquer ser mantido numa unidade sistêmica nos leva, conseqüentemente, à ideia de (auto)manutenção” (RODRIGUES, 2006, p.54).

A cibernética vai utilizar o termo retroalimentação para se referir genericamente a um sistema qualquer (uma máquina mecânica ou um organismo vivo) no qual a alimentação do sistema (*input*) constitui-se em parte da resposta do sistema (*output*). Colocado de outra forma, a resposta (*output*) será convertida pelo próprio sistema numa nova alimentação (um novo *input*).¹⁷

¹⁶ Da neurofisiologia, com o auxílio da matemática, são provenientes as contribuições para o entendimento de como em um movimento com o braço, o cérebro e o sistema nervoso trocam informação (realimentadas) quanto à trajetória que segue o braço. “O sistema nervoso deve informar o cérebro a fim de que este corrija o movimento sobre as direções da rota, (re)informando o sistema nervoso, considerando a rota mais racional apresentada pelo movimento do braço para alcançar um objeto qualquer” (RODRIGUES, 2006, p.50).

¹⁷ Em *The human use of human beings*, Wiener (1984, p.24) define a retroalimentação como sendo: “o controle de máquinas com base no seu desempenho efetivo em vez de no seu desempenho esperado [...] e envolve membros sensórios que são acionados por membros motores e desempenham a função de detectores ou monitores; isto é, de elementos que indicam um desempenho a função desses mecanismos é controlar a tendência mecânica para a desorganização; em outras palavras, de produzir uma inversão temporária e local da direção normal da entropia”.

Tentativas de desenvolver modelos matemáticos baseados na lógica presente em redes neurais deram origem à noção de auto-organização de McCulloch e Pitts. O avanço realizado por essa nova concepção sistêmica (auto-organização) residia no fato de que, ao mesmo tempo em que admitia a troca de matéria e energia indicada por Bertalanffy, também concebia o sistema de forma fechada em termos de operacionalidade. O fechamento do sistema não se constituía, desta forma, na impossibilidade total de ocorrência de qualquer forma de troca com o meio (ou seja, incorporação de matéria e energia), mas correspondia a um fechamento operacional (informacional) em termos da dinâmica de seus componentes (RODRIGUES, 2006, p. 54).

Antes da ideia de auto-organização, sistemas podiam representar qualquer combinação entre elementos que indicasse alguma ordem (desde um simples conjunto de partes até a conexão entre essas partes). O aporte da ideia de auto-organização implica na obrigatoriedade da existência de uma unidade sistêmica, como colocado por Rodrigues (2006, p.57): “a auto-organização pressupõe uma unidade definida em termos de suas fronteiras com a ambiente em que está inserida e também faz com que essa unidade não possa ser vista em termos não-sistêmicos”.

De modo geral, o que o autor quer dizer é que, ao falar-se em auto-organização, deve-se pensar em uma unidade discreta: um sistema que é capaz de se organizar não pode ser considerado meramente como um agregado de elementos externos (ou até mesmo uma estrutura). A ideia de sistema, nesse caso, seria resultado da existência de processos interiores e provenientes de componentes pré-existentes no interior do próprio sistema.

2.3. Desenvolvimentos recentes: estruturas dissipativas e sistema autopoietico

Os primeiros avanços em direção a uma descrição substancial de sistemas auto-organizados foi a teoria das “estruturas dissipativas” de Ilya Prigogine (1967). O autor buscou compreender como organismos vivos conseguem manter seus processos de vida em condições de não-equilíbrio.

No início da década de 1960, sugeriu que sistemas afastados do equilíbrio fossem descritos através de equações não-lineares, o que resultou na sua teoria da auto-organização. Em resumo, os achados do autor, através da análise das “células de Bénard”, demonstraram que, à medida que o sistema se afasta do equilíbrio (no seu caso, a partir de um estado com temperatura uniforme ao longo de todo um fluido), este atinge um ponto crítico de instabilidade, do qual emerge um padrão ordenado (no caso, um padrão hexagonal ordenado).

O desenvolvimento da termodinâmica não-linear de Prigogine possibilitou a descrição do fenômeno da auto-organização em sistemas abertos afastados do equilíbrio. A noção de estrutura proveniente da termodinâmica não-linear possui uma natureza diferente da proveniente da termodinâmica clássica. As “estruturas dissipativas” enfatizam a associação paradoxal entre estrutura e ordem, de um lado, e dissipação, de outro. Como Capra (1996, p.71) coloca: “na termodinâmica clássica, a dissipação de energia na transferência de calor, no atrito e em fenômenos semelhantes, sempre esteve associada com desperdício. A concepção de Prigogine de uma estrutura dissipativa introduziu uma mudança radical nessa concepção ao mostrar que, em sistemas abertos, a dissipação torna-se fonte de ordem”.

A teoria final de Prigogine (1980; 1984) coloca que as estruturas dissipativas além de se manterem em um estado afastado do equilíbrio, também são capazes de “evoluir” no decorrer do tempo. “Quando o fluxo de energia e matéria que passa através delas aumenta, podem experimentar novas instabilidades e se transformar em novas estruturas de complexidade crescente” (CAPRA, 1966, p.72).

O avanço de Prigogine reside, portanto, na demonstração de que, apesar de as estruturas dissipativas receberem sua energia do exterior, as instabilidades e os saltos para novas formas de organização são o resultado de flutuações amplificadas por laços de realimentação positivos. Desta forma, a amplificação da realimentação, que gera um “aumento disparado”, e que sempre foi percebida como destrutiva pela cibernética, aparece como uma fonte de nova ordem e complexidade na teoria das estruturas dissipativas (CAPRA, 1996, p.72).

No início da década de 1970, os biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela (1997) propuseram a utilização de outro termo para a definição de sistema. Em um primeiro momento, o termo *autopoíese* foi utilizado a fim de se referir não somente a seres vivos, mas também ao sistema nervoso como um sistema fechado auto-referenciado (de onde decorre a teoria da cognição de Santiago).¹⁸

A razão pela qual os sistemas voltaram a ser percebidos como sistemas fechados nesse momento é distinta daquela pela qual o eram pela termodinâmica. Ao buscarem a superação da perspectiva positivista-funcionalista na Biologia, Maturana e Varela propuseram uma dinâmica operacional – não funcional – que considerava o ser vivo como um ente auto-referido. Ao estudarem a participação do Ácido Desoxirribonucleico (DNA) na síntese de proteínas, os autores descobriram que os organismos vivos eram unidades discretas. Ao definirem auto-referência, explicitaram que:

“Um ser vivo ocorre e consiste na dinâmica de realização de uma rede de transformações e de produções moleculares, tal que todas as moléculas produzidas e transformadas no operar desta rede formam parte da rede, de modo que, com as suas interações: a) geram a rede de produções e de transformações que as produziu ou as transformou; b) dão origem às fronteiras (*borders*) e à extensão da rede como parte de seu operar como rede, de modo que esta fica dinamicamente fechada sobre si mesma, formando um ente molecular discreto que surge separado do meio molecular que o contém por seu próprio operar molecular; c) configuram um fluxo de moléculas que, ao incorporar-se na dinâmica da rede, são partes ou componentes dela, e ao deixar de participar da dinâmica da rede deixam de ser componentes e passam a ser meio” (MATURANA e VARELA *apud* RODRIGUES, 2006, p.58).

A partir da perspectiva sistêmica de Maturana e Varela (1997), a forma como era vista a troca de matéria e energia colocada pela noção de sistema aberto de Bertalanffy indicava que estas supriam o sistema em termos meramente energéticos; ou seja, não compreendia

¹⁸ Capra (1996, p.77) coloca que “*auto*, naturalmente, significa ‘em si mesmo’ e se refere à autonomia dos sistemas auto-organizadores, e *poiése* – que compartilha da mesma raiz grega com a palavra ‘poesia’ – significa ‘criação’, ‘construção’”. Disto decorre que autopoíese significa “autocriação”. Rodrigues (2006, p. 58) complementa ao colocar que “o conceito de autopoíesis, desenvolvido mais tarde, constituir-se-á paradigmático não apenas na Biologia, mas para todo um novo enfoque sistêmico, com uma renovada dimensão epistemológica em sua abordagem; qual seja: Maturana e Varela passaram a afirmar que os sistemas vivos são sistemas operacionalmente fechados e entidades auto-referidas”.

nem uma alimentação informacional, nem qualquer alteração na circularidade (ou seja, fechamento) operativa da ação, nem na rotina dos componentes internos do sistema.¹⁹ Para Rodrigues (2006, p.58), caso não houvesse essa circularidade referenciada em si mesma, o fluxo de matéria e energia advinda do meio ambiente (externa ao sistema) transformaria o sistema em ambiente, de modo que corromperia suas estruturas operacionais que o caracterizavam como unidade discreta. No entanto, o que se verifica é que a matéria proveniente do ambiente externo vai se adequar à operacionalidade informacional do sistema, tendo a função exclusiva de supri-lo energeticamente.

A compreensão dos sistemas autopoieticos como sistemas fechados que se auto-referenciam não implica no entendimento de que estes estão completamente isolados do meio ambiente, mas sim que estão fechados operacionalmente de forma recursiva.²⁰ A auto-referência, nesse caso, não corresponde à noção de retroalimentação (na qual existe uma informação circular que surge e desaparece em um mesmo ponto sempre da mesma forma). Rodrigues (2006, p.60) coloca que:

“a autopoiese requer produção, transformação, adaptação do sistema em relação às transformações do seu meio (entorno). Mesmo sendo a sua operacionalidade fechada como uma rede (ou anéis) de interação sobre si própria, ela é plástica no sentido de que suas interações se auto-produzem recursivamente caso haja modificações no ambiente em que o sistema está acoplado, como forma de manutenção do próprio sistema (adaptação)”.

Portanto, a autopoiese vai se diferenciar da mera circularidade informacional repetitiva por exigir uma interpretação semântica do sistema em relação às alterações do ambiente.

¹⁹ É a autopoiese que permite que os seres vivos sejam autônomos. As atividades dos sistemas autônomos são majoritariamente direcionadas para o interior do sistema, com a função exclusiva de preservar a autonomia *per se*. Manter a ordem interna ou sua própria identidade sob novas condições demanda frequente reorganização interna. As características do sistema autopoietico são metabolismo, reparação, crescimento e replicação. Esses sistemas mantêm sua organização através de uma rede de processos de produção de componentes, os quais, por sua vez, geram a mesma rede que os produziu. Sistemas autopoieticos avançados são capazes não somente de se organizar, mas também de ordenar seu ambiente com eficiência cada vez maior.

²⁰ O sistema autopoietico deve estabelecer um limite entre o universo do qual é parte e si mesmo a fim de manter sua identidade. Todos os sistemas autopoieticos estão sob a influência de variações aleatórias, as quais possibilitam a emergência e evolução de novas identidades sistêmicas.

Para Rodrigues (2006, p.60), “um sistema só pode determinar-se (constituir-se e modificar-se) lançando mão apenas de suas próprias estruturas [...] ao mesmo tempo em que esta espécie de autonomia operativa pressupõe uma cooperação, uma acomodação, ao entorno, ao ambiente em que está acoplado”.

No entanto, não é o entorno que possui a capacidade de reproduzir o sistema, uma vez que, a partir dos pressupostos da autopoiese, o sistema só pode ser produzido a partir de suas próprias estruturas. O entorno suscita irritações no sistema, perturbando-o de maneira tal que pode disparar significativas alterações em suas características. Portanto, um sistema autopoietico é um sistema cujos elementos que o compõem formam laços que se retroalimentam, produzindo a si próprios e por si só sendo produzidos.²¹

Maturana e Varela (1997) também contribuíram substancialmente para a distinção entre organização e estrutura, conceitos controversos desde o surgimento do pensamento sistêmico, mas que não foram abordados até o desenvolvimento da cibernética. Os autores compreendem que a organização de um sistema vivo é o conjunto de relações entre seus componentes que caracteriza o sistema como pertencendo à determinada classe (como uma bactéria, uma flor ou um cérebro humano) (CAPRA, 1996, p.82). A descrição dessa organização é uma descrição abstrata de relações e não identifica componentes. A autopoiese é, pois, um padrão geral de organização comum a todos os sistemas vivos, qualquer que seja a natureza de seus componentes.

De acordo com Capra (1996, p.83), a estrutura de um sistema vivo, por sua vez, seria constituída pelas relações efetivas entre seus componentes físicos. Ou seja, para Maturana e Varela, a estrutura do sistema seria a manifestação física de sua organização, a qual seria independente das propriedades dos seus componentes, de modo que uma

²¹ De acordo com Rodrigues (2006, p.60), podemos dizer que um sistema autopoietico: “a) é um sistema porque seus componentes manifestam-se de modo processual; b) é um sistema fechado porque existe uma circularidade necessária e suficiente de seus componentes, para que toda e qualquer operacionalização com vistas à manutenção do próprio sistema se realize; além disso que, c) seu limite (sua fronteira), ou ainda, suas ‘bordas’, diferenciam-se do meio ambiente (entorno) em que está acoplado, ‘anichado’, e que, d) é um sistema autopoietico porque produz e reproduz a si próprio de forma semântica, ou seja, mesmo sendo um sistema operacionalmente fechado, responde às transformações do meio ambiente em que está acoplado a partir de seus próprios componentes operacionais, com vistas a sua permanência como sistema”.

organização pode ser incorporada de formas distintas por tipos diferentes de componentes. A autopoiese é, portanto, a organização comum a todos os sistemas vivos.

Cabe ressaltar nesse ponto que foram abordados na última seção desse capítulo dois modelos de auto-organização: os orientados para a estrutura (Prigogine e também de Hermann Haken) e os orientados para a organização (Maturana e Varela e também de Eigen). A título de conclusão, quando Maturana e Varela descrevem o padrão dos sistemas vivos como uma rede autopoietica, estão enfatizando o fechamento organizacional desse padrão. Quando Prigogine descreve a estrutura de um sistema vivo como uma estrutura dissipativa, está enfatizando a abertura dessa estrutura ao fluxo de energia e de matéria. Deste modo, um sistema vivo constitui-se, ao mesmo tempo, em um sistema aberto e fechado: é estruturalmente aberto e organizacionalmente fechado. Ou seja, a matéria flui continuamente através dele, mas o sistema mantém sua forma estável de maneira autônoma através da auto-organização.

A vertente que busca explicar a dimensão processual, interativa, dinâmica e fluida de todos os sistemas vivos passou a ser chamada de Novo Pensamento Sistêmico, e se desdobrou em diversas abordagens mais recentes à teoria dos sistemas adaptativos complexos. É nesse sentido que se dá a contribuição do sociólogo alemão Niklas Luhmann acerca dos sistemas sociais. O autor se valeu das definições de Maturana e Varela a fim de compreender os sistemas sociais.²² A importância da sua Teoria Sistêmica Moderna (TSM) para as RI é assunto do capítulo final desse trabalho.

Como veremos, grande parte da confusão proveniente das múltiplas concepções do sistema internacional advém da forma pela qual essas definições foram introduzidas no

²² De modo simplificado, Luhmann compreende a sociedade como um complexo conjunto de sistemas funcionalmente diversos, como o Direito e a Economia. Cada um desses sistemas existe através da comunicação (e não através de uma fundação normativa grandiosa) e opera de acordo com seus próprios códigos, com um código básico (como legal/ilegal no caso do Direito) em seu centro. Os sistemas são operacionalmente fechados, de modo que não são capazes de dar sentido ao mundo fora dos seus próprios códigos. Não são, no entanto, fechados no sentido de que estão voltados unicamente para o seu interior, pois é crucial para sua reprodução (no sentido de manutenção) comunicar os limites do sistema. Em suas observações do mundo exterior (ao sistema), em parte provocado pela interpenetração de influências, constroem outros sistemas de acordo com seus próprios códigos e não de acordo com os códigos do sistema observado. A observação é, desta forma, um processo de construção e produção e não tem acesso direto “à realidade exterior”, mesmo que essa realidade seja pressuposta (LUHMANN *apud* LEE, 2000).

campo das RI. As noções de equilíbrio, estrutura, controle, balanço, adaptação, limites, autopoíese, auto-referência, dentre tantas outras estarão presentes, implícita ou explicitamente, ao longo de todo o trabalho.

No capítulo seguinte, veremos como esses conceitos foram incorporados pela Ciência Política a fim de se estabelecer a análise dos sistemas políticos doméstico e internacional.

3 O PENSAMENTO SISTÊMICO NA ANÁLISE POLÍTICA

Esse capítulo procura demonstrar como se deu o aporte do pensamento sistêmico na análise política, de forma a facilitar a compreensão acerca do debate central que esse trabalho se propõe. Para tanto, apresentarei a teoria da análise política de David Easton, o primeiro teórico sistêmico moderno na Ciência Política, e de Karl Deutsch, um dos pioneiros da introdução da cibernética nas RI. A importância de Deutsch ao trabalho é fundamental em função deste realizar, em um primeiro momento, uma análise do sistema político interno ao estado. Em um segundo momento, o autor procura estabelecer uma análise das relações internacionais. Nesse capítulo farei referência às duas análises.

Karl Deutsch (1966, p.viii) enfatiza logo na introdução do seu livro *Os Nervos do Governo* que “a conexão essencial entre controle e comunicação – simbolizada no processo de *feedback* e destacada no termo ‘cibernética’ de Norbert Wiener para o estudo do processo de direção e comunicação – tem sido mais amplamente reconhecida entre os cientistas políticos como relevantes para a análise de sistemas políticos”. Esta também é a perspectiva central do livro de David Easton, *A Systems Analysis of Political Life*. Devido à influência do pensamento sistêmico sobre a ciência política, e em função de abordarmos posteriormente o pensamento sistêmico nas relações internacionais, o presente capítulo também abordará as categorias de análise dos sistemas políticos.

As concepções acerca do sistema político são bastante variadas. Almond (1960, p.7) define sistema político como “o sistema de interações presente em todas as sociedades independentes, que realiza as funções de integração e adaptação, tanto no interior da sociedade quanto na sua relação com outras, através do uso, ou ameaça do uso, da violência física mais ou menos legítima”. Almond abordou questões sobre como os sistemas políticos participam na articulação e agregação de interesses, e na comunicação e socialização políticas. Para o autor, esses fatores constituem meios através dos quais se pode demandar o sistema político, constituindo-se em funções de *inputs*. Almond preocupou-se, no entanto, especialmente com as funções políticas de *output*, as quais,

segundo ele, envolvem a realização (Legislativo), aplicação (Executivo) e adjudicação (Judiciário) das regras.²³

3.1. David Easton e a Análise de Sistemas Políticos

Para David Easton (1970, p.185) o problema central à teoria política é a análise de vida dos sistemas políticos, uma vez que a orientação conceitual que o autor propõe – a análise de sistemas – é aquela que “parte da decisão fundamental de encarar a vida política como um sistema de comportamento” (1968, p.47).²⁴

Colocado de outra forma, seria a compreensão de como fazem os sistemas políticos para se manterem tanto em um mundo estável quanto em mudança. Para tanto, procura elucidar as formas pelas quais o sistema resiste às tensões que o obrigam a uma constante adaptação, de modo que o sistema busque sua manutenção sem se alterar. Nas palavras do autor: “a análise de sistema da vida política repousa na ideia de um sistema envolvido por um contexto e sujeito às suas possíveis influências, que ameaçam impelir suas variáveis essenciais para além da sua escala crítica. [...] Para persistir, o sistema deve ser capaz de responder com medidas que aliviem a tensão a fim de se manter” (EASTON, 1970, p.198).

²³ Vale destacar que, no pensamento político, tradicionalmente termos como retroalimentação (*feedback*), entrada de informação (*inputs*), resultado (*output*), os quais receberam as mais variadas versões em português, são utilizados em inglês.

²⁴ Easton (1970, p.186) compreende a vida política como um “sistema de comportamento inserido em um contexto a cujas influências o próprio sistema político está exposto e a que este, por sua vez, reage”. Essas considerações contêm implicitamente quatro afirmações fundamentais para a compreensão da teoria do autor; quais sejam: (1) de que as interações políticas em uma sociedade constituem um sistema de comportamento; (2) que esse sistema não pode ser interpretado de maneira satisfatória como se existisse em um vácuo, devendo ser compreendido como cercado pelos contextos psicológico, social, biológico e físico; (3) por se partir do pressuposto de que o sistema político é um sistema aberto, deve-se entender que, em função de sua natureza de sistema social, deve ser interpretado como estando exposto a influências derivadas dos outros sistemas nos quais está inserido; e, por fim, (4) o fato de que alguns sistemas sobrevivem, quaisquer que sejam os impactos que recebem dos contextos que os envolvem, desperta a noção de que devem ter a capacidade de responder aos distúrbios e se adaptar às mudanças.

As variáveis essenciais a que o autor faz referência são a distribuição autoritária (coercitiva) de valores pela sociedade e a frequência relativa de complacência a estas (ou seja, devem ser asseguradas como inquestionáveis e obrigatórias). Para o autor, os sistemas políticos “se distinguem pelo fato de que, se podemos descrevê-los como persistentes, devemos atribuir-lhes o bem sucedido preenchimento de duas funções: devem estar aptos a repartir os valores por uma sociedade e poder induzir a maioria dos membros a aceitar essa repartição como obrigatória” (EASTON, 1970, p.191). A tensão no sistema deriva, portanto, do fato de existir sempre o perigo de as variáveis essenciais serem arrastadas para além do que o autor define como escala crítica.

O controle e regularização do sistema se dá através do mecanismo de *inputs* e *outputs*. Os *inputs* se dividem em duas categorias básicas: apoios e exigências. Deste modo, esse sistema deve ser capaz de regular seu nível de exigências através da tentativa de assegurar um dado nível de apoio, de modo que o seu equilíbrio não seja comprometido a ponto de o sistema parar de funcionar. Os apoios poderão processar-se ao nível da comunidade, por isso a importância do sentimento de unidade no que diz respeito à legitimação do poder, ou ao nível do regime. Dito de outra forma, a conformidade com a forma de organização do sistema e com o nível de autoridade, estando este relacionado com os elementos compositores do próprio sistema.

Diversas formas de se manter um nível mínimo de apoio são verificadas, como as “regularizações estruturais do sistema”, as quais correspondem a alterações de objetivos e estruturas, uma vez que os sistemas sociais possuem grau máximo de autonomia para se reorganizarem internamente de modo a resistirem à pressão; “suporte dinâmico”, o qual corresponde aos estímulos de relações de lealdade e afeição, que manterão seus membros ligados apesar do que possa vir a ocorrer; “*outputs* como mecanismos reguladores”, que corresponde à possibilidade de poder-se estimular, através de um *output*, o apoio, caso os membros sintam como uma vantagem o fato de pertencerem àquele sistema.

Em relação ao nível de exigências, estas deverão ser filtradas, uma vez que os sistemas devem ser capazes de antecipar sua estabilidade a fim de se manter. Desta forma, as exigências não são somente reduzidas, mas também cultural e estruturalmente reguladas.

Dito de outra forma, é determinado quem e o que se pode exigir, dado que, em relação ao status, alguns são tidos como mais capazes de assegurar maior eficiência. Do mesmo modo, existirão, independentemente da sociedade em questão, inibições culturais capazes de restringir o que pode ser considerado como uma exigência política.

No que diz respeito aos *outputs*, estes coincidirão com as decisões políticas, as quais buscarão responder ou antecipar, quando possível, os *inputs*. Seus efeitos no ambiente serão transformados em um novo *input*, ou seja, instaurando um processo contínuo de retroação (ou retroalimentação, nos termos do capítulo anterior), o *feedback*, uma vez que as autoridades deverão ter acesso às reflexões de suas decisões capazes de reforçar e aumentar o apoio ou comprometê-lo. Nas palavras do próprio autor (1970, p.196):

“Os *outputs* não apenas ajudam a influenciar os acontecimentos na sociedade mais ampla, da qual o sistema é uma parte, como também, ao fazer isso, auxiliam a determinar cada grupo de *inputs* que se sucedem em direção ao sistema político. Existe um movimento de *feedback* cuja identificação nos ajuda a explicar processos através dos quais o sistema pode lidar com a tensão e persistir. Através dele, o sistema aproveita-se do conhecimento do que acontece, tentando ajustar seu comportamento futuro”.

São as consequências dessas decisões que condicionarão a manifestação de novos *inputs* que, graças ao mecanismo de *feedback*, as autoridades poderão antecipar de forma a adaptar seu comportamento futuro. Nos termos do capítulo anterior, constitui-se um sistema aberto que, de forma positiva, interage com o meio no qual está inserido, e que possui a capacidade de reformular estratégias e objetivos de modo a garantir que o sistema não alcance um grau de entropia social máxima.

A fim de assegurar um padrão normal de funcionamento do sistema (ou seja, evitar que as variáveis essenciais do sistema atinjam seu limiar crítico) o sistema aberto, através de interações com o meio ambiente no qual está inserido, se torna capaz de fazer frente às

tensões exercidas sobre suas variáveis essenciais e, desta forma, manter o exercício de suas funções.²⁵

As tensões possuem duas fontes originárias principais, as internas e as externas. As primeiras dizem respeito às tensões surgidas no interior do próprio sistema. As segundas, por sua vez, dizem respeito às tensões provenientes do contexto do próprio sistema. Esse contexto pode ser dividido em duas partes. A primeira corresponde à parte inter-societária, a qual consiste nos sistemas que integram a mesma sociedade que o sistema político e que não são sistemas políticos em função do que foi definido como sendo a natureza das interações políticas.²⁶ Compreendem conjuntos de comportamentos, atitudes e ideias (tais como a economia, a cultura, a estrutura social e as personalidades). A segunda parte corresponde à extra-societária, a qual inclui todos aqueles sistemas que estão fora da sociedade em si. Ou seja, são os componentes funcionais de uma sociedade internacional, um supra-sistema de que é parte qualquer sociedade.

Deste modo, a tomada de decisão por parte do sistema político não se constitui no fim de todo o processo, uma vez que pode ser efetivamente o elemento que desencadeará o início de mais um ciclo. O *feedback*, constituído pela elaboração das decisões por parte das autoridades, pelas reações da sociedade a essas decisões, pela transmissão das reações às autoridades e, posteriormente, pelas medidas adotadas com base na informação recebida, garante a capacidade do sistema de fornecer respostas construtivas, as quais possuem papel fundamental na adaptação do sistema de modo a impedir seu fim. Dando sentido literário à palavra grega originária do termo (governante), através da superação de entraves e obstáculos, os governadores conduzirão o futuro do sistema político com base

²⁵ As ligações entre sistemas distintos podem ser compreendidas através do mecanismo de inputs e outputs de um sistema. Para Easton (1970, p.194): “os efeitos que se fazem sentir além dos limites de um sistema em direção a outro [sistema], caracterizam-se como outputs do primeiro sistema e dessa maneira, simetricamente, como inputs do segundo. Uma transação ou uma troca entre sistemas será vista, portanto, como uma ligação entre eles na forma de uma relação input-output”.

²⁶ Easton (1970, p.190) define sistema como “um conjunto qualquer de variáveis, sem levar em conta o grau de inter-relacionamento entre elas”. Em *The Political System* (1953), argumenta que um sistema político pode ser designado como as interações através das quais os valores são automaticamente repartidos pela sociedade, o que o distingue dos demais sistemas do contexto.

nas experiências passadas e nas consequências das decisões anteriores, jamais esquecendo seu objetivo inicialmente definido.²⁷

É importante destacar que Easton percebe o sistema político, portanto, como um sistema aberto em função deste estar inserido em um contexto (de outros sistemas, como o psicológico, social, biológico e físico): “pela sua própria natureza de sistema social que foi analiticamente separado de outros sistemas sociais, deve ser analisado como estando exposto a influências derivadas dos outros sistemas nos quais está inserido. Deles flui uma corrente de influências e acontecimentos que moldam as condições nas quais devem agir os membros do sistema” (EASTON, 1970, p.187). A relevância dessa afirmação está no fato de o autor ter limitado a compreensão do sistema político aos avanços da cibernética. Ou seja, ele não compreende o sistema político nos termos de Prigogine e Maturana e Varela.

De modo geral, o sistema político nos termos compreendidos por Easton pode ser resumido pela imagem abaixo.

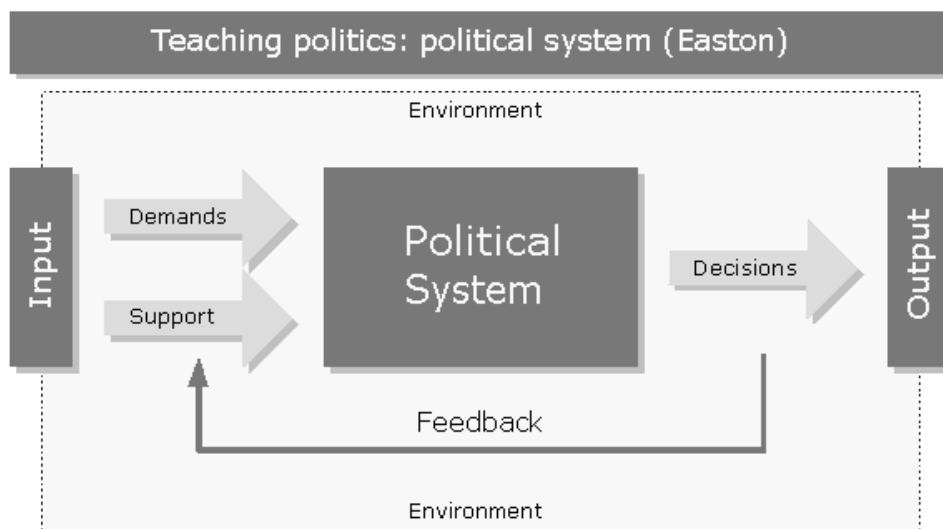


Figura 1. O Sistema Político de David Easton (EASTON, 1957, p.384).

²⁷ Esta descrição faz alusão direta à cibernética. No entanto, esta defende que o *feedback* negativo é a garantia do equilíbrio, indo de contraponto à teoria de Easton, a qual refere uma antecipação desse momento de equilíbrio graças ao controle do nível de inputs e da sobrecarga a qual o sistema está sujeito.

3.1.1. A noção de equilíbrio em Easton

Um dos pontos mais relevantes da análise do autor reside em uma das principais deficiências da forma de investigação na política internacional, qual seja, a análise do equilíbrio. Uma vez que a temática do equilíbrio é central à discussão acerca do sistema internacional, procuro expor brevemente a concepção de equilíbrio em Easton, a qual também se dá nos termos da cibernética. O autor (1970, p.188) coloca que “uma análise que concebe um sistema político como procurando manter o estado de equilíbrio deve necessariamente supor a presença de influências dos contextos. São estas que, no sistema político, deslocam as relações de poder de sua presumida estabilidade”.

Deste modo, busca-se analisar o sistema em termos de tendência ao retorno a um ponto pressuposto de estabilidade preexistente. Easton (1970, p.188) cita duas principais dificuldades para a abordagem do equilíbrio na análise política. A primeira daria a impressão de que os membros de um sistema têm apenas uma finalidade básica quando procuram lidar com a mudança ou com distúrbios; qual seja: a de restabelecer o antigo ponto de equilíbrio ou mudar para um novo. Essa abordagem coloca a procura pela estabilidade acima de tudo. A segunda abordagem se refere aos caminhos tomados pelo sistema na busca do retorno ao suposto ponto de equilíbrio antigo ou à obtenção de um novo ponto.

No entanto, os sistemas podem perfeitamente desempenhar outras atividades com a finalidade que não a de alcançar um ou outro ponto de equilíbrio (EASTON, 1970, p. 188-189): “os membros de um sistema podem, ocasionalmente, querer agir de forma positiva para a destruição de um equilíbrio anterior, ou mesmo obter qualquer novo ponto de desequilíbrio contínuo. Este é o caso típico das autoridades que procuram manter-se no poder criando tumulto interno ou perigos externos”.

Ainda em se tratando das capacidades dos sistemas de adotar ações positivas, construtivas e inovadoras a fim de prevenir ou absorver forças de deslocamento, Easton (1970, p. 189) acrescenta que:

“um sistema não precisa reagir a um distúrbio apenas pela oscilação na vizinhança de um ponto de equilíbrio anterior ou mudando para um novo ponto. Pode controlar o distúrbio, procurando transformar seu contexto de maneira tal que as trocas entre este e ele próprio não continuem tensas; pode tentar insular-se, protegendo-se de quaisquer outras influências; ou ainda, podem os membros do sistema transformar suas próprias relações e modificar suas finalidades e práticas, de forma a aumentar suas possibilidades de lidar com os inputs do sistema”.

A análise do equilíbrio é central também para outro autor da área, Karl Deutsch, que analisa como os governos recebem *inputs* na forma de informações e se adaptam de modo a se manterem existindo. Veremos as explicações do autor de forma mais detalhada na próxima seção.

3.2. Karl Deutsch e os nervos do governo

Karl Deutsch desenvolveu seu pensamento sobre o modelo de comunicação e controle político baseado nos requisitos funcionalistas de Talcott Parsons e nas incursões analíticas que Easton fez pela cibernética.²⁸ Para Deutsch (1966, p.250-254), um sistema seria caracterizado pela troca de informações e comunicações.²⁹ Em seu modelo de análise da tomada de decisão em sistemas políticos, enfatizou a necessidade do sistema possuir as ferramentas adequadas para a coleta de informação externa e interna, bem como sua capacidade para transmiti-la aos pontos de tomada de decisão dentro de si sistema. Esses sistemas só conseguiriam permanecer ao longo do tempo se capazes de resistir às tensões, o que deveria ser realizado através do recebimento, transmissão e avaliação das informações de entrada (*inputs*) de maneira eficiente pelos centros de tomada de decisão.

²⁸ Como mencionei o trabalho de Easton na seção anterior, mas não o fiz em relação ao trabalho de Parsons, indico o capítulo 1 de *O Sistema Social* para quem se interessar pelo assunto acerca dos marcos de referência da ação e da teoria geral dos sistemas de ação do autor.

²⁹ Tendo como base algumas ideias de Easton, compreende um sistema político como um conjunto capaz de se autogovernar a partir da informação que recebe do ambiente no qual está inserido e com o qual interage por meio de fluxos informacionais.

Foi um dos pioneiros, portanto, na incorporação dos preceitos da cibernética nas relações internacionais através do seu enfoque na comunicação e no controle dos sistemas políticos.³⁰ Em *Os Nervos do Governo* (1966), estabeleceu as condições sob as quais os sistemas tomadores de decisões eram capazes de “direcionar” os fluxos de informação, além de desenvolver uma base teórica para medir a relação entre comunicação interna e a externa como indicador do grau a que os estados (vistos como sistemas políticos) estavam sujeitos em termos de fechamento e preocupações com eles próprios.

No prefácio do seu livro, *Os Nervos do Governo*, deixa claro sua vontade de desenvolver uma teoria política capaz de dar conta tanto dos níveis nacional quanto internacional de análise (1966, p. xxv).³¹ No que diz respeito ao nível nacional, Deutsch propõe que se perceba o governo menos como um problema de poder e mais como um problema de governo (direção) e se esforça para demonstrar que o governo é decisivamente um problema de comunicação (1966, p. xviii). Para tanto, analisa dados acerca dos fluxos de comunicação e de transações entre países, bem como dentro deles.

Arendt Lijphart (1981, p.245) destaca a importância da obra do autor ao colocar que este representou um desafio aos preceitos realistas nas RI, uma vez que enfraqueceu a hipótese central de estados atuando como agentes racionais coesos em todos os assuntos mundiais. Questionou, ainda, a ideia de que as relações internacionais são mais bem compreendidas em termos da dicotomia distinta entre relações domésticas e internacionais. No entanto, não propôs nenhum modelo metodologicamente consistente nesse sentido.

Para Lijphart, Deutsch teria promovido um avanço substancial no campo ao considerar a anarquia não como uma variável independente do sistema, mas como um resultado possível decorrente das comunicações presentes em um sistema complexo, o qual deveria

³⁰ Como o próprio autor coloca (1966, p.77): “o ponto de vista da cibernética sugere que todas as organizações são semelhantes em suas características fundamentais e que todas organizações são mantidas juntas pela comunicação”.

³¹ O debate acerca da necessidade de um modelo analítico explicativo tanto para o nível doméstico, quanto para o internacional perpassa todo o trabalho. Outros autores (HOFFMANN, ROSECRANCE) também advogaram a favor disto.

ser estudado rigorosamente a fim de se determinar as condições de ocorrência da guerra.³² Deutsch também apoiou a revolução comportamentalista nas RI ao longo dos anos 1950 e 1960, especialmente na Grã-Bretanha. Sempre que possível, procurou incluir dados quantitativos às hipóteses mais vagas baseadas em interpretações históricas e ideológicas. Grande parte de sua contribuição à disciplina está no estabelecimento de bancos de dados que tem como objetivo a promoção da teoria empírica em política comparada e relações internacionais. Na esteira dos teóricos sistêmicos, acreditava no desenvolvimento de dados úteis ao desenvolvimento de análises matemáticas que gerassem proposições válidas também para outras disciplinas.³³

Deutsch (1982), ao colocar a necessidade de uma análise das relações internacionais que não faça distinção entre níveis, se refere a um dos principais debates metodológicos da área. A fim de minimizar a confusão, esses debates serão brevemente abordados no formato de considerações prévias no capítulo que se segue.

A título de conclusão, o que vale deixar claro acerca de Easton e Deutsch é que, apesar de seus esforços no sentido de realizar uma abordagem sistêmica da análise dos sistemas políticos, ficaram restritos a uma análise nos termos da cibernética. Esse ponto é crucial em função de a análise das relações internacionais ser proveniente principalmente dos estudos desses autores. Ou seja, em grande medida, como veremos nos capítulos posteriores, o sistema internacional é compreendido como um sistema a partir dos termos da cibernética. Essas questões serão novamente colocadas no capítulo final do trabalho.

³² Uma perspectiva similar, mas relacionada aos sistemas sociais, é a do sociólogo alemão Niklas Luhmann, o qual identifica os processos sociais da rede autopoietica como processos de comunicação: “os sistemas sociais usam a comunicação como seu modo particular de reprodução autopoietica. Seus elementos são comunicações que são [...] produzidas e reproduzidas por uma rede de comunicações e que não podem existir fora dessa rede” (1990, p.54). No entanto, como veremos posteriormente, a perspectiva de Luhmann avança além do debate feito pela cibernética, ao contrário de Deutsch. Luhmann compreende, portanto, o sistema político como um sistema social.

³³ Um exemplo do uso desse tipo de análise realizado pelo autor em conjunto com Singer (1964) será apresentada em outro capítulo desse trabalho e faz menção a um estudo acerca do sistema de equilíbrio de poder na política internacional.

4 O PENSAMENTO SISTÊMICO NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Como foi visto no final do capítulo anterior, a utilização da perspectiva sistêmica na Ciência Política resultou em uma dificuldade metodológica referente ao nível de análise principal – a política doméstica ou a política internacional do sistema. Qualquer estudante interessado na compreensão do sistema político enfrentará, em algum ponto da sua pesquisa, o problema de variáveis advindas de outro nível de análise. Essas dificuldades são intrínsecas ao método do pensamento sistêmico. Em se tratando de sistemas políticos, no entanto, são especialmente confusas em função de alguns autores, como Easton e Deutsch, considerarem o sistema político como um sistema único. O segundo inclusive busca um modelo do sistema político que explique tanto a política interna, quanto a externa. No entanto, deve-se compreender que, ao fazer isso, o autor não está aplicando o pensamento sistêmico no nível do sistema político internacional, mas sim no nível da unidade.

Não obstante, um dos debates centrais da Ciência Política está relacionado ao status das Relações Internacionais enquanto uma disciplina individualizada. Em alguma medida, esse debate diz respeito à possibilidade de concebermos o sistema internacional como um sistema consolidado a ponto deste se constituir como uma das fundações da própria disciplina de Relações Internacionais.³⁴

Esse capítulo tem a finalidade de apresentar ao leitor algumas distinções metodológicas relevantes para a compreensão da discussão que será realizada em maior profundidade na segunda parte do trabalho; ou seja, a fim de compreender as diferentes concepções do sistema internacional, bem como os distintos modelos analíticos deste, faz-se necessário

³⁴ Autores como Morton Kaplan (1961 *apud* DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, p.20) insistem “que as relações internacionais não possuem o caráter de disciplina em função de não existir um núcleo disciplinar comum para ser enriquecido como há na política social”. Em se tratando do sistema internacional, Kaplan (1964, p.4) acredita que uma ciência política só pode se desenvolver se os assuntos políticos forem compreendidos nos termos de um sistema de ação, o qual compreende como “um conjunto de variáveis de tal forma relacionados, em contradistinção para com seu ambiente, que regularidades comportamentais descritivas caracterizam a relação interna das variáveis uma com as outras e as relações externas do conjunto de variáveis individuais para combinações de variáveis externas”.

clarificar algumas ferramentas metodológicas como os níveis de análise e as fontes de explicação. Essas clarificações são centrais para a compreensão da divisão do trabalho, uma vez que, como veremos a seguir, a localização da explicação em níveis de análise distintos permite a diferenciação entre os modelos analíticos dos autores.

4.1. A questão dos níveis de análise

Em primeiro lugar, ao falarmos de sistema internacional, devemos nos deter obrigatoriamente no problema dos níveis de análise nas RI.³⁵ De modo geral, em qualquer ciência social – política, economia, sociologia, etc. – é impossível não se deparar com a dúvida sobre como iniciar uma análise. Em todos esses campos, perspectivas macro e perspectivas micro possuem inúmeros partidários, o que se reflete em questões metodológicas importantes. Determinar (escolher) o ponto de apoio fundamental é especialmente difícil, para não dizer contraditório, em se tratando de um campo tão compreensivo como o das relações internacionais.

Como perceberemos em diversos outros momentos do trabalho, não há uma aceitação consensual para se pensar a realidade nesses termos, mas teóricos que preferem abordagens holísticas ou uma análise sistêmica são particularmente atraídos pelos níveis e especialmente pela interação entre os sistemas e as unidades que os constituem. Nesse caso, cada nível pode ser representado como uma unidade integrante de um sistema mais amplo, ou como um sistema que abrange todas as unidades de níveis mais baixos. A escolha do ponto de partida reflete os interesses do analista e determina até que ponto um certo nível é definido como uma unidade ou como um sistema.

Buzan e Little (2000, p.69) sugerem que “níveis são meros referenciais ontológicos para situar onde as explicações e os resultados estarão localizados”. Ou seja, não são fontes de

³⁵ Para Waltz (1979, p.78), “a indefinição entre os diferentes níveis de análise de um sistema tem sido [...] o maior impedimento para o desenvolvimento de teorias sobre a política internacional” e “a fim de advogar estar seguindo uma abordagem sistêmica ou estar construindo uma teoria sistêmica requer a demonstração de como os níveis do sistema e das unidades podem ser estritamente definidos”.

explicação em si mesmos. Os mesmos autores enfatizam cinco níveis frequentemente utilizados para a análise das relações internacionais: a) sistemas internacionais,³⁶ b) subsistemas internacionais, c) unidades, d) subunidades, e e) indivíduos.

Kenneth Waltz (1979, p.18) coloca que é possível uma “distinção das explicações da política internacional – e os esforços especiais no sentido de localizar as causas da guerra e as condições da paz – de acordo com o nível no qual as causas estão localizadas – seja no homem, no estado ou no sistema de estados”.³⁷ Como Singer (1961), Waltz concentra sua atenção no estado como sua unidade de análise e no sistema internacional como o nível superior ao estado (ou seja, no sentido de nível mais superior; que não está contido por outro).

Apesar de a perspectiva do sistema internacional que interessava a Waltz ser a explicativa, é importante compreender que os níveis de análise não são teorias, mas possibilitam a localização das fontes de explicação e dos resultados que compõem uma teoria. “As teorias podem sugerir explicações causais de um nível para o outro: por exemplo, ou de cima pra baixo, desde a estrutura do sistema até o comportamento da unidade (dos mercados até as empresas; da anarquia até os estados), ou de baixo pra cima, desde a natureza humana até o comportamento das coletividades humanas, sejam elas empresas, estados ou nações” (BUZAN e LITTLE, 2000, p.70).

Waltz (1959) exemplifica a questão dos níveis ao colocar que os três tipos distintos de explicação para a ocorrência da guerra estão situados em níveis distintos: explicações da guerra em função da natureza humana (nível do indivíduo), explicação da guerra em função da natureza do estado (nível da unidade), e explicação da guerra em função da estrutura anárquica do sistema internacional (nível sistêmico). “As teorias da política internacional que colocam as causas da guerra no nível individual ou nacional são

³⁶ Nesse caso, por sistemas internacionais os autores compreendem “os maiores conglomerados de unidades interdependentes ou que interagem e que não possuem um nível sistêmico acima delas. Contemporaneamente, isso abrange todo o planeta, mas em períodos anteriores houve vários ou diversos sistemas internacionais, mais ou menos interconectados, existindo simultaneamente” (2000, p.69).

³⁷ Vale lembrar que o autor escreveu sua tese de doutoramento sobre o assunto, *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica* (1959).

reducionistas; teorias que concebem as causas da guerra como operando também no nível internacional são sistêmicas” (WALTZ, 1979, p.18). No entanto, Waltz gerou confusão em função de, pelo menos aparentemente, combinar seu nível de análise preferido (o sistema) com sua fonte de explicação (a estrutura) (BUZAN *et al.*, 1993, p.28). Disto decorre que o problema dos níveis de análise não termina nos níveis em si, mas envolve também a compreensão das fontes de explicação.

4.2. As fontes de explicação

Em segundo lugar, o problema dos níveis de análise nos remete às possíveis fontes de explicação que integram as teorias. São fundamentais, portanto, para qualquer teoria em qualquer nível de análise e em qualquer setor.³⁸ Essas fontes compreendem as variáveis que explicam o comportamento das unidades em um sistema e são fundamentalmente três no que tange as relações internacionais, de acordo com Buzan e Little (2000, p.77): processo; capacidade de interação; e estrutura.

Decorrente do interesse do presente trabalho pela compreensão do sistema internacional, me concentrarei principalmente nas fontes de explicação nos níveis do sistema e, em alguns casos, da unidade. Essas características – processo, capacidade de interação e estrutura – são essenciais para a compreensão de como um sistema se desenvolve, opera e se mantém ao longo do tempo. Deste modo, é fundamental a compreensão das abordagens concorrentes do sistema internacional realizadas no capítulo seguinte.

³⁸ Por setor, compreenderei a classificação que Buzan e Little (2000) fazem: o setor *militar* (relações de coerção pelo uso da força e a habilidade dos atores de lutar guerras uns com os outros); o setor *político* (relações de autoridade, governo e reconhecimento e diz respeito à estabilidade organizacional dos sistemas de governo e as ideologias que os legitimam); o setor *econômico* (relações comerciais de troca, produção e financeiras, bem como a forma pela qual os atores têm acesso aos recursos, finanças e mercados necessários para sustentar níveis aceitáveis de bem-estar e poder político); o setor *sócio-cultural* (relações sociais e culturais e que dizem respeito à identidade coletiva e à sustentabilidade de padrões tradicionais de língua, cultura, religião, identidade nacional e costume); e o setor *ambiental* (relações entre a atividade humana e a biosfera como o suporte essencial do qual todos outros sistemas dependem). Para os autores, os setores são uma forma de diminuir a complexidade do todo proveniente de um campo tão amplo como o das relações internacionais. A discussão é vasta, mas não cabe ser feita aqui. Para se aprofundar no assunto, ver a parte referente a Setores dos Sistemas do capítulo 3 do livro *The Logic of Anarchy* (1993, p.18-20) dos mesmos autores em conjunto com Jones.

4.2.1. Processo

Para Buzan e Little (2000, p.47), processo se refere aos padrões de interação que ocorrem entre as unidades constituintes de um sistema. Cada padrão evidencia um processo, o qual, por sua vez, é um produto da dinâmica de interação e da utilização da capacidade de interação realizadas pelas unidades.

Deste modo, são os processos que possibilitam a identificação de padrões de ação e reação que ocorrem entre as unidades do sistema. Nas relações internacionais, os exemplos mais comuns de processos no sistema internacional são os conflitos, o reconhecimento político (soberania) e as trocas comerciais (KEOHANE e NYE, 1987, p.745).

O processo difere da estrutura devido ao fato desta evidenciar como as unidades estão arranjadas no sistema, ou seja, é mais estática. Em se tratando dos níveis de análise já mencionados, os processos, como fonte de explicação, podem ser colocados em qualquer nível de análise. Para autores (BUZAN *et al.*, 1993) que consideram a divisão setorial, os processos são distintos de um setor para o outro.

Dentro do sistema internacional, identifica-se processos nas interações entre as unidades e também dentro das unidades (uma vez que cada unidade pode ser analisada como um sistema). De modo geral, as dinâmicas processuais podem ser encontradas em qualquer tipo de organização coletiva, bem como dentro dos próprios seres humanos.

Para as RI, o aspecto do processo mais relevante é o estabelecimento de padrões duráveis (que se mantêm ao longo do tempo), que são manifestados nas relações entre as unidades e que alguns autores (BUZAN *et al.*, 1993, p.48-50) denominam de “formações processuais”.³⁹ São padrões duráveis (no sentido de recorrentes) que se dão nas relações entre as unidades (por exemplo, guerras, uma corrida armamentista, a balança de poder, os complexos de segurança, as alianças, a diplomacia, as organizações internacionais, as

³⁹ Em seu livro (1993), usam o termo “*process formation*” para se referir ao exemplo de “regras que, uma vez formadas, constroem o comportamento dos estados membros”.

competições comerciais, uma recessão, as ordens mercantilista e liberal, bem como outros padrões nas relações econômicas internacionais).

Para Buzan e Little (2000, p.48), a estrutura condiciona as formações processuais em função destas estarem relacionadas às teorias de ação e reação do comportamento das unidades. Esse condicionamento se daria tanto no nível sistêmico (seja este hierárquico ou anárquico), quanto no nível da unidade (por exemplo no caso de as unidades serem, ou não, ideologicamente compatíveis). Deste modo, aqueles teóricos que partem do pressuposto de que a estrutura internacional é anárquica, compreendem que formações processuais – dilema da segurança, guerras comerciais e corrida armamentista – refletem as forças da estrutura sistêmica agindo sobre as unidades nos casos em que não se verifica uma autoridade central ou no caso de as unidades estarem constrangidas pelos imperativos de auto-ajuda (*self-help*) e insegurança.⁴⁰ Waltz coloca que (1979, p.111):

“a fim de atingir seus objetivos e manter sua segurança, as unidades que se encontram em uma condição de anarquia [...] devem depender dos meios que podem gerar e dos acordos que podem estabelecer por si mesmas. A auto-ajuda é necessariamente o princípio de ação em uma ordem anárquica”.

A partir dessa compreensão, formações processuais na forma de acordos institucionais que reflitam a busca por ganhos coletivos (sejam estes de estabilidade e paz ou de comércio e bem-estar) indicam tentativas das unidades de superar, quando possível, os efeitos negativos da estrutura anárquica.

4.2.2. Capacidade de interação

Capacidade de interação se refere a normas, instituições e capacidade tecnológica (por exemplo, navios, ferrovias, aeronaves, etc.) das quais depende o tipo e a intensidade da interação entre as unidades de um sistema. Diz respeito, portanto, à infraestrutura de

⁴⁰ Para Waltz (1979, p. 118), “um sistema de auto-ajuda é um no qual aqueles que não se auto-ajudam, ou que o fizerem de forma menos efetiva que os outros, não prosperarão”.

transportes e comunicações e à capacidade organizativa no interior do sistema ou das unidades. Para Buzan e Little (2000, p.80), está associada à distribuição de capacidades através de qualquer sistema ou unidade. Em comparação ao processo, que diz respeito ao que as unidades realmente fazem quando interagem, a capacidade de interação define o que elas poderiam fazer. Ou seja, é a capacidade de um sistema social – o seu potencial físico – para possibilitar a troca de informações e de bens, mas também de conflitos entre as unidades.⁴¹

A capacidade de interação é fundamental, uma vez que, nos termos de Buzan (1993), define não somente o quão grande um sistema pode ser, mas também como serão suas unidades e em qual setor, ou setores, as formas dominantes de interação ocorrerão.⁴² A capacidade de interação define a capacidade de um sistema de suportar processos ou estruturas, se constituindo, portanto, em uma pré-condição tanto para a ocorrência dos processos, quanto da estrutura.

Qualquer definição de sistema (BULL, 1977; REYNOLDS, 1994; WALTZ, 1979) que coloque a necessidade da existência de interação entre as unidades já possui implicitamente a ideia da capacidade de interação. No entanto, essas concepções não vão além da ênfase de que a interação deve ser sustentada e recorrente, o que deixa de fora a

⁴¹ Em se tratando de instituições presentes dentro da própria unidade que são capazes de interferir na capacidade de interação e todo o sistema, acho particularmente interessante o exemplo dado por Diamond (2009, p.249) acerca dos motivos pelos quais as cidades britânicas ainda usavam iluminação a gás em suas ruas na década de 1920, muito depois de cidades alemãs e americanas já estarem usando iluminação elétrica. O motivo para tal se dava em função de que os governos municipais britânicos haviam investido pesadamente na iluminação a gás e impuseram regulamentos que atrapalharam o caminho das companhias de eletricidade.

⁴² Interações no setor social requerem apenas transferências de informação e podem, portanto, acontecer até mesmo quando o nível de capacidade de interação for baixo. Interações econômicas quase sempre envolvem o transporte de bens e, portanto, níveis mais altos são necessários, apesar de trocas comerciais de longa distância a altos custos de bens de pequeno porte poderem ocorrer com a existência de capacidades modestas. Interações político-militares envolvem a movimentação de exércitos de uma unidade para outra e requerem, portanto, níveis altos.

abordagem acerca da natureza dessas interações e que possibilita identificar as interações mais relevantes para cada sistema.⁴³

Uma análise mais detalhada revela que a capacidade de interação varia ao longo do tempo em cada sistema através da difusão de novas tecnologias e através do avanço das comunicações. Alguns autores (BUZAN *et al.*, 1993, capítulo 4) colocam que o pensamento sistêmico nas RI não foi devidamente desenvolvido em função de teóricos sistêmicos importantes, como Waltz, não terem avaliado as possibilidades decorrentes do desdobramento do conceito de interação.

Isso é central para os teóricos sistêmicos estruturalistas, pois a lógica da estrutura depende diretamente do nível de interação entre as unidades, uma vez que, se a capacidade de interação é baixa, os efeitos estruturais se farão sentir fracamente (ou nem serão sentidos) pelas unidades do sistema. Em função de captar tanto aspectos sociais, quanto aspectos físicos das capacidades do sistema ou das unidades, esse conceito é de fundamental relevância para o estabelecimento das unidades dominantes no sistema.⁴⁴ Não obstante, ambos os tipos de capacidade atuam, em conjunto com a estrutura, como fonte de constrangimento à ação das unidades.

Na opinião de Buzan e Little (2000, p.81), a principal questão a ser avaliada em relação a um sistema internacional é o nível de sua capacidade de interação. Não obstante, três fatores principais interveem nesta: a) fatores físicos (a influência de fatores geográficos na facilitação ou impedimento dos movimentos das unidades ou dos seus recursos); 2) tecnologias físicas (quais as tecnologias disponíveis para comunicação e transporte); e 3)

⁴³ Para os realistas, pode-se inferir que a principal interação que define os sistema internacionais é a capacidade de fazer uma guerra. A partir dessa perspectiva, um conjunto de estados que não é capaz de ameaçar militarmente uns aos outros não constitui um sistema internacional. É a capacidade dos estados de criarem e comunicarem mutuamente ameaças militares que gera uma relação sistêmica. Essa ênfase na interação político-militar fez com que grande parte dos teóricos nas RI não prestasse tanta atenção às interações não-militares em função destas não serem vistas como características fundamentais do sistema internacional (BUZAN e LITTLE, 2000, p.80).

⁴⁴ A capacidade de interação física, como colocado por Buzan e Little (2000, p.81), é uma propriedade fundamental dos sistemas sociais e não se diferencia em cada setor, uma vez que perpassa a todos (por exemplo, uma falha de comunicações afeta tanto o setor político-militar quanto o econômico).

tecnologias sociais (como formas de escrita ou língua franca, bem como sistemas mais concretos de regras e instituições).⁴⁵

4.2.3. Estrutura

O debate acerca do termo estrutura perpassa todas as Ciências Sociais.⁴⁶ Devido aos objetivos dessa seção, me limitarei ao debate nas RI, campo no qual o termo diz respeito a explicações holísticas decorrentes da compreensão de que um sistema é mais do que a mera soma de suas partes. Ou seja, é a sugestão de que o comportamento das unidades é influenciado e constrangido não somente pelos seus processos internos e suas interações com as outras unidades, mas também pela forma como o seu ambiente está configurado (organizado) (BUZAN e LITTLE, 2000, p.82).

Os estruturalistas advogam que as Ciências Sociais devem ultrapassar auto-conceituações e motivações, pois os indivíduos são constrangidos por forças estruturais sobre as quais não possuem nem controle e, por vezes, nem conhecimento.⁴⁷ Em relação à sociedade, pode-se dizer que, apesar das regras superficiais (denominadas estruturas, por alguns autores) poderem divergir de uma sociedade para a outra, há um conjunto subjacente de estruturas que é responsável pela forma como essas regras são reproduzidas. As estruturas superficiais podem ter um papel substancial na reprodução (manutenção) da sociedade. No entanto, a fim de explicar como essas estruturas são reproduzidas, é necessário identificar a existência de estruturas subjacentes, as quais providenciam “os

⁴⁵ Em se tratando de tecnologia, Diamond (2009, p.241) coloca que “a tecnologia, na forma de armas e transporte, proporciona os meios diretos pelos quais certos povos ampliaram seus reinos e conquistaram outros povos. Isso faz dela a causa principal do padrão mais geral da história”. Buzan e Little (2000, p.82-4) dão vários outros exemplos interessantes de como esses fatores influenciam na capacidade de interação.

⁴⁶ Para uma compreensão mais ampla acerca do origem do termo nas mais diversas ciências e os seus desdobramentos nas Ciências Humanas, ver Rodrigues (2006, p.35-46).

⁴⁷ “Em uma primeira aproximação, uma estrutura é um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistemas” (PIAGET, 1979, p.8).

mecanismos subjacentes que originam manifestações observáveis” (LAYDER *apud* BUZAN *et al.*, 1993, p. 8).⁴⁸

A preocupação existente ao longo de todo o século XX com o termo estrutura evidencia, no entanto, a crença de que, a fim de compreender-se o comportamento humano, é necessário transcender as motivações pessoais dos indivíduos investigados. Todos estruturalistas acreditaram, em alguma medida, que haviam obtido acesso a um nível de compreensão superior ao possibilitado por qualquer outro “objeto” sob investigação, e isso possibilitaria uma teoria causal dos aspectos do comportamento humano suficiente para justificar uma forma de “intervenção terapêutica ou de engenharia social” (no sentido de mecânica; automática) (BUZAN *et al.*, 1993, p.6).⁴⁹

Em se tratando de estruturas políticas, Waltz coloca que a estrutura se concentra nos princípios pelos quais as unidades estão arrançadas em um sistema, como as unidades se diferenciam umas das outras e como se portam umas em relação às outras em termos de capacidade relativa (WALTZ, 1979, p.79-101). Apesar de a estrutura de diferentes sistemas (como o político, econômico e sócio-cultural) serem distintas (por exemplo, anarquia, mercado internacional e sociedade mundial, respectivamente), todas compartilham das mesmas características gerais.⁵⁰

⁴⁸ A linguagem é um exemplo clássico. Na linguística, é amplamente aceito que nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos tenha se formado com a intenção de construir e impor regras gramaticais a fim de estabelecer a estrutura de uma língua. Na realidade, ao empregarmos essas regras, podemos inclusive nem estar cientes do que estamos fazendo; no entanto, essas regras nos constroem na medida em que nos comunicamos verbalmente. Outros ainda colocam que, sob a superfície da estrutura gramatical, a qual varia de idioma para idioma, há uma estrutura profunda geneticamente codificada que garante que todos poderemos fazer uso das primeiras regras gramaticais que nos forem apresentadas a fim de nos comunicarmos. Seria como se o ato da fala se valesse da estrutura profunda e, desta forma, reproduzisse a estrutura superficial da língua (BUZAN e LITTLE, 2000).

⁴⁹ São essas crenças que aproximam autores como Freud, Darwin, Marx, os economistas clássicos e os linguistas que vieram depois de Saussure. A mesma lógica está presente no fato de que o que não pode ser percebido de imediato pelo inconsciente, pode ser feito através da análise freudiana; do mesmo modo, o que parecia ser uma sucessão de eventos históricos um após o outro pode ser visto pelos marxistas como os desdobramentos dialéticos de uma história humana baseada em condições materiais, a qual deveria ser modificada através da ação política consciente. Para mais, ver o capítulo *O método da economia política* de Karl Marx (1983, p.116-7).

⁵⁰ Para alguns autores, a maioria dos teóricos das RI – fundamentalmente os neorrealistas – enfatiza a estrutura política. Tradições como as da teoria da dependência e da teoria do sistema-mundo procuram

Para Waltz, a fonte de explicação mais importante das relações internacionais é a estrutura política do sistema internacional. Na minha opinião pessoal, este é o autor que melhor estabelece a conjunção entre o pensamento sistêmico e a estrutura para a compreensão do sistema internacional. Portanto, sua concepção de estrutura, bem como suas limitações e críticas, serão abordadas com maior profundidade em outro capítulo.

Essa primeira parte do trabalho procurou estabelecer as principais concepções em relação a um sistema desenvolvidas pelo pensamento sistêmico. A partir desse quadro, procurou situar os autores que abordam o sistema político, como Easton e Deutsch, nesse quadro geral; ou seja, os avanços de teorização do sistema político (e do sistema político internacional, no caso do segundo) se fundamentaram na concepção de sistema da cibernética. Do primeiro capítulo, percebe-se que muito já foi desenvolvido no campo do pensamento sistêmico em outras direções. O terceiro capítulo procurou demonstrar elementos cruciais para a compreensão de uma análise sistêmica das relações internacionais (ou dos sistemas políticos, de modo geral).

A partir dessas ferramentas, o que se busca fazer na segunda parte do trabalho é demonstrar de que maneira as limitações das concepções do sistema nos termos de um sistema cibernético resultaram em modelos explicativos do sistema internacional que são, na maioria dos casos, pouco coesos metodologicamente. Não obstante, a pouca teorização desse conceito resultou em inúmeras abordagens concorrentes e em obstáculos significativos ao avanço dos estudos na teorização das relações internacionais.

contemplar a estrutura econômica (geralmente nos termos do capitalismo). No entanto, pouco esforço tem sido percebido no sentido de integrar essas linhas de pensamento. Nem mesmo na Economia Política Internacional verifica-se um esforço significativo de se explorar as contradições aparentes entre a teoria da estabilidade hegemônica, e seu foco na distribuição de poder unipolar, com a teoria da balança de poder, que sugere que tal distribuição não é possível (BUZAN e LITTLE, 2000, p.84).

SEGUNDA PARTE
O SISTEMA INTERNACIONAL

Nessa segunda parte do trabalho, o foco principal é a discussão do *sistema internacional*. Todos os capítulos abordam, de alguma maneira, esse tema. O primeiro procura realizar um levantamento das principais abordagens do tema através das distintas escolas de pensamento das RI. Deixo claro desde já que esse capítulo não envolve diretamente o arcabouço desenvolvido pelo pensamento sistêmico, uma vez que as orientações metodológicas variam desde o realismo até o construtivismo e o pluralismo metodológico nas RI. A discussão, no entanto, é central, uma vez que todas se dão em relação ao sistema internacional, apesar de que não necessariamente a partir da perspectiva do sistema.

O segundo capítulo procura abordar os principais modelos analíticos sistêmicos para a compreensão da estrutura, estabilidade e polaridade do sistema internacional. Deixo claro que a ênfase obrigatoriamente recai sobre os modelos da política internacional, uma vez que esses são os mais desenvolvidos dentro das RI. Como é de se esperar, o debate se dará majoritariamente em relação à teoria da política internacional presente no livro *Theory of International Politics* (1979) de Kenneth Waltz – que constitui o foco do terceiro capítulo dessa segunda parte. Isso se dá, dentre outras razões, pelo fato desta ser a teoria mais bem acabada no que tange a explicação do sistema (político) internacional e serve de ponto de partida para a discussão sobre o tema ainda hoje, mesmo que tenha tido seu poder explicativo limitado no final do século passado.

Vale deixar claro que, apesar de a segunda parte abordar, em um primeiro momento, concepções gerais do sistema internacional (capítulo 4) – e não somente aquelas restritas ao sistema político internacional – em um segundo momento (capítulo 5) são abordados mais especificamente modelos explicativos do sistema internacional, o que, invariavelmente, acaba nos remetendo à discussão entre os limites do sistema político interno e externo. Não obstante, a maioria dos modelos de análise sistêmica nas RI mais bem estruturados metodologicamente está relacionada às explicações políticas e não econômicas ou sócio-culturais. Portanto, em grande medida, o debate retoma a discussão iniciada no segundo capítulo da primeira parte.

5 ABORDAGENS CONCORRENTES DO SISTEMA INTERNACIONAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O intuito desse capítulo é apresentar as principais abordagens do conceito de sistema internacional dentro do campo das RI. A principal finalidade para se realizar esse mapeamento das concepções se dá em função da existência de inúmeras perspectivas distintas, o que gera confusão para os estudantes. Busco, portanto, fazer uma apreciação das discrepâncias entre as abordagens concorrentes, bem como estabelecer pontos comuns através dos quais poderemos estabelecer aproximações que facilitarão a compreensão dos próximos capítulos.

Como mencionado anteriormente, o conceito de sistema não é consensual em nenhuma área das Ciências Humanas. Também não o é entre as Ciências Naturais, mas a aderência a métodos matemáticos é melhor aceita na segunda. Disto decorre que as tentativas de aplicação das concepções sistêmicas de uma na outra resultaram em uma vasta produção acadêmica que nem sempre é adequada. O resultado é a confusão em suas mais variadas dimensões. Nesse sentido, Kenneth Waltz (1979, p.58-9) coloca que:

“Os estudantes da política internacional que dizem seguir uma abordagem sistêmica caem em duas categorias. Uns simplesmente utilizam termos tais como ‘sistema’ e ‘estrutura’ como palavras em voga no jargão-sempre-em-desenvolvimento do campo. Suas análises dos eventos internacionais e das relações dos estados não seria diferente se esses termos não estivessem presentes ou se fossem simplesmente omitidos. Outros fundamentam seu trabalho no modelo dos sistemas gerais. A presença de efeitos sistêmicos, entretanto, não significa em si mesma que o domínio da política internacional possa ser definido como um sistema nos termos que fazem os teóricos da teoria geral dos sistemas. Na sua perspectiva, um sistema é uma organização completamente desenvolvida, hierarquicamente arranjada com partes funcionalmente diferenciadas desempenhando funções específicas. As tentativas de se seguir um modelo da teoria geral dos sistemas tem sido adverso, uma vez que o nosso assunto não se encaixa adequadamente ao modelo a fim de que seja válida se valer desse modelo. A política internacional carece de uma ordem articulada e de um arranjo hierárquico que tornaria a abordagem da teoria geral dos sistemas apropriada”.

Para Buzan e Little (2000), tanta confusão seria decorrente fundamentalmente no fato de muitos desses teóricos (inclusive Waltz) serem partidários do monismo metodológico, o

que resultaria na concepção unidimensional dos sistemas. Um dos pressupostos essenciais da teoria sistêmica reside justamente na possibilidade de se estabelecer de modo metodologicamente coerente interconexões entre as mais variadas disciplinas. No entanto, a dificuldade não está no estabelecimento das interconexões, mas no rigor com o qual essas são efetuadas. Decorre disto o fato de as abordagens pluralistas do sistema internacional não terem se consolidado nas RI. Proporcionam, no entanto, visões alternativas através de críticas que não merecem ser completamente relevadas.⁵¹

Com base em Buzan e Little (2000, p.36), analisarei as abordagens do sistema internacional através das três principais correntes das RI: os comportamentalistas (*behavioural school*), que percebem um entrave ao estudo das relações internacionais na incapacidade de desenvolver uma abordagem sistêmica consonante com a coleta e análise de dados sobre a atividade do sistema internacional; os neorealistas, os quais fazem uma crítica aos comportamentalistas devido ao fato destes terem falhado no estabelecimento das características fundamentais para a realização de uma teoria sistêmica; e, por fim, os construtivistas, os quais colocaram um desafio pós-positivista aos neorealistas ao acusá-los de terem estabelecido uma distinção incompleta entre a estrutura do sistema e a estrutura das unidades que o compõe (uma vez que seriam mutuamente constituídas). Por fim, apresentarei também algumas considerações em relação à abordagem pluralista e aos avanços realizados pelos realistas estruturais.⁵²

⁵¹ O pluralismo, em termos filosóficos, é o reconhecimento da diversidade. Para os nossos objetivos, enquadra-se na compreensão de que diferentes metodologias epistemológicas são necessárias a fim de se empreender uma compreensão total do mundo. Para se aprofundar nessa discussão nas RI, ver *IR and the false promise of philosophical foundations*, de Monteiro e Ruby (2009). Para uma abordagem sistêmica da teoria pluralista das RI, ver Ventura *et al.* (2006).

⁵² Buzan, Little e Jones fazem parte do que se convencionou chamar de realismo estrutural. Este, por sua vez, foi concebido a partir das ideias de teóricos da Escola Inglesa e foi apresentado no livro *The Logic of Anarchy* (1993). De modo geral, é visto como uma síntese superior das abordagens liberal e realista, passível de compatibilidade também com o marxismo e que se propõe a transformar uma teoria da política internacional (nos termos de Waltz) em uma teoria das relações internacionais. Nos termos dos autores, o realismo estrutural é capaz de oferecer uma síntese superior das abordagens liberais e realistas e ser compatível com o marxismo em função de, apesar de se assumir como uma extensão do realismo, também estar aberto para as abordagens de interdependência entre as unidades nos termos liberais e, como os marxistas, percebe a fundamentação histórica e empírica como condição necessária para a compreensão das relações internacionais.

5.1. A abordagem comportamentalista do sistema internacional

Para os comportamentalistas, como Singer (1961; 1964; 1966), qualquer aspecto da realidade pode ser compreendido nos termos de unidades que interagem e, desta forma, constituem um sistema. Disto decorre a possibilidade de se abordar a realidade tanto a partir da perspectiva das unidades quanto do sistema, o que resulta na opção do pesquisador frente aos níveis de análise discutida na primeira parte do trabalho.

Com a finalidade de desenvolver uma análise sistêmica das relações internacionais e ciente das dificuldades intrínsecas a uma compreensão mais ampla do sistema, Singer chamou a atenção para a necessidade de se afastar da preocupação predominante com as relações entre os estados; ou seja, aquelas no nível de análise da unidade. Na esteira dos pressupostos da teoria sistêmica, advogou que a perspectiva da unidade era incapaz de um panorama geral (através do qual ficariam evidenciados os padrões sistêmicos de outra forma invisíveis).

Tentou estabelecer esse panorama junto com Small (1966), através da análise estatística das relações internacionais. O resultado do estudo revelou a existência de uma hierarquia diplomática entre as unidades do sistema, perspectiva essa que não se centrava na imagem das unidades, mas sim na das unidades como membros de um sistema maior. O quadro estabelecido permitiu que se verificassem as mudanças do status diplomático de um mesmo país ao longo do tempo, o que não era possível através da análise unitária de cada estado individualmente.

De modo geral, os avanços desses autores se deu no sentido de terem tornado mais clara a ideia de que o sistema internacional possui propriedades que transcendem as relações bilaterais entre as unidades que compõem o sistema. Em um estudo posterior, expandiram a imagem através do mapeamento da variação dos níveis de conflito, as mudanças na distribuição de poder, a variação no número de alianças e as mudanças territoriais ao longo do tempo.⁵³ Os estudos, apesar de fortemente criticados, foram de fundamental

⁵³ O referido estudo foi realizado em 1968 e compreendeu a análise de dados quantitativos para o período entre 1815 e 1945. Tentaram encontrar uma correlação entre a formação de alianças e o desencadeamento de guerras. Para tanto, testaram as hipóteses de que a) quanto maior o número de comprometimentos em

importância para a perspectiva sistêmica das relações internacionais pelo fato de terem levado em consideração variáveis importantes ao sistema internacional, como a dinâmica temporal – uma vez que avaliaram um período que se estendia ao longo do tempo – e por sugerirem correlações entre mudanças no nível sistêmico de conflito, transições na formação de pólos de poder e na taxa de formação de alianças. Ao abordarem esses temas contribuíram substancialmente para debates centrais no campo das RI, como a polaridade e a estabilidade sistêmicas.

5.2. A abordagem neorrealista de sistema internacional

Waltz faz uma crítica à forma simplista pela qual Singer e outros autores realizam seus estudos. Para o autor, Singer estabeleceu uma análise do nível sistêmico, mas essa foi essencialmente descritiva e metodologicamente inadequada. O autor teria desenvolvido uma concepção de sistema fundamentada em explicações dos padrões de comportamento sistêmico a partir do nível de análise das unidades.⁵⁴

Waltz percebe o sistema internacional, acima de tudo, como um conceito teórico. Para ele, pouco podemos explicar acerca da natureza deste através de métodos empíricos. Waltz se exime, desta forma, das críticas que possam ser feitas a ele através de evidências empíricas que invalidem seu conceito de sistema. O autor concorda, no entanto, com o fato de a investigação empírica poder levar à conclusão de que sua teoria não é capaz de dar conta da explicação das relações internacionais como um todo, mas que esteja restrita somente à política.

alianças no sistema, mais guerras o sistema experimentaria e b) quanto mais próximo da bipolaridade o sistema estivesse, mais guerras experimentaria. De modo geral, para o período entre 1815 e 1899, a evidência apresentada pelos autores descartou a validade da teoria sobre bipolaridade e conflito apresentada anteriormente por Deutsch e Singer (1964). Retomarei essa discussão no capítulo seguinte, quando será discutido mais pontualmente a estabilidade do sistema internacional e outras variáveis.

⁵⁴ Para Waltz, a metodologia de Singer meramente nos diz o que está acontecendo no sistema. Não obstante, o acúmulo de detalhes empíricos não faz nada além de evidenciar a necessidade de definição anterior de sistema internacional, que deve, de acordo com a teoria de Waltz, preceder qualquer esforço empírico.

Nesse ponto Waltz faz uma crítica no às abordagens sistêmicas não-estruturais; ou seja, para Singer, o comportamento dos estados não é ditado pela estrutura do sistema internacional, ao ponto que, para Waltz, sim.⁵⁵ De acordo com o autor, esse erro não é particular à abordagem de Singer, mas sim a qualquer analista que tentou desenvolver uma abordagem “sistêmica” das relações internacionais e localizou sua explicação em qualquer nível de análise que não o do sistema a fim de explicar os processos que ocorrem neste (BUZAN e LITTLE, 2000, p.39).

Para Buzan e Little (2000, p.42), a crítica de Waltz está fundamentada na percepção do autor de que as ciências naturais são “dominadas sub-sistemicamente” (*subsystem-dominant*), passíveis, portanto, de serem explicadas através de metodologias reducionistas. Os sistemas sociais, no entanto, possuem uma estrutura que constrange o comportamento das unidades que os compõem, de modo que uma metodologia distinta se faz necessária. Ao trazer essa diferença para o campo das RI, Waltz faz alusão a um debate que há muito tempo perdura nas Ciências Sociais entre perspectivas holístistas e individualistas.⁵⁶

Waltz pode ser considerado partidário do holismo, uma vez que defende a existência de explicações estruturais para o comportamento das unidades, e relaciona o problema dos níveis de análise na compreensão das relações internacionais a teóricos como Singer, que buscam a formulação de uma imagem geral “sistêmica” a partir de explicações que estão colocadas fundamentalmente no nível de análise da unidade. Para Waltz, essa seria a única alternativa que restaria a esses analistas, uma vez que sua concepção de estrutura é falha em função de não incorporar as características da unidades (as quais devem ter seu comportamento explicado).

⁵⁵ Nos termos de Kaplan (1964), Singer pressupõe que o sistema internacional é “dominante sub-sistemicamente”, enquanto que Waltz pressupõe que este é “dominante sistemicamente” (BUZAN e LITTLE, 2000, p.39).

⁵⁶ Os primeiros acreditam na existência de explicações estruturais que são responsáveis pelo comportamento das unidades.

Waltz deriva sua concepção de estrutura de uma analogia à microeconomia.⁵⁷ Para o autor, o sistema internacional possui uma estrutura independente que constrange o comportamento dos estados. Como consequência involuntária desse constrangimento, o comportamento dos estados reproduz a estrutura que os constrange.

Por estar preocupado com uma teoria da política internacional, Waltz busca identificar a constituição da estrutura política do sistema internacional. A partir do pressuposto de que nada pode ser inferido sobre a estrutura através da análise da natureza dos estados ou do seu número, argumenta que, ao contrário do que alguns autores defendem (KEGLEY e WITTKOPF, 1987, p.150), não se pode dizer que a estrutura aumenta com a entrada de novos estados no sistema, ou até mesmo que o sistema, como coloca Aron (1966), possui uma estrutura homogênea (com a premissa de que todos estados sejam democracias). Waltz também deixa claro que a mera análise das relações entre os estados não nos diz nada em relação à estrutura do sistema. Desta forma, mudanças no nível de conflito ou no número de alianças formadas pelos estados não alteram a estrutura do sistema internacional da forma como Waltz a compreende.

Para Waltz, a estrutura pela qual os sistemas políticos podem estar dispostos pode ser de dois tipos diferentes, de acordo com o princípio que as ordena: hierárquico e anárquico. Na primeira, as unidades possuem funções diferentes, o que significa dizer que são estruturalmente dependentes umas das outras. O modo de organização entre as unidades reflete relações de subordinação, com a distribuição de poder dando à hierarquia resultante uma forma distintiva. Na segunda, em contraste, as unidades se relacionam umas com as outras na forma de agentes independentes, o que resulta no fato serem funcionalmente autônomas a fim de evitar a dependência estrutural.

⁵⁷ Waltz faz uma analogia entre estados e firmas que operam em uma situação de competição perfeita. Os empreendedores podem, claro, precificar seus produtos no nível que quiserem, mas se o seu objetivo é otimizar sua posição, de forma que não possuem outra alternativa senão a de estabelecer seu preço com base no valor ditado pelo mercado. No mundo econômico, o mercado representa a estrutura operando independentemente das unidades e das transações que ocorrem entre os empreendedores (BUZAN e LITTLE, 2000, p.39).

Como Buzan e Little (2000) colocam, a divisão do trabalho associada à diferenciação funcional é uma característica distintiva das hierarquias, na medida em que sistemas anárquicos são caracterizados pela ausência de divisão do trabalho. Apesar de o poder estar presente em ambas, opera de formas distintas em cada configuração. Nas hierarquias, reforça as relações de subordinação, enquanto que, nas anarquias, funciona de forma a reproduzir a independência entre as unidades e, quando se verifica a distribuição desigual de poder (como acontece na maioria dos casos), torna-se possível identificar “polos” de poder e, então, a configuração da polaridade do sistema (uni, bi ou multipolar).⁵⁸

O panorama teórico de Kenneth Waltz e sua definição de estrutura buscam explicar porque e como o sistema internacional se mantém através do tempo. Apesar de admitir que esse pode sofrer mudanças (como quando da redistribuição de poder decorrente do fim da União Soviética), argumenta que estas residem fundamentalmente no interior da estrutura dos estados. Estariam, dessa forma, além do alcance de uma teoria sistêmica da política internacional. Esse ponto será posteriormente analisado em uma crítica que Buzan faz a Waltz e que diz respeito ao fato de sua teoria da política internacional conter implícita também uma teoria do estado.

5.3. A abordagem construtivista do sistema internacional

A principal crítica que os construtivistas fazem a Waltz diz respeito à “pouca teorização” do conceito de sistema internacional. Wendt (1992) coloca que, em função dos pressupostos metodológicos de Waltz, mais pontualmente sua insistência na distinção da estrutura do sistema da estrutura das unidades, este teria tratado a estrutura do sistema

⁵⁸ Waltz não espera que as considerações feitas em relação às distinções entre sistemas anárquicos e hierárquicos sejam verificadas no mundo real exatamente como colocado nos termos de sua teoria. Pelo contrário, o autor prevê a existência de evidências anárquicas em sistemas hierárquicos e vice-versa. No entanto, coloca que a estrutura de um sistema anárquico estável tende a prevalecer sobre qualquer efeito sistêmico gerado por resquícios hierárquicos que possam vir a ser observados.

meramente como um ambiente, o qual serve para constranger e conter as ações das unidades.

Colocado de outra forma, para Waltz, os estados só passam a se preocupar com a sua autonomia a partir do momento em que passam a interagir. Até então, não estariam suscetíveis aos constrangimentos estruturais. No entanto, a estrutura anárquica – orientada pelo poder – passa a existir a partir do primeiro momento no qual os estados interagem, de modo a constranger estes a desenvolverem uma relação competitiva uns em relação aos outros a fim de preservarem sua autonomia.

Wendt concorda com essa afirmação, mas vai mais fundo e propõe que a estrutura anárquica só possui esse efeito em decorrência das características de auto-referência, de auto-ajuda e do interesse pela sobrevivência comum a todas as unidades (características estas que Waltz relaciona ao nível das unidades, e não ao do sistema, como o faz Wendt). Wendt percebe que, no caso dos sistemas sociais, a estrutura do sistema e a estrutura das unidades são uma só, uma vez que sistema e unidade são mutuamente constituídos. Disto decorre que não é possível falar sobre a estrutura do sistema internacional sem falar simultaneamente sobre a identidade e os interesses das unidades que o compõem.

A acusação de Wendt à teoria de Waltz de ser “pouco teorizada” reside, portanto, no fato de o último “não ter percebido” que a forma como as unidades concebem o sistema internacional é constrangida pela visão coletiva (ou inter-subjetiva) de si mesmas. Ou seja, o mecanismo que estrutura as ações resulta da inter-subjetividade. Ao perceberem que estão operando em um sistema de auto-referência, composto por unidades de auto-ajuda e orientados pela sobrevivência individual, os estados são constrangidos pela compreensão inter-subjetiva a desenvolverem uma relação de competição. Para Buzan e Little (2000, p.42), a compreensão inter-subjetiva dos interesses e identidades dos estados constitui um atributo integral da estrutura anárquica do sistema, e só pode se desenvolver com base na interação. Essas considerações vão de encontro à metodologia de Waltz, que pressupõe que a estrutura anárquica do sistema existe independentemente de quaisquer regras que possam se originar no interior do próprio sistema.

Para Waltz, é o reconhecimento da soberania dos estados uns em relação aos outros que sustenta a autonomia das unidades no sistema internacional. Reconhece que essas regras associadas à soberania surgem a partir do momento em que os estados passam a interagir e, portanto, são produto dos processos de competição e socialização (o que equivale a dizer que são produtos da estrutura anárquica do sistema). A crítica de Wendt se resume, portanto, a dizer que a metodologia utilizada por Waltz impossibilita o reconhecimento de que a estrutura do sistema internacional é afetada pela emergência de regras associadas à soberania.

A metodologia utilizada por Wendt o aproxima da Escola Inglesa, uma vez que sua perspectiva em relação às regras que sustentam a soberania constituem um elemento essencial na complexa rede de regras que constitui a estrutura do sistema internacional (BUZAN e LITTLE, 2000, p.42). Wendt percebe a soberania como uma instituição que depende da implementação de regras que, como todas as regras, existem “somente em virtude de certos entendimentos e expectativas subjetivos” (1992, p.412). Como colocado por Buzan e Little, em função de o estado e o sistema serem constituídos mutuamente:

“ [os] ‘entendimentos e expectativas subjetivos’ inevitavelmente moldam os interesses e a identidade dos estados e, simultaneamente, a estrutura do sistema internacional. Como consequência, as regras não são moldadas pela estrutura do sistema anárquico, como sugere Waltz; são uma parte integral daquela estrutura. Da mesma forma que as regras internacionais mudam, também o faz a estrutura anárquica do sistema internacional” (2000, p.43).

5.4. A abordagem pluralista do sistema internacional

A principal diferença que se pode mencionar entre os teóricos abordados até então e os que serão abordados nessa seção diz respeito ao fato de os primeiros partirem de uma perspectiva metodológica monista (metafisicamente falando, compreendem a unidade da realidade como um todo), enquanto que os últimos não percebem problemas maiores na elaboração de perspectivas teóricas consideradas incompatíveis pelos monistas.

Morgenthau (1973), considerado o progenitor do realismo clássico nas RI, escreve logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Manifesta uma orientação metodológica

sistêmica ao conceber a política internacional em termos de um “sistema complexo” (1973, p.168), do que decorre duas características principais desta complexidade: a “interação mecânica de forças opostas” (*mechanical interplay of opposing forces*),⁵⁹ a qual associa com a operação da balança de poder; e a existência de um “acordo silencioso” (*silent compact*) intersubjetivo, o qual permite a emergência de uma sociedade internacional que se sobrepõe aos efeitos (mecânicos) da balança de poder. Do mesmo modo, Hedley Bull (1977) também destaca essas duas características, demonstrando a naturalidade com a qual os dois autores colocam lado a lado neorrealistas e construtivistas.

Para Morgenthau, quando um estado procura aumentar seu poder com o objetivo de promover uma política imperialista, esta despertará um aumento de poder proporcional do outro estado a fim de que se mantenha não somente a estabilidade (precária) do sistema, mas também a autonomia dos estados. Essa lógica é a mesma que Bull utiliza a fim de definir o sistema internacional como qualquer situação na qual estados estão em contato regular uns com os outros e “onde há interação suficiente entre eles para tornar o comportamento de cada elemento necessário no cálculo dos outros” (1977, p.10).

Watson (1992, p.311) coloca que essas pressões sistêmicas atuam “mecanicamente, no sentido de que agem além da vontade da comunidade em questão”. Mesmo que Morgenthau e Bull não consigam articular as implicações metodológicas dessa posição com a clareza que Waltz o faz; a lógica subjacente da estrutura do sistema condicionando o comportamento das unidades é exatamente a mesma nesses autores (BUZAN e LITTLE, 2000, p.44).

Nesse sentido, Morgenthau acrescenta que, apesar de o processo mecânico associado à balança de poder aparentar ser uma característica permanente do sistema internacional, esta é periodicamente contida por uma segunda característica, a qual minimiza o risco de a balança de poder se transformar em conflito efetivo. Ou seja, o autor coloca que, em diversos períodos históricos, a busca imperialista por poder foi estrangida por

⁵⁹ O autor utiliza o termo mecânico a fim de expressar de forma mais contundente a ideia de automaticidade do balanceamento de poder.

“limitações morais”, as quais foram aceitas por todas as unidades do sistema como resultado de um “acordo silencioso”. Uma “norma última” de comportamento seria constituída a partir desse acordo, a qual refletiria um conjunto de regras às quais os membros do sistema são moralmente obrigados a cumprir.

Bull (1977, p.13) também indica a existência de sociedades internacionais nas quais os estados, “cientes de interesses e valores comuns”, se consideram “sujeitos a um conjunto comum de regras em suas relações uns com os outros, e participam para a construção de instituições comuns”. Como Morgenthau, o autor nos remete a Wendt ao compreender a sociedade internacional em termos de “uma superestrutura, conscientemente posta em prática para modificar os constrangimentos mecânicos do sistema” (WATSON, 1992, p.311).

Apesar de perceber a Europa do século XIX como uma sociedade internacional, Morgenthau deixa claro que, após a Segunda Guerra, com a emergência da União Soviética e dos Estados Unidos como unidades dominantes e antagônicas, um novo balanço de poder – essencialmente mecanicista – havia retornado a fim de regular a política internacional (1973, p.340). Fica claro, portanto, a prevalência de um sistema internacional mecanicista sobre a sociedade internacional pactuada em seu modelo explicativo, uma vez que o “acordo silencioso”, que possibilita o surgimento da “sociedade competitiva”, tem respaldo no balanceamento mecânico do poder.

Os estados são encorajados, portanto, a se empenharem na manutenção de uma sociedade internacional governada por regras, uma vez que estão cientes de que, caso isso não aconteça (ou deixe de acontecer), o balanceamento mecânico de poder se reafirmará. Pode-se conceber, deste modo, a existência de um sistema internacional na ausência de uma sociedade internacional, mas não o contrário.

Bull e Morgenthau refletem a posição de Waltz em sua concepção de sistema internacional, ao mesmo tempo em que refletem a posição de Wendt em sua concepção de sociedade internacional. Disto decorre, como em outro capítulo, uma das maiores limitações da teoria das RI: a tentativa de explicar de forma totalizante tanto a sociedade

quanto o sistema internacional. Em grande medida, esse é o esforço dos realistas estruturais.

Bull ainda insere um terceiro elemento em sua perspectiva sistêmica – uma sociedade mundial formada por indivíduos ao invés de estados. Essa sociedade mundial pressupõe a existência de um “bem comum mundial” definido em termos de “fins ou valores comuns a toda sociedade universal e a toda humanidade” (BULL, 1977, p.84). Para a Escola Inglesa, essa sociedade não é meramente uma utopia, mas de fato existiu em diversos períodos em distintas partes do planeta. Colocam, ainda, que as sociedades internacionais sempre estiveram apoiadas em uma sociedade mundial. No entanto, não buscaram explicar de modo mais consistente a natureza da relação entre a sociedade mundial e a internacional.

A fim de compreender melhor os argumentos da Escola Inglesa, é necessário nos determos na relação entre sistema internacional, sociedade internacional e sociedade mundial. Para Bull (1977, p.22), por constituírem uma realidade mais ampla e infinitamente mais complexa, deve-se evitar a “reificação” desses elementos (ou seja, a autonomização dos conceitos a fim de tomá-los pela própria realidade a que se referem). Com isto, o autor quer chamar atenção para o fato de os elementos integrarem um panorama geral e não se constituírem em explicações em si mesmo. Bull insiste que “é sempre errado interpretar eventos como se a sociedade internacional fosse o elemento único ou dominante” (1977, p.55).⁶⁰

Uma elaboração do pensamento dos autores é realizada pelos realistas estruturais através da divisão do sistema em diversos setores que Buzan, Jones e Little propõem (1993). Ao estabelecerem uma distinção entre sistema e sociedade internacionais, os autores, apesar de estarem localizando suas explicações no nível sistêmico, o fazem em setores diferentes. O sistema internacional enfatizaria as relações político-militares, ao ponto em

⁶⁰ Buzan e Little (2000, p.46) colocam que, quando as características associadas com a sociedade internacional são destacadas, isto nunca deve ser feito às custas do reconhecimento da contínua importância das características anárquicas relacionadas ao sistema internacional e às forças transnacionais em trabalho dentro da sociedade mundial. Todos os três elementos existiriam de forma interligada, apesar das diferentes forças, podendo ser separados somente por conveniência metodológica.

que a sociedade teria seu foco nas relações sócio-políticas. Para Buzan e Little (2000), da possibilidade de existência de dois setores (ou seja, político e militar), decorre a possibilidade de existirem muitos outros (como o setor econômico). Coloca-se também um problema analítico fundamental, uma vez que na sociedade internacional as unidades dominantes são os estados, ao ponto em que na sociedade mundial são os indivíduos. Desta forma, mesmo que a sociedade mundial possa ser localizada no mesmo setor que a sociedade internacional, a primeira busca explicações em um outro nível de análise.⁶¹

Como foi visto nesse capítulo, as concepções do sistema internacional são variadas e resultam em uma variedade de explicações. Como veremos no capítulo seguinte, disto decorre um número vasto de modelos explicativos para uma análise do sistema internacional.

⁶¹ Realistas como Krasner (1976) colocam que o poder possui papel central também nas transações econômicas, uma vez que a presença de um estado hegemônico partidário dos princípios liberais seria indispensável para a existência de regras que governassem o livre comércio. A economia estaria subordinada, portanto, à estrutura política do sistema internacional. Para os pluralistas, no entanto, a emergência e a sobrevivência de regimes econômicos está mais sujeita à influência dos fluxos de informação que perpassam o sistema internacional ao invés do poder (KEOHANE, 1984).

6 ESTRUTURA, POLARIDADE E ESTABILIDADE: MODELOS SISTÊMICOS PARA A ANÁLISE DO SISTEMA INTERNACIONAL

O principal objetivo desse capítulo é apresentar os principais modelos analíticos desenvolvidos nas RI a fim de explicar as principais características do sistema internacional, como sua estrutura, polaridade e estabilidade. Em função de grande parte dos autores darem maior relevância à esfera da política internacional, as perspectivas aqui apresentadas são, em grande medida, relacionadas a análises políticas. A discussão sobre quais são e como classificar as teorias sistêmicas das RI também não é consensual. A título de esclarecimento, mencionarei algumas abordagens relevantes aos objetivos que esse trabalho se propõe.

Para Robert Jervis (1997), pode-se estabelecer quais são as teorias sistêmicas da política internacional através da consideração de se causa, efeito, ou ambos estão no nível de análise sistêmico (ou seja, através da análise das variáveis utilizadas pelos autores e da localização destas em determinado nível). Disto decorre que as teorias podem ter a variável independente no nível de análise sistêmico; podem ter a variável dependente no nível de análise sistêmico; ou podem ter ambas as variáveis no nível de análise sistêmico.

Como o próprio autor deixa claro, essa abordagem é confusa em função de autores como Waltz (1979) sustentarem mais de um tipo de análise e não poderem ser devidamente classificados. Isso ocorre em função de, apesar de o foco central de sua análise estar direcionado para fenômenos em que tanto a variável independente, quanto a dependente são sistêmicas, também analisam os impactos sistêmicos sobre as unidades (por exemplo, a política externa dos estados).

Outros problemas decorrem do fato de que algumas variáveis independentes são mais difíceis de se classificar, como as destacadas por Hoffmann (1968) – a importância da tecnologia, normas e crenças transnacionais. Ao mesmo tempo em que estas estão localizadas dentro das unidades, também perpassam os limites dos estados. Jervis (1997, p.93) destaca, ainda, as dificuldades relativas à definição das variáveis.

De modo geral, o quadro estabelecido pelo autor coloca que Singer (1964; 1966) e os seus colegas do projeto *Correlates of War* analisam o nível sistêmico a fim de encontrar tanto variáveis dependentes (a estabilidade como incidência de guerras) quanto variáveis independentes (a agregação em alianças e a concentração de poder). Rosecrance (1966), por sua vez, perceberia somente os efeitos no nível sistêmico, sendo que os principais determinantes da variável sistêmica (a estabilidade) estariam relacionados à segurança das elites. Aron (1966) e Hoffmann (1968; 1972), por sua vez, percebem causas no nível das unidades como centrais para a variável da estabilidade do sistema. Ou seja, de modo geral, esses autores percebem o sistema como a variável dependente. Outros teóricos (como os da teoria da dependência) percebem o sistema como causa e o comportamento dos estados como efeito.

Para Waltz (1979, p.39), uma teoria da política internacional só é sistêmica se encontrar partes da explicação dos seus achados no nível internacional-político. O autor compreende que um método analítico seria suficiente para a compreensão das relações internacionais enquanto os efeitos do nível sistêmico estiverem ou ausentes, ou forem demasiadamente fracos a ponto de poderem ser ignorados. Uma abordagem sistêmica se faz necessária, portanto, “se os resultados são afetados não apenas pelas propriedades e interconexões das variáveis, mas também pela forma como estas estão organizadas” (1979, p.39).

Disto decorre a compreensão de que as análises que tem seu foco principal nos atores e nas interações que se dão entre estes, sejam eles indivíduos, grupos de pessoas, ou instituições burocráticas podem ser consideradas reducionistas, no sentido de que priorizam o nível dos indivíduos. A abordagem que enfatiza as estruturas que proporcionam o quadro no qual essas interações ocorrem serão consideradas sistêmicas ou estruturais, no sentido de que verifica-se a influência da estrutura sobre a interação dos atores.⁶²

⁶² De acordo com Richard Little (1985, p.76), para a teoria estruturalista, as ações de grupos ou indivíduos, quando em conjunto, produzem padrões de comportamento que podem ser fundamentalmente diferentes daqueles que existiriam se o ator individualmente fizesse parte de outra estrutura. Nesse sentido, as

Para os neorrealistas, os estados são constrangidos pela estrutura do sistema em relação a sua ação. Outros teóricos descrevem sistemas internacionais alternativos através de classificações relativas à quantidade de polos de poder que podem ser identificados no sistema, ao ponto que outros (SINGER e SMALL, 1966) desenvolveram modelos (ou imagens) do sistema internacional através da análise de variáveis diversas, como o grau de conflito ou de cooperação.

A razão pela qual os modelos abordados na próxima seção estão nesse capítulo está relacionado ao fato de que estes buscam explicações no sistema internacional ou para o sistema internacional. Em comum, os autores possuem o fato de a) abordarem o nível internacional de análise e b) possuírem elementos comuns em seus esquemas analíticos do sistema internacional. Dentre esses elementos, pode-se destacar os fatores que contribuem para a estabilidade ou instabilidade do sistema, bem como os mecanismos de adaptação do sistema para se manter em equilíbrio (ou em estado estático, como preferem alguns autores).

Também é passível de menção a preocupação com a capacidade, em maior ou menor grau, de mobilização de recursos por parte de alguns estados e os resultados que isto traz para o sistema como um todo, bem como a possibilidade de alguns estados de utilizar de forma distinta tecnologia avançada. Em se tratando do âmbito interno dos estados, os autores destacam a relevância da compreensão dos impactos que as forças domésticas do interior das unidades possui sobre a estabilidade do sistema internacional e, por conseguinte, como este reage às perturbações. Desta forma, fica evidente o interesse pela estrutura e estabilidade do sistema internacional.

características de comportamento e o impacto dos padrões de comportamento, ou interações, do grupo são maiores que, e diferenciadas daquelas das partes individuais.

6.1. Teorias da Polaridade e Estabilidade Internacional⁶³

Falar em polaridade é falar do número de atores e sua respectiva distribuição de capacidades, o que implica, na maioria das vezes, em se falar também da estrutura do próprio sistema. A relação daí decorrente da estrutura do sistema internacional (o número e tipo de unidades e a distribuição relativa de poder) e a incidência de guerras origina o debate acerca da importância da estrutura feito pelos teóricos neorealistas e realistas estruturais. Essa discussão compreende também as relações entre distribuição de poder no sistema internacional e sua estabilidade, dando origem a um dos questionamentos mais conhecidos da área: sistemas internacionais bipolares são mais ou menos propensos à guerra do que os sistemas internacionais multipolares?

Inúmeros acadêmicos (DEUTSCH, 1982; SINGER, 1966; WALTZ, 1979; ROSECRANCE, 1966) teorizaram acerca das implicações da multipolaridade e da bipolaridade para a frequência e intensidade das guerras. O colapso da União Soviética no final do século passado trouxe complicações teóricas para a compreensão da estrutura do sistema internacional, uma vez que impôs alterações práticas significativas para o sistema e suas variáveis. Passou-se a questionar quais seriam os modelos sistêmicos futuros e as possibilidades de emergência de novos conflitos decorrentes dessas reorganizações. Em grande medida, esse debate se desenvolve ainda hoje, e discute desde o surgimento de “países emergentes” até o declínio do poder da “superpotência” norte-americana. Para tanto, o debate nessa seção do capítulo se focará na teorização da polaridade no sistema internacional e das implicações desta sobre sua estabilidade.

Deutsch e Singer (1964, p.400) colocaram a hipótese de que “uma vez que o sistema se distancia da bipolaridade em direção à multipolaridade, a frequência e a intensidade das guerras devem diminuir”. Para os autores, alianças de nações são redutoras da liberdade dos aliados, ou seja, impedem que estes interajam com estados que não são membros. Desta forma, quanto maior o número de atores que não são membros da aliança, maior o

⁶³ O termo estabilidade, compreendido a partir da perspectiva sistêmica da política internacional, pode ser relacionado à ausência de grandes guerras entre grandes estados do sistema. No entanto, essa discussão é vasta e envolve o mais variado escopo de posições. Para mais, ver Jervis (1997, p.94-8).

número de parceiros potenciais para interação no sistema internacional. Contudo, mesmo que a participação em uma aliança minimize a possibilidade de conflitos entre os países que fazem parte dela, aumenta em relação aos países que não fazem parte. No modelo dos autores, a interação entre os estados é tão provável de ser competitiva como cooperativa. Disto decorre que quanto mais limitada a possibilidade para interagir, maior o potencial para instabilidade.⁶⁴

Portanto, a multipolaridade é percebida como redutora das perspectivas para uma corrida armamentista em função de um país ser mais propenso a responder exclusivamente ao aumento no gasto em armamentos de um poder rival que parece contrário aos seus interesses e não contra qualquer país mais forte.

No que tange à determinação dos atores centrais e dos periféricos e como isso estrutura a polaridade do sistema, os neorrealistas argumentam que é a distribuição de capacidades que explica os padrões de interação, inclusive as perspectivas de guerra e paz. A determinação da quantidade de polos de poder, ou seja, se o sistema é unipolar, bipolar ou multipolar, se dá de forma relativa, uma vez que medem a força de um estado em relação a dos outros. A polaridade também é avaliada através da formação de alianças ou coalizões entre os estados. Os neorrealistas ressaltam, ainda, a importância da distribuição das capacidades entre os estados mais fortes e, em particular, a possibilidade que essas disparidades têm de afetar, ou não, as relações entre os atores principais e os outros estados (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2001, p.123).

⁶⁴ A interação com um grande número de nações produziria lealdades, as quais reduziriam a hostilidade entre duas nações, resultando, na prática, no fato de que os atores possuem interesses múltiplos e, apesar de que um ator possa discordar de um segundo ator em relação à determinado tópico, o primeiro necessita do apoio do segundo ao negociar com um terceiro ator em relação ao qual tanto o primeiro quanto o segundo compartilham de um interesse oposto. O resultado disso tudo são interesses transversais e lealdades que devem ser levadas em consideração por qualquer ator na decisão de participar ou não de uma guerra contra qualquer outro ator. Uma hipótese a favor da correlação entre o número de atores e as possibilidades de guerra está baseada no “grau de atenção que qualquer nação no sistema pode dar para todas as outras nações ou para possíveis alianças entre nações” (DEUTSCH e SINGER, 1964, p.392). Quanto maior o número de relações bilaterais (relações entre pares de atores), menor a quantidade de atenção que um ator pode dar para qualquer uma das relações bilaterais. Se uma porcentagem mínima da atenção externa de uma nação é necessário para “o comportamento que tende em direção ao conflito armado, e o número no aumento de atores independentes, diminui a parte que qualquer nação pode alocar para um único ator; tal aumento provavelmente terá um efeito estabilizador sobre o sistema” (DEUTSCH e SINGER, 1964, p.400).

Mansfield (1993, p.112-3) argumenta que mensurar a distribuição do poder no sistema internacional com base no número de polos pressupõe que estes não possuem discrepâncias significativas de poder entre eles. Ou seja, o que ele quer dizer é que esses estados são estruturalmente equivalentes, uma vez que possuem o mesmo poder relativo. No entanto, os estados não são simetricamente poderosos, o que resulta em inúmeras implicações a serem levadas em consideração. Como o autor coloca, é de extrema importância atentarmos para as implicações teóricas acerca da guerra e da paz que a existência de diferenças importantes entre o número de polos e a distribuição de poder entre seus respectivos componentes coloca.

O autor sugere o modelo explicativo de uma estrutura bipolar com dois estados igualmente poderosos que são, ao mesmo tempo, mais poderosos que todos os outros estados do sistema. De acordo com o seu modelo, o sistema permanecerá estável na medida em que um dos dois estados mais poderosos não crie disparidades (através do aumento de suas capacidades ou da formação de alianças com estados menores) em relação ao outro. De acordo com o autor, para os teóricos da balança de poder, as guerras são mais prováveis quando assimetrias de poder existem entre os atores mais poderosos. Deste modo, tanto o número de polos quanto o nível de distribuição de poder entre os principais estados do sistema constitui um determinante importante para o desencadeamento de uma guerra (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2001, p.123).

6.2. Teorias da Estabilidade e a Estrutura do Sistema Internacional

A despeito de ter deixado claro na seção anterior a falta de comum acordo sobre o tema da polaridade, alguns autores afirmam que um sistema multipolar provavelmente seria mais instável do que um sistema bipolar. No entanto, se há discordância em relação até que ponto a bipolaridade conduz à estabilidade, discordância comparável existe na teorização acerca de um mundo multipolar.

Autores como Hoffmann (1972, p.622) sugerem que um sistema internacional com cinco pólos de poder assimétricos (o que hipoteticamente existiu no início dos anos 1970) não

era somente indesejável, mas também perigoso. Isso se dava pelo fato de que o aumento da incerteza poderia levar a uma corrida armamentista desestabilizadora.

Para Healy e Stein (1973) haveria uma tendência ao equilíbrio do sistema internacional baseada em uma balança de poder multipolar, supondo-se que “relações não balanceadas tendam mais à instabilidade do que relações balanceadas” e que “a tensão causada pelas relações instáveis induza a uma mudança no padrão de interação” (HEALY e STEIN, 1973, p.66). Esse estudo alterou a hipótese de Singer e Small apresentada no capítulo anterior, que colocava que o alinhamento entre dois ou mais estados favorecia a oposição de outros e aumentava o risco de guerra.

Mearsheimer (1990), por sua vez, percebia o final da Guerra Fria como uma mudança estrutural significativa para o sistema internacional (principalmente na Europa, onde houvera a desintegração da estrutura bipolar que dividia o continente até então). O resultado seria o aumento do risco de crises, uma vez que aumentara o número de atores e, por conseguinte, a distribuição de capacidades entre eles. Nas palavras do próprio autor, “as chaves para a guerra e para a paz residem mais na estrutura do sistema internacional do que na natureza dos estados individualmente”.

A partir dos trabalhos de Deutsch e Snyder, Gaddis (1987, p.228) sugeriu que sistemas estáveis poderiam ser definidos pela capacidade de manterem suas características essenciais, ou seja, um sistema no qual os estados mais poderosos evitam que um estado domine, garantindo a sobrevivência dos membros e prevenindo uma guerra. Sistemas estáveis são tidos como auto-regulados no sentido de que possuem mecanismos para agir contra pressões que possam mitigar sua existência. A sobrevivência do sistema depende, em grande medida, da existência de procedimentos aceitos pelos principais membros do sistema para solucionar disputas. John Gaddis (1987) percebia que teoria sistêmica proporcionaria critérios para fornecer uma base para se diferenciar configurações políticas estáveis das instáveis, mesmo que a aplicação de tal critério não nos possibilite concepções comuns acerca de quais tipos de sistemas são estáveis ou não. É um autor que se aproxima bastante do arcabouço teórico discutido no primeiro capítulo, mas não vai além da menção desses termos.

Em contraste à perspectiva de Deutsch e Singer, Kenneth Waltz (1967; 1979) e John Mearsheimer (1990) argumentam que um sistema internacional bipolar, no qual está presente a disparidade de poder entre as grandes potências e os estados menores, bem como a detenção, por parte das grandes potências, de vasto arsenal nuclear, é mais propenso à estabilidade do que um sistema multipolar. Uma vez que as grandes potências possuem a capacidade de infligir e controlar a violência, estas são “capazes de moderar o uso da violência por parte dos outros e de absorver mudanças possivelmente desestabilizadoras que possam emanar do uso da violência não controlada por eles” (WALTZ, 1967, p.220). Nesse sistema, ambas as potências, respondendo ao seu instinto de sobrevivência, procuram permanentemente manter um balanço de poder relacionado a diversas capacidades, como força militar e tecnológica.⁶⁵

Saperstein (1991, p.70) concorda com Waltz e discute as implicações à estabilidade colocadas pela transição de um mundo bipolar para um tripolar, no qual cada um dos atores possui uma relação de competição um com o outro. O autor conclui que, em um sistema mais complexo, haveria a diminuição da estabilidade, uma vez que, com atores adicionais, o nível de incerteza em relação à resposta dos outros atores aumenta em situações de crise (instabilidade). Complexidade, instabilidade e incerteza – todas aumentadas em um sistema tripolar, se comparadas a um sistema bipolar – proporcionam os ingredientes para a guerra. Seu trabalho, baseado em um modelo matemático não-linear da competição internacional, dá respaldo à argumentação de Waltz de que um mundo bipolar é mais estável que um sistema multipolar.

Diversos autores atentaram para o fato de que a polaridade nem sempre é a variável principal para a compreensão da política internacional. Hopf (1991, p.477) coloca que a compreensão do sistema europeu do século XVI não reside na polaridade, e que a presença de outras variáveis, como a capacidade técnica de ataque e defesa de um estado,

⁶⁵ Para Waltz (1979), a vantagem da bipolaridade reside no fato de que, estados absolutos em seu poder, recorrem ao uso da força com menor frequência. Para o autor, a bipolaridade é expressa como o controle recíproco dos dois estados mais fortes através do seu antagonismo mútuo, sendo que cada um é extremamente sensível aos ganhos de poder do outro. Veremos mais sobre a teoria de Waltz no capítulo seguinte.

a facilidade com a qual recursos militares eram adquiridos e a natureza dos sistemas estratégicos era de fundamental importância.

Rosecrance (1966, p.318) oferece um modelo alternativo (bimultipolaridade) que vai de encontro tanto ao modelo de Deutsch-Singer (multipolaridade) quanto ao de Waltz (bipolaridade). Para o autor, um mundo bipolar no qual duas grandes potências estão interessadas no resultado de todas as principais questões internacionais é essencialmente um jogo de soma zero. Desta forma, as motivações para se expandir e, por conseguinte, o potencial para entrar em conflito são maiores em um sistema bipolar do que em um multipolar.

No entanto, mesmo que a intensidade do conflito seja mais baixa em um sistema multipolar do que em um bipolar, Rosecrance (1966, p.344) compreende que a frequência do conflito será tanto maior em um mundo multipolar quanto maior a diversidade de interesses e demandas: “se uma ordem multipolar limita as consequências do conflito em qualquer outra parte do sistema, ela dificilmente diminuirá o seu número”. A razão para isso reside no fato de que se um sistema bipolar envolve um conflito entre dois polos, este pelo menos reduz ou elimina o conflito em outras partes do sistema.

Outro fato destacado pelo autor é que a multipolaridade, ao mesmo tempo em que reduz a importância das mudanças na balança de poder, também aumenta a incerteza em relação às suas consequências. Portanto, torna a formulação de políticas mais complexa e o alcance de resultados estáveis mais difícil.

Na bimultipolaridade, “os dois principais estados agiriam como reguladores do conflito em áreas exteriores; mas estados multipolares agiriam como mediadores e contentores para o conflito entre poderes bipolares. Em nenhum dos casos o conflito seria eliminado, mas poderia ser mantido em jogo” (ROSECRANCE, 1966, p.352). As nações bipolares e, em particular, as grandes potências, buscariam conter uns aos outros a fim de que o outro não obtivesse domínio, enquanto que agiriam em conjunto por partilharem do interesse em minimizar conflitos ou disputas em uma região multipolar do globo. Os estados multipolares, mesmo que tenham rivalidades provenientes da diversidade de

interesses e perspectivas nacionais, possuiriam um interesse comum em resistir à ambição dos poderes bipolares. Desta forma, a probabilidade da guerra seria muito menor em um sistema bímultipolar do que em um sistema estritamente bipolar ou estritamente multipolar.⁶⁶

Uma abordagem sistêmica alternativa é a de Young (1968), que elaborou um modelo que enfatiza a interpenetração entre os eixos globais com subsistemas emergentes. Young critica tanto os modelos bipolares quanto os multipolares. Pois enfatizam problemas advindos da estrutura e da dinâmica do sistema. O “modelo descontínuo” de Young coloca sua ênfase na influência dos processos regionais e globais de poder sobre padrões de congruência e descontinuidade. Para Young (1968, p.372), esses termos dizem respeito ao grau ao qual “padrões de interesse político e relações de poder são similares ou dissimilares, bem como às áreas globais e diversas áreas regionais e entre as próprias áreas regionais”.

Seu conceito de descontinuidade é semelhante a um modelo de sistema complexo e o autor enfatiza as dificuldades de se estabelecer os limites entre um sistema e outro. Para o autor, a definição dos limites dos sistemas não pode ser respondida, uma vez que corresponde a uma questão de ordem metodológica – ou seja, a uma definição do próprio pesquisador – e não existe no mundo real. Atores como potências militares e econômicas, nacionalismo e desenvolvimento econômico seriam relevantes para o sistema como um todo, a despeito de os subsistemas internacionais possuírem características e padrões de interação próprios. O modelo proposto pelo autor enfatiza essas descontinuidades a fim de possibilitar o conhecimento acerca da variedade e complexidade da interpenetração entre os subsistemas; dos *trade-offs* e possibilidades para manipulação através dos subsistemas; do problema de incompatibilidade dos atores com os interesses sistêmicos; da relação entre vários subsistemas e os padrões globais da política internacional.

⁶⁶ Rosecrance concluiu que o aumento da multipolaridade potencializaria as perspectivas de *détente* entre as grandes potências e, desta forma, para a colaboração entre elas na resolução de problemas de natureza multipolar (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2001, p.131).

Como pode-se perceber, pouco consenso existe entre os teóricos sistêmicos acerca de qual a disposição das unidades na estrutura estaria associada a um sistema mais estável nos termos da não ocorrência de conflito. Fica evidente que as análises possuem seu foco nos elementos mais variados – desde a distribuição de capacidades em termos de poder relativo ou absoluto até a aderência a uma norma a fim de minimizar as consequências dessa distribuição. Não só isso, mas também percebe-se a centralidade do debate acerca da estrutura do sistema internacional na teoria das relações internacionais, uma vez que diversos autores compreendem que ela serve como condicionante tanto da distribuição de poder quanto da organização dos estados. O capítulo seguinte tem como tema central o mesmo debate realizado nesse capítulo. No entanto, está restrito à discussão em torno da teoria sistêmica da política internacional mais bem concluída até hoje; qual seja, a de Kenneth Waltz.

7 ESTRUTURA, POLARIDADE E ESTABILIDADE EM KENNETH WALTZ: PODER EXPLICATIVO E LIMITAÇÕES

O presente capítulo se propõe a uma discussão complementar à iniciada no capítulo anterior. Para tal, possui seu foco central na explicação estrutural que Kenneth Waltz (1959; 1967; 1979) dá para a polaridade e a estabilidade do sistema internacional. Os principais motivos pelos quais optei por abordar em maior profundidade a teoria de Waltz estão relacionados ao fato de o neorealismo ter se tornado a principal corrente de pensamento na teorização das relações internacionais. Não obstante, a compreensão da explicação estrutural da estabilidade está relacionada à compreensão do sistema internacional como um todo nas RI.

Através do desenvolvimento de uma explicação estrutural para a lógica do poder político, o autor deu novo fôlego à tradição realista clássica, sendo um dos poucos teóricos das relações internacionais que conseguiu estabelecer um diálogo consistente e direto com autores clássicos como Maquiavel, Hobbes e Tucídides.⁶⁷ Despertou, ainda, renovado interesse pela discussão acerca das fundações filosóficas da disciplina de Relações Internacionais.

Sua obra *Theory of International Politics* (1979) alterou substancialmente a teorização das relações internacionais e tem influência significativa no debate ainda hoje, seja através da expansão do escopo da sua teoria da política internacional, seja através da sua crítica.⁶⁸ O período do final dos anos 1970, no qual o livro foi publicado, verificou o aumento dos teóricos que advogavam a importância da interdependência e do transnacionalismo para a explicação das relações internacionais baseadas na fragmentação do poder do estado, como exposto nos modelos de diversos autores do

⁶⁷ O autor deixa claro, no entanto, sua tentativa de se afastar da tradição realista clássica (MORGENTHAU, CARR, ARON, KENNAN, WIGHT, KISSINGER), a qual dominara as RI ao longo do período pós-Segunda Guerra.

⁶⁸ Para as principais apreciações críticas da teoria, ver Keohane (org.), *Neorealism and its Critics* (1986), Walker, *Realism, Change and International Political Theory* (1987) e Wendt, *The Agent-Structure Problem in International Relations Theory* (1987). Para teorizações que se valeram da teoria de Waltz como ponto de partida, ver Gilpin, *War and Change in World Politics* (1981) e Walt, *The Origins of Alliances* (1987).

capítulo anterior. Esses autores foram pegos de surpresa, no entanto, pelo fato de a *détente* ter dado novos rumos à Guerra Fria, resultando no que alguns autores compreendem por Segunda Guerra Fria. Ao contrário dos teóricos que advogavam a favor do debate sobre a desintegração do poder do estado:

“a teoria de Waltz tomou a habilidade de sobrevivência do estado como axiomática. Em parte em função da natureza abrangente do ataque à disciplina e em parte devido ao fato de a teoria de Waltz ter reverberado com os tempos. As ideias subjacentes à teoria da política internacional se disseminaram rapidamente e Waltz logo foi visto como provedor de um grande desafio para perspectivas teóricas alternativas. O trabalho que emergia daquelas perspectivas nos anos 1980, em muitas instâncias, trazia reavaliações teóricas e metodológicas derivadas da crítica a Waltz” (BUZAN *et al.*, 1993, p.4).

A importância do autor é ainda maior ao debate acerca da distribuição de poder no sistema internacional e das consequências desta para sua estabilidade. Uma compreensão geral acerca do sistema internacional, como a que esse trabalho objetiva, deve obrigatoriamente passar pela discussão de Waltz e de algumas críticas feitas à sua abordagem. A primeira parte do capítulo apresenta uma breve discussão em relação à concepção de estrutura em Waltz. A partir da sua aplicação, posteriormente aborda os pontos que o modelo sistêmico estrutural de Waltz é capaz de explicar no que tange à polaridade do sistema internacional. A segunda parte procura mencionar brevemente algumas contradições advindas dessa compreensão, ou seja, alguns pontos que sua teoria não explica de forma eficaz, bem como algumas limitações da explicação estrutural.

7.1. A concepção de estrutura em Kenneth Waltz

No capítulo *Estruturas Políticas* (1979, p.79-101), Kenneth Waltz sugere que um sistema internacional sempre possuirá uma estrutura. Como o próprio autor coloca (1979, p.80):

“Uma estrutura é definida pelo arranjo das suas partes. Somente mudanças de arranjo são mudanças estruturais. Um sistema é composto por uma estrutura e por partes que interagem. Tanto a estrutura, quanto as partes são conceitos, relacionados, mas não idênticos, aos atores e agências reais. A estrutura não é algo que enxergamos. [...] Uma vez que

a estrutura é uma abstração, esta não pode ser definida através da enumeração das características reais do sistema. Deve, ao contrário, ser definida pelo arranjo das partes do sistema e pelo princípio desse arranjo”.

A partir dessas considerações, compreende a estrutura política em três camadas: o princípio organizacional (anarquia ou hierarquia; ou seja, a ausência ou presença de governo central, respectivamente); a diferenciação funcional das unidades (considera o grau de semelhança entre as unidades, bem como em relação ao que estas estão estruturadas para fazer); e a distribuição de capacidades (diz respeito à quantidade de potências presentes no sistema e advém da distribuição de poder entre as unidades).

Waltz compreende que a estrutura influencia o comportamento das unidades, mas não coloca que aquela sempre será a causa determinante do comportamento destas. Sempre que possível, deixa claro (1979, p.48-9, 78, 87, 123) a existência de outras causas – as quais podem, inclusive, se sobrepor aos efeitos da estrutura. Nessa direção, coloca que “uma abordagem sistêmica é necessária somente se a estrutura do sistema e suas unidades que interagem se afetam mutuamente. Uma abordagem sistêmica tem sucesso somente se os efeitos estruturais são claramente definidos e evidenciados” (1979, p.58). Ou seja, a estrutura também pode estar presente, mas não manifestar seus efeitos visivelmente.

Ainda no que diz respeito aos efeitos estruturais, estes podem variar sua intensidade. Há fundamentalmente três possibilidades que determinarão a força do efeito estrutural: a primeira percebe a presença de algo na própria configuração da estrutura, o que determinaria se o seu efeito será forte ou fraco. A segunda possibilidade está relacionada à presença de uma variável que vá de encontro à ação da estrutura, de modo que influencia a força dos seus efeitos, mas não os anula.⁶⁹ Por fim, a última possibilidade é a de os efeitos estruturais, mesmo que existentes, serem anulados por efeitos concorrentes

⁶⁹ O primeiro candidato para isso é o processo, o qual, por sua vez, reside na capacidade de interação (BUZAN *et al.*, 1993, capítulo 4) mencionada na seção anterior desse capítulo. O argumento é que efeitos estruturais variam proporcionalmente com a frequência e a intensidade da interação; quando a interação é alta (por exemplo, altos níveis de guerra ou de trocas comerciais entre as unidades), efeitos estruturais devem ser fortes; quando é baixa (baixo nível de conflito e comércio esporádico), efeitos estruturais são baixos.

mais fortes. Esses efeitos podem estar localizados em outros níveis de análise e/ou setores.⁷⁰

7.1.2. A explicação estrutural da polaridade do sistema internacional

Tendo compreendido a concepção de estrutura de Waltz, passamos agora à explicação estrutural da polaridade do sistema internacional. A principal conclusão do autor em relação ao tema é de que sistemas bipolares são mais estáveis que os multipolares, sendo, portanto, menos propensos a guerras.⁷¹ Essa afirmação está baseada em três pontos.

O primeiro é que, em um sistema bipolar, os dois estados mais poderosos sabem que o único estado que pode se constituir em uma ameaça ao seu poder é o outro estado mais forte. Por outro lado, em um sistema multipolar, determinar qual estado constitui uma ameaça maior é mais complicado, uma vez que qualquer um dos outros estados mais fortes podem obter ganhos substanciais de poder sem que os outros estados o percebam como uma ameaça direta e tenham tempo para contrabalançá-lo.⁷² Isso não seria verificado em um sistema bipolar, pois cada uma das duas potências estaria em constante vigilância uma em relação à outra. Aumentos de capacidades que resultassem em discrepâncias de poder seriam, desta forma, contrabalanceados.

O segundo ponto está relacionado ao primeiro. O autor coloca que, em um sistema bipolar, cada um dos dois estados mais poderosos está ciente de que não pode se eximir da responsabilidade pela manutenção da paz na expectativa de que outro país zele por

⁷⁰ Por exemplo, acontecimentos fortes no nível da unidade, como uma revolução em um ou mais estados, ou a difusão de homogeneidade ideológica (como colocada pelas teorias da paz democrática), podem anular efeitos do nível sistêmico. Ou, ainda, os efeitos da interação econômica (nos termos dos defensores liberais do livre comércio), os quais seriam capazes de atravessar limites entre os setores e anular os efeitos da estrutura política (BUZAN e LITTLE, 2000, p.86)

⁷¹ Para críticas a essa asserção, ver Copeland (1996). Para opiniões convergentes, ver Mearsheimer (1990).

⁷² O modelo de Deutsch e Singer mencionado em capítulo anterior desse mesmo trabalho coloca o contrário. Para eles, a multipolaridade é mais estável em função de que, sob esta condição, cada estado deve dividir sua atenção entre todos, de modo a reduzir as chances de que ele perceba qualquer um dos outros estados como uma ameaça suficiente ao ponto de entrar em conflito.

esta em seu lugar. Apesar de a contenção ou derrota de um estado agressor se constituir em um “bem comum” à totalidade do sistema, os custos para isso são sentidos de forma distinta por cada estado. Em um sistema multipolar, o “bem coletivo” pode ser deixado em segundo lugar (e, muitas vezes, nem ser alcançado), uma vez que muitos estados preferirão “pegar carona” (*bandwagoning*) nos gastos dos outros estados para conter agressores comuns.

O último ponto é o que suscita maior debate nas RI em função de levar em consideração dinâmicas sistêmicas importantes: em um mundo bipolar, as duas potências não se sentiriam impelidas a formar alianças em função de possuírem capacidades suficientes para depender do seu “balanceamento interno”; ou seja, são capazes de adquirir armamento através de programas internos (WALTZ, 1979, p.168). Em um sistema multipolar, em contraste, em função de não poderem se defender sozinhos, os estados são dependentes uns dos outros, o que os obriga a formar coalizões. Disto decorre obrigações importantes, como ter que participar em conflitos não porque estes colocam diretamente seus interesses em jogo, mas porque indiretamente colocam sua própria segurança em jogo em caso de perda de um aliado.

Estabelecidas as três principais razões para a afirmação de Waltz de que um sistema bipolar é mais estável do que um multipolar, acho importante destacar porque a explicação estrutural da polaridade permanece superior a dos teóricos comportamentais mencionados no capítulo anterior em alguns casos.

7.1.3. A superioridade da concepção estrutural de polaridade: a projeção do período pré-Primeira Guerra no período da Guerra Fria

Autores como Hoffmann (1972), Aron (1966), Deutsch e Singer (1964) e Rosecrance (1966) definem a polaridade do sistema internacional em termos não-estruturais (comportamentais); ou seja, compreendem que o número de polos de um sistema pode ser determinado através do número de agrupamentos de estados (alianças). Jervis (1997, p.113) apresenta um exemplo bastante elucidativo para essa discussão: o período anterior

à Primeira Guerra Mundial era percebido como bipolar em função de ser caracterizado por duas alianças rígidas entre os países (Tríplice Aliança e Tríplice Entente). Ao se depararem com as configurações da era da Guerra Fria, os teóricos acima mencionados projetaram as mesmas dinâmicas do período anterior a fim de se compreender a configuração polar da Guerra Fria.

No entanto, Waltz se valeu da compreensão da polaridade em termos estruturais a fim de demonstrar as inadequações dessa projeção. Para ele, o que era determinante da polaridade na análise não seria o número de alianças, mas o de grandes potências. A despeito de estarem agrupados em duas alianças, o sistema não podia ser considerado bipolar em função de que os estados só agiriam de forma unificada enquanto assim quisessem; caso um dos países optasse pela neutralidade (ou pela troca de lado), a segurança dos parceiros seria minada. Para o autor, no período anterior à Primeira Guerra, a rigidez estratégica era o resultado da existência da possibilidade de aliar-se com um número maior de países.

De modo geral, a definição da bipolaridade em termos estruturais de Waltz (e também de Snyder) evidencia que a similaridade entre o período anterior à Primeira Guerra e a Guerra Fria é somente superficial e pode ser descartado através de uma análise mais aprofundada. Essa análise evidenciaria a possibilidade de compreendermos como a estrutura influencia o comportamento nacional e a estabilidade do sistema como um todo.

A importância da compreensão da estabilidade a partir de termos estruturais reside, portanto, no fato de possibilitar uma explicação mais adequada para o poder de barganha dos estados, os laços que os ligam e as possibilidades decorrentes destes (ou seja, de modo geral, é mais representativa de todas as características sistêmicas destacadas no capítulo 3). Portanto, sob a bipolaridade, cada potência sabe que a única ameaça ao seu poder é a outra potência e que não pode esperar que outros estados se responsabilizem pela estabilidade do sistema. Não precisa, também, temer as consequências da perda de um aliado, uma vez que pode equilibrar ganhos de poder por parte da outra potência através da mobilização de recursos internos. Para Jervis (1997, p.118), “tudo isso elimina três caminhos comuns para uma grande guerra: os dois

primeiros operaram nos anos 1930 e o terceiro foi, em parte, responsável pela Primeira Guerra Mundial”.

7.2. Apreciações críticas da concepção de estrutura em Kenneth Waltz

A despeito do poder explicativo da sua teoria, inúmeros são seus críticos. Nessa seção apresentarei algumas apreciações críticas em relação à concepção estrutural do autor. Já vimos na seção anterior um exemplo que sua teoria explica; agora veremos algumas de suas limitações. A finalidade das críticas não é apresentar uma alternativa ao modelo do autor, mas indicar limitações a partir das quais possam ser realizados avanços teóricos.

7.2.1. Limites da explicação estrutural: o problema do intervencionismo em um mundo bipolar

Robert Jervis (1997, p.121) identifica uma importante contradição nos argumentos de Waltz. Parte da teoria do autor busca explicar porque sistemas bipolares são mais pacíficos (no sentido de estáveis) que os multipolares em função de as duas potências do primeiro poderem se valer do balanceamento interno e portanto poderem ignorar disputas indiretas entre estados aliados, as quais poderiam levá-los à guerra. Outra parte da teoria, no entanto, relaciona a estabilidade do sistema ao fato de cada uma das duas potências estarem cientes que, devido à existência de somente outra grande potência, terem de contrabalanceá-la constantemente (WALTZ, 1979, p.170-1).

Jervis aceita ambos argumentos como plausíveis, mas coloca que não fazem sentido se analisados em conjunto. Para o autor, se as grandes potências não podem ser manipuladas pelos seus aliados (uma vez que não dependem da assistência destes a fim de manterem sua segurança, ou seja, dispõem da capacidade de auto-ajuda), então não precisariam se opor a todas as tentativas da outra potência de se expandir. Tal fato possibilitaria também o questionamento acerca do porque também em sistemas bipolares são verificadas

alianças. Para Jervis (1997, p.118), esse seria um problema genérico ao realismo, uma vez que este argumenta que o ambiente internacional constrangeria algumas formas de comportamento, de modo a tornar essas teorias tanto descritivas quanto prescritivas.

Waltz (1979, p.172-3) busca abordar o comportamento intervencionista de uma potência ao considerar tal tipo de ação como uma “ação exagerada” (*over-reaction*), a qual procura justificar com base na política doméstica e nas falhas dos estadistas. Para Jervis, ao fazer isso, o autor estaria ignorando seu argumento que percebe a intervenção como estabilizadora e natural. Jervis (1997) destaca ainda outro argumento no que se refere ao intervencionismo: a atenção que os Estados Unidos e a União Soviética dispensaram para os países do “Terceiro Mundo” ao longo da Guerra Fria; uma vez que nenhum dos superpoderes precisava intervir em áreas terciárias a fim de manter sua segurança, outras razões deveriam estar em jogo em função destes terem o feito.

Para Jervis (1997), o próprio fato de uma potência poder se proteger significa que ela está livre não somente para se abster de conflitos através do mundo, mas também de se envolver neles se acredita que uma questão que não esteja relacionada a questões militares está em jogo. Ou seja, a bipolaridade possibilitaria aos superpoderes independência e poder extra, de modo que poderiam utilizá-los como bem entendessem. A partir dessa perspectiva, as intervenções só não são explicadas pela teoria de Waltz se colocam em risco direto a segurança das grandes potências, um resultado que não parece compatível com a teoria.

Uma vez que a estrutura do sistema tornaria os constrangimentos sistêmicos irrelevantes, qualquer estímulo poderia levar a intervenções. Em alguns casos, políticas domésticas ou ligações burocráticas poderiam levar uma grande potência a proteger um aliado menor (KEOHANE *apud* JERVIS, 1997, p.120). Em outros casos, a intervenção poderia trazer mais ganhos econômicos do que custos. Pode-se dizer também que as motivações por trás

das intervenções têm natureza ideológica.⁷³ Osgood e Tucker colocam (*apud* JERVIS, 1997, p.121):

“As nações – e particularmente as grandes nações – nunca equacionaram sua sobrevivência como sobrevivência física e mostram pouca inclinação para tal hoje em dia... [As raízes do intervencionismo] devem ser encontradas na expansividade com a qual os homens continuam a perceber o seu coletivo e as ‘necessidades’ deste”.⁷⁴

Um terceiro argumento de Jervis (1997, p.121) associa a intervenção à estrutura do sistema de modo que é parcialmente consistente com Waltz. Ou seja, apesar de os acontecimentos em países periféricos não poder ameaçar diretamente as grandes potências, não pode-se negligenciar efeitos indiretos e retardados desses acontecimentos sobre a segurança das potências.⁷⁵ Waltz argumenta, no entanto, que a dinâmica dominante na política internacional é o balanceamento ao invés da “carona” (*bandwagoning*), de modo que a teoria do dominó é inválida.

O que é relevante compreender nesse caso é que há dois mecanismos que tornam a teoria do dominó mais forte em um sistema bipolar do que em um multipolar: 1) a relativa fraqueza dos países periféricos, o que os torna menos propensos a balancear as forças de uma potência que os ameaça;⁷⁶ e 2) o fato de que, ao longo da Guerra Fria, o que estava em disputa nos conflitos periféricos não era o poder material ou físico das potências, mas sua reputação e as consequências de longo prazo que os países poderiam assumir em relação à imagem das potências (JERVIS, 1997, p.122). Em sistemas multipolares, em contraste, haveriam muitos eixos de conflito e os estados interviriam em disputas locais

⁷³ Ou seja, qualquer uma das potências poderia sentir-se impelida a apoiar o domínio de um sistema doméstico que lhe fosse favorável em um terceiro país, mesmo que as implicações para sua própria segurança fossem insignificantes.

⁷⁴ Waltz (1979, p.195) inclusive coloca que “grandes poderes possibilitam a seus detentores uma maior relevância no sistema, bem como a capacidade para agir por si mesmo” e “pelo bem dos outros”.

⁷⁵ Jervis (1997, p.121) inclusive percebe nisso a principal motivação racional para a intervenção dos Estados Unidos no Vietnã.

⁷⁶ Para Waltz, isso não explicaria as intervenções das potências em função de que o “efeito dominó” em países do “Terceiro Mundo” teria pouco impacto sobre a segurança das potências (1979, p. 170-6).

somente se seus interesses primários fossem colocados em questão. Preocupações com as consequências que poderiam advir da sua imagem seriam secundárias, uma vez que a atenção dos demais países é difusa e as audiências são múltiplas.⁷⁷

De modo geral, apesar de Jervis identificar um papel maior de um elemento subjetivo como a reputação dos países sob um sistema bipolar, a questão do intervencionismo permanece problemática para a teoria de Waltz, uma vez que coloca em conflito os dois argumentos mencionados no início da seção. Não obstante, evidencia a influência que outras variáveis podem ter sobre os efeitos da estrutura, como mencionado no capítulo 3 desse trabalho.

7.2.2. A crítica aos constrangimentos estruturais

Jervis (1997, p.103) percebe a objeção mais fundamental ao trabalho de Waltz e qualquer outra teoria sistêmica no fato de as variáveis do nível sistêmico raramente determinarem a natureza da política internacional, muito menos a política externa dos estados. Nesse sentido, Hoffmann (1968, p.12) coloca:

“Nada está mais errado do que assumir que o sistema internacional é um tipo de monstro com um implacável desejo próprio, que os elementos variáveis interagem a fim de determinar o resultado, que os participantes são dominados pelo sistema de tal forma que seus movimentos são meramente respostas a seus ditames, ou exercícios irrelevantes de auto-defesa quando estes vão de encontro à lógica do sistema”.

Apesar de Waltz não fazer uma teoria da política externa dos países (1979, p.48-9, 78, 87, 121-3), não fica claro (como destacado no capítulo 3) quais os tipos de variação no comportamento das unidades são compatíveis com suas ideias. Como visto no capítulo 4, Waltz (1979, p.74-7, 92, 118-9, 127-8) argumenta que o sistema internacional constrange o comportamento dos estados através da socialização e seleção natural, as quais reforçam

⁷⁷ Jervis faz uma abordagem acerca das implicações de um papel reduzido da reputação em um sistema multipolar para a política externa norte-americana do pós-Guerra Fria em outro trabalho (1994).

uma à outra (ou seja, os estadistas aprenderiam com os erros daqueles que não se conformam). A instauração de um novo regime político doméstico poderia, em um primeiro momento, resultar em alterações substanciais da política externa de um estado. No entanto, por estar suscetível aos constrangimentos da socialização impostos pela estrutura – e a fim de sobreviver no ambiente em que encontra –, o estado teria que retornar ao padrão normal de todos os outros. Jervis (1997, p.106) levanta dois questionamentos interessantes, para os quais não dá resposta: até que ponto assumir um papel secundário no sistema internacional não é mais vantajoso – e, portanto, pode vir a se constituir em um objetivo político compreensivo – para um estado?⁷⁸

A segunda questão que o autor destaca está diretamente vinculada aos argumentos de Waltz: a queda de grandes potências pode ser explicada pelo seu fracasso em se conformar aos imperativos do seu ambiente externo?⁷⁹

Para Jervis (1997, p.107), é somente parcialmente correto afirmar que os estados são socializados pelo sistema internacional, que aqueles que não se comportam caem no esquecimento e, deste modo, que características internas às unidades podem ser deixadas de lado. Poucos estados são eliminados, outros obtêm ganhos ao sacrificar seu status de potência e a ascensão e queda dos estados mais fortes não pode ser compreendida separadamente das fontes internas de desenvolvimento de cada estado.

Como Jervis (1997, p.91) coloca, diversos efeitos caracterizam um sistema complexo como o sistema internacional, de modo que operações lineares e de adição não são capazes de captar tudo o que acontece em função de uma variável (ou estratégia) depender de outras, uma vez que os atores modificam e são modificados pelo seu ambiente. A complexidade envolvida nesses processos ajuda a compreender porque os resultados das ações são geralmente não intencionais e porque regulações geralmente não

⁷⁸ O exemplo que o autor utiliza é o da Suécia, um país que já foi uma potência, mas que hoje possui um papel que não é central no sistema internacional e parece estar muito bem com isso. Jervis destaca, no entanto, que tal atitude só é possível em determinadas casos, que variam desde o posicionamento geográfico de um estado até as expectativas de outros estados centrais com relação ao outro estado.

⁷⁹ Para Paul Kennedy (1989), as potências declinariam exatamente em função de estarem respondendo às pressões sistêmicas, as quais indicariam uma nova configuração do sistema.

funcionam: os atores raramente podem ser completamente constrangidos e vão reagir de modo que aqueles que buscam influenciá-los não serão capazes de o fazer. Não obstante, se os sistemas são um problema para os atores, também colocam problemas para analistas ao complicarem os conceitos de poder e a localização das causas.

Uma tentativa de minimizar os desafios colocados pela complexidade é abordada através da exploração da “segunda camada” da estrutura de Waltz realizado por Buzan e outros autores em seu livro *The logic of anarchy*, como veremos a seguir.

7.2.3. A crítica ao “fechamento da segunda camada”: a questão da “diferenciação funcional” em um ambiente anárquico

A crítica mais consistente ao pensamento estrutural de Waltz é a que diz respeito ao “fechamento da segunda camada” que originou o livro *The logic of anarchy* (1993). Na esteira da sua definição do sistema internacional em setores (como explicitado no capítulo 3), Buzan e Little (2000, p.87) percebem o fato de o autor se limitar à abordagem da estrutura política como um constrangedor da teoria. Tal se daria devido ao confinamento da teoria ao que Buzan e Little denominam de setores do sistema internacional, o que resultaria na exclusão de sistemas definidos por interações econômicas ou sócio-culturais.⁸⁰

Em função disto, a teoria não poderia ser aplicada, mas teria a função de ponto de partida na compreensão geral do desenvolvimento do sistema internacional. Limitaria, também, a possibilidade de pesquisas concomitantes nos mais variados setores, as quais são relevantes a fim de se determinar com qual intensidade, e de que forma, os efeitos da estrutura política efetivamente se manifestarão.

⁸⁰ Acho relevante deixar claro que essa não é propriamente uma falha da teoria de Waltz, uma vez que esse não era o seu objetivo, mas sim um dos limites explicativos (os quais o próprio autor deixa claro ao longo de todo o capítulo metodológico do seu livro (1979)). Coloca, inclusive, que está preocupado com uma teoria da *política* internacional e que está ciente das limitações inerentes a essa se aplicada ao sistema internacional como um todo.

De acordo com Waltz, “uma abordagem sistêmica é necessária somente se a estrutura do sistema e suas unidades que interagem se afetam mutuamente. Uma abordagem sistêmica tem sucesso somente se os efeitos estruturais são claramente definidos e evidenciados” (1979, p.58). Buzan e Little (2000, p.86) também vão discordar dessa afirmação, uma vez que percebem que também a falta de efeitos sistêmicos pode evidenciar a utilidade de uma análise estrutural no nível sistêmico. Tal se deve ao fato de Waltz levar em consideração somente a estrutura política, excluindo, por opção metodológica, as outras. Esse tipo de questionamento se daria em relação à forma pela qual os efeitos provenientes de outros níveis ou setores de análise, que não o político-militar, cancelam, distorcem ou anulam os efeitos esperados da estrutura política do sistema.

7.2.3.1. A questão relativa à diferenciação funcional entre as unidades em um sistema anárquico

Central à crítica à teoria de Waltz é o que alguns autores (BUZAN *et al.*, 1993, p.45) denominam de “fechamento da segunda camada da estrutura”, ou seja, a diferenciação funcional das unidades. Para os autores, a diferenciação das unidades é um fator central para a compreensão da mudança estrutural nos sistemas internacionais. Por essa razão, afastam-se de Waltz no que diz respeito à ideia de que as unidades não podem se diferenciar funcionalmente em um sistema anárquico.

Em primeiro lugar, percebem que estas podem se diferenciar funcionalmente inclusive no setor político e são, por definição, diferenciadas por setores (estados vs. empresas).⁸¹ Em segundo lugar, distinguem diferenciação estrutural de diferenciação funcional em função de perceberem nessa distinção uma necessidade fundamental para se pensar acerca de como a natureza das unidades se relaciona à estrutura do sistema.

⁸¹ No setor político como no caso dos sistemas de estados e dos sistemas feudais nos termos explicitados por Ruggie (1983).

A *diferenciação estrutural* seria relativa à questão de as unidades terem ou não arranjos institucionais semelhantes.⁸² A *diferenciação funcional* compreenderia que, se as unidades são funcionalmente diferenciadas, cada uma delas se compromete com elementos distintos, especializados, da função de governo. Se não são diferenciadas, cada unidade desempenha a mesma tarefa que todas as outras.⁸³

De modo geral, para os neorrealistas, a função está atrelada às tarefas de governo que as unidades políticas desempenham. Ou seja, diz respeito à soberania (compreendida como a reivindicação do auto-governo) e como esta se distribui entre as unidades do sistema internacional. Para Waltz, unidades soberanas em um sistema anárquico são, portanto, funcionalmente indiferenciadas, pois todas reivindicam todos os poderes de auto-governo (1979, p.95-7).⁸⁴ A partir dessa perspectiva, as unidades só são funcionalmente diferenciadas quando alguma delas reivindicar menos do que todos os poderes (como um protetorado).

Nas hierarquias, por sua vez, as unidades reivindicam apenas alguns poderes de governo. Waltz também não associa a diferenciação funcional com os papéis dos países no sistema internacional (como potência média, grande potência, país neutro), uma vez que a relaciona à degradação da soberania como um atributo diferenciador das unidades no sistema internacional (BUZAN e LITTLE, 2000, p.88).

⁸² Com a finalidade de ilustrar a importância desse conceito, Buzan e Little (2000, p.88) citam o caso de uma mudança na organização política interna de uma unidade do sistema (reflexo de uma mudança estrutural), que teve reflexo em todo o nível sistêmico, ou seja, uma mudança no nível das unidades que desencadeou uma mudança no nível estrutural do sistema internacional. O exemplo ao qual se referem é a ascensão do estado moderno como um tipo de unidade estruturalmente diferenciada daquelas que haviam existido até então. Portanto, o estado (unidade) não era novo em termos funcionais, uma vez que diversos outros tipos de unidades reivindicavam o direito ao auto-governo; mas foi, no entanto, uma mudança funcional no contexto europeu, cuja ordem anterior – a medieval – se caracterizava pela extensiva diferenciação funcional entre as unidades.

⁸³ Nos trabalhos de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos partidários do estrutural-funcionalismo, o uso dos termos estrutura e função estão interligados (para cada função sócio-política existe uma estrutura correspondente), implicação essa que não está necessariamente implícita no debate neorrealista.

⁸⁴ De acordo com alguns autores (BUZAN *et al.*, 1993, p.37-47), Waltz percebe uma ligação determinante entre anarquia e unidades funcionalmente indistintas, enquanto que esses autores percebem apenas uma pressão forte, mas não determinante.

Ainda no que tange as configurações da estrutura em anarquia ou hierarquia, Ruggie (1983) argumenta que a simplificação demasiada exagera o papel de uma autoridade central superior a todos os estados. Não obstante, ao assumir que o sistema é obrigatoriamente anárquico, assume também que a única configuração sistêmica alternativa à hierarquia é a anarquia. Isso tudo seria decorrente da rigidez da concepção de estrutura de Waltz, que não deixa espaço para outras variáveis explicativas importantes que não estão nem no nível de análise do sistema, nem no da unidade (é o mesmo ponto levantado por Jervis (1997)).

Fatores tais como os mencionados na seção sobre capacidades de interação desse capítulo (tecnologia, crenças amplamente disseminadas pelo sistema, o grau de institucionalização e interdependência internacional), apesar de não serem centrais para a análise de Waltz, majoritariamente em função das suas opções de método, podem se constituir como variáveis importantes para a compreensão de processos que ocorrem no interior do sistema internacional (como aqueles referidos no capítulo 3). Vale indicar que algumas dessas variáveis são consideradas exteriores ao que Waltz compreende por estrutura.

Desta forma, ficam evidentes as limitações não somente da teoria de Waltz, mas também da abordagem estrutural como um todo. Apesar disso, poucos avanços substanciais e metodologicamente coerentes foram feitos por teóricos de outras correntes até então. É nesse sentido que está estruturado o próximo capítulo do trabalho; a fim de indicar, em linhas gerais, os principais problemas decorrentes da abordagem sistêmica das relações internacionais, bem como os problemas decorrentes da utilização do termo sistema internacional de acordo com a perspectiva que buscou superar a divisão entre construtivistas e neorrealistas – o realismo estrutural. No entanto, como veremos, os autores não alcançam esse objetivo.

8 QUESTÕES CENTRAIS PARA A ANÁLISE DO SISTEMA INTERNACIONAL: PODER EXPLICATIVO E LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM REALISTA ESTRUTURAL

O presente capítulo busca apresentar elementos essenciais que um sistema internacional teoricamente deveria apresentar a fim de ser compreendido como tal. O capítulo está ordenado a partir da linha de pensamento que foi desenvolvida até agora; ou seja, é fundamentalmente uma concepção realista estrutural que é apresentada nesse capítulo. A ênfase no caso das unidades do sistema permanece sendo o estado territorial, apesar de admitir-se a existência de outras unidades. Apresento essa concepção de sistema internacional em função desta ser, na minha opinião, a mais avançada dentro da teorização das relações internacionais contemporaneamente.

Esse é, no entanto, o primeiro capítulo no qual faço críticas próprias às concepções que serão apresentadas. Essas críticas se dão no sentido de demonstrar as limitações ao pensamento sistêmico tal como é realizado nas RI hoje. Para tanto, apresento fundamentalmente as concepções de interação, unidades e constituição mecânica/social dos sistemas como colocadas por Buzan e Little (2000). Identifico os limites da sua concepção – a qual é vista como uma tentativa de expandir as explicações da teoria política internacional de Waltz a todas as relações internacionais –, bem como os pontos que busca superar, como a questão acerca da concepção de um sistema internacional tanto em termos realistas quanto construtivistas (a visão pluralista que os autores advogam para o realismo estrutural que já foi mencionada inúmeras vezes ao longo do trabalho).

Discutimos em capítulo anterior do trabalho questões referentes à capacidade de interação e processo. No entanto, outras questões, como quais são as unidades que compõem o sistema e qual a intensidade dos padrões existentes entre essas unidades não foram abordadas. Para compreender-se claramente o estado da arte do desenvolvimento da concepção de sistema internacional nas RI, deve-se passar por essas questões.

De modo geral, as concepções de sistema internacional presentes nas RI, apesar de algumas serem influenciadas pelo pensamento sistêmico, se limitam, em grande medida, a uma compreensão do sistema a partir dos termos da cibernética. Como destacada na última seção do primeiro capítulo, os desenvolvimentos do pensamento sistêmico não se limitaram, no entanto, àqueles realizados por esse campo. Muito pelo contrário. Avançaram em campos como o de sistemas autopoieticos de Maturana e Varela (1997) e das estruturas dissipativas de Prigogine (1967; 1980). No entanto, esses campos não foram incorporados à teoria das RI. Isso será sugerido no capítulo final.

A maioria dos teóricos das relações internacionais se contenta com uma concepção de sistema simples, como “um conjunto de partes (ou unidades) que interagem”. Colocado dessa forma, é como se os estados se relacionassem e a partir disso automaticamente se constituísse o sistema internacional. Do mesmo modo aconteceria com os padrões de relação entre os estados constituindo as relações internacionais – sejam estas econômica, militares, políticas ou de qualquer outra forma.

Buzan identifica, portanto, a necessidade de estabelecer-se quais são as condições suficientes para a existência de um sistema internacional. Tilly (*apud* BUZAN e LITTLE, 2000) avança na definição de parâmetros que caracterizam um sistema internacional: “os estados formam um sistema na medida em que interagem uns com os outros regularmente e de acordo com o grau que sua interação afeta o comportamento de cada estado”. Para o autor, a mera noção de interação é suplantada pela ideia de que também deve incluir a noção de impacto sobre o comportamento das unidades. É Waltz, no entanto, quem formaliza essa noção ao colocar que sistemas políticos devem obrigatoriamente possuir uma estrutura, através da qual esses sistemas passam o significado da existência de princípios organizativos da forma como as unidades estão arranjadas no sistema. Também são esses princípios que afetam o comportamento das unidades.

Como Buzan e Little (2000. p.89) percebem, é dessa formulação que decorre a possibilidade de especificar relações de causa e efeito. A validade dessa definição, no entanto, só é possível se a existência de um sistema internacional é tomada como certa. Daí decorre a necessidade de nos questionarmos sobre a possibilidade de sua existência.

8.1. Definindo interação no sistema internacional

Diferenciamos, com base em Buzan e Little, capacidade de interação (quais os tipos de interação que *podem* acontecer em um sistema) de processo (quais tipos de interação *efetivamente* acontecem) em capítulo anterior. No entanto, não foi abordado o grau e os tipos de interação que devem existir entre as unidades a fim de que se constituam em um sistema.

Em relação aos tipos de interação que podem ser identificados em um sistema internacional, Buzan e Little (2000, p.91) destacam quatro: militar, política, econômica e societária.⁸⁵ Os autores partem do pressuposto de que o sistema internacional é um conceito analítico e que os analistas têm o direito de estabelecer os critérios para sua existência com maior ou menor rigor.⁸⁶

Colocam que a interação possui pré-condições logísticas estritamente distintas em cada um dos diferentes setores como os definem (militar, político, econômico, sócio-cultural). Disto decorre que a lógica resultante da capacidade interação é fundamental para a configuração tanto das unidades políticas quanto do sistema internacional. Definem, ainda, a escala de um sistema como a extensão em que suas interações ocorrem.⁸⁷ Disto depreende-se a possibilidade de quatro definições de sistemas internacionais (BUZAN e LITTLE, 2000, p.95):

⁸⁵ Os mesmos autores colocam que as interações ambientais (no sentido de meio ambiente ecológico) podem ser vistas como uma quinta categoria, mas não a consideram em função das dificuldades metodológicas que ela implica. As definições de cada uma delas foi apresentada no capítulo 3 do presente trabalho.

⁸⁶ Os autores destacam que os realistas implicitamente assumem que o sistema internacional é constituído somente por níveis altos e regulares de interação político-militar, o que foi útil às explicações das relações internacionais até pouco tempo. No entanto, a emergência da economia política internacional delineou os contornos das interações econômicas e a emergência do construtivismo e preocupações com nacionalismos levantaram os contornos de compreensões intersubjetivas e identidades partilhadas no debate das RI. Concepções político-militares restritivas das relações internacionais não parecem mais adequadas para a compreensão adequada do sistema internacional contemporâneo.

⁸⁷ Nos termos dos autores, “se os sistemas têm início quando suas partes começam a agir, logo nada nos impede de aplicar essa ideia tanto em uma escala pequena quanto para diversos sistemas coexistindo separadamente” (2000, p. 93). Compreendem também que somente há cerca de 500 anos atrás, um único sistema econômico internacional global passou a existir, sendo seguido alguns séculos depois por um sistema global internacional completo como conhecemos hoje.

1) Um sistema internacional existe sempre que qualquer tipo de interação possuir efeitos históricos importantes.

A crítica que colocam a essa concepção é que, em função de ser pouco restritiva, resulta na possibilidade de uma variedade imensa de sistemas internacionais, de modo que possui pouco valor enquanto uma definição.

2) A segunda possibilidade não leva em consideração as interações culturais com base no argumento de que são muito difusas, lentas e insuficientemente internacionalizadas.

A crítica que fazem a essa perspectiva é que, apesar de possibilitar um rigor um pouco maior na definição do termo, deixa um enorme vácuo entre a análise de sistemas político-militares e aqueles definidos pelo comércio.

3) A terceira possibilidade advém da exclusão das interações econômicas, levando-se em consideração apenas as interações político-militares como definidoras do sistema.

Em grande medida, é isso que os muitos realistas fazem, e possui o mérito de ser bastante coerente e coesa, possibilitando a comparação entre sistemas. No entanto, ao eliminar o setor econômico, remove um componente extremamente importante das relações internacionais contemporâneas, restringindo toda a concepção a um sistema político internacional.

4) A quarta possibilidade é o abandono do que os autores denominam de “uso desqualificado do termo sistema internacional” (2000, p.95) a fim da fragmentação desta ideia em setores e da análise separada de cada um desses (sub)sistemas que se formam: sistema político-militar internacional, sistema econômico internacional, sistema sócio-cultural internacional.

Esse tipo de abordagem possuiria o mérito de possibilitar tanto fundamentos mais claros para pesquisas comparativas quanto teorias sistêmicas mais precisas (BUZAN e LITTLE, 2000, p.95). Os autores compreendem, portanto, que esses sistemas coexistem nidificados no sistema internacional e que respondem à hierarquia dos requisitos logísticos (níveis

mais altos de capacidade de interação são necessários, respectivamente, pelos setores político-militar, econômico e sócio-cultural).

No entanto, o que os autores estão fazendo ao conceber o sistema internacional como a soma de outros diversos (sub)sistemas constitui-se em uma tentativa pouco diferente daquela realizada até então por outros teóricos, que é a de compartimentação do sistema internacional (ou, como os autores preferem colocar, a utilização de lentes que permitem destacar uma parte do sistema internacional mais amplo). Essa compreensão possibilita uma perspectiva total a partir da soma das partes e não da compreensão da totalidade nos termos do pensamento sistêmico moderno.⁸⁸ Deste modo, não apresentam uma solução adequada ao que se propõe: a compreensão do sistema internacional como um todo. Não solucionam também o problema da discórdia entre neorrealismo e construtivismo no que tange à separação de uma sociedade internacional ordenada pela norma e de um sistema de estados territoriais.

8.2. Definindo as unidades do sistema internacional

No que diz respeito às unidades do sistema internacional, os autores identificam aquelas que são geralmente apontadas nas RI.⁸⁹ A definição apresentada pelos autores (2000, p.101) para o termo é “entidades compostas de vários sub-grupos, organizações, comunidades e muitos indivíduos, suficientemente coesas para terem a qualidade de ator

⁸⁸ Ou seja, empregam o uso literal do termo análise (*ana-* estudo, *lise-* quebra; dissolução). Com base nessa perspectiva, vão além e diferenciam e nomeiam três tipos gerais de sistemas: sistemas internacionais completos (normalmente contêm toda a variedade de setores, apesar de um, a princípio, poder contemplar interações político-militares sem trocas econômicas ou sócio-culturais); sistemas econômicos internacionais (não possuem interações político-militares, mas geralmente incluem trocas tanto econômicas quanto sócio-culturais); sistemas pré-internacionais (compreendem majoritariamente interações sócio-culturais, apesar de poderem ter elementos de trocas não-comerciais e é o principal tipo de sistemas de grande escala encontrados entre populações não-urbanas e pré-civilizadas) (2000, p.96).

⁸⁹ A controvérsia acerca delas nas RI reside fundamentalmente no comprometimento do Realismo com o setor político e a consequente priorização do estado. Dado o longo domínio do realismo (e do neorrealismo) na tradição das RI, e a importância óbvia do estado em quase qualquer perspectiva do sistema internacional moderno, o estado-centrismo tende a minimizar a importância de outras unidades. Os autores aderem à ideia neorrealista de que, na compreensão do sistema internacional, é muito útil o foco na unidade dominante (isto é, a unidade cujos arranjos e atividades são mais úteis para a definição do sistema).

(isto é, serem capazes de tomar decisões de maneira consciente), e suficientemente independente para serem diferenciadas dos outros e terem direitos nos níveis mais altos (por exemplo, estados, nações, empresas transnacionais)”. Essa definição admite outras unidades que não o estado, mas a especificação de que as unidades devem ser capazes de se auto-dirigirem (no sentido de serem capazes de tomar decisões racionalmente) exclui muitos candidatos. Colocam, ainda, que assumir a diversidade das unidades significa abandonar o pressuposto convencional nas RI de que as unidades dominantes devem ser territoriais (os estados evidentemente são o arquétipo da unidade territorial).

Apesar de avançarem na definição das unidades que compõem o sistema e passarem a incluir outros atores importantes do sistema internacional contemporâneo – como as empresas transnacionais – permanecem voltados para a concepção do estado como a unidade central. Não só isso, mas se valem de questões relacionadas à escolha racional a fim de definir unidade.

8.3. A questão da construção do sistema internacional: social ou mecânico? (ou o embate entre realistas e construtivistas)

Como visto em outros capítulos, ao investigarem a “segunda camada” da concepção estrutural de Waltz e desdobrá-la na possibilidade de existência de diversos outros setores que não o político-militar, os realistas estruturalistas (BUZAN *et al.*, 1993) advogam a possibilidade de introdução de um elemento construtivista na concepção estrutural das relações internacionais, de modo a dar novo fôlego à teoria de Waltz. Fazem isso se valendo dos conceitos de sociedade internacional e sociedade mundial para representar a estrutura. Assim incluem elementos “não-mecânicos” na estrutura, ao contrário da forma como a concebem realistas e economistas.

A visão mecanicista (ou materialista) é proveniente tanto da teoria geral dos sistemas quanto das analogias entre o mundo social e o mundo físico, e é particularmente forte na tradição americana das RI do pensamento sistêmico. Compreendem que os sistemas internacionais são semelhantes aos físicos, de modo que obedecem a leis gerais. A

compreensão dessas leis equivaleria à compreensão do sistema como um todo, de modo a obter-se a capacidade de predição acerca do comportamento do sistema. A compreensão de um sistema em termos mecânicos corresponde à ideia de que as unidades interagem de modo que são estruturalmente determinadas por um conjunto de leis que as governam. Nesse sentido, não faz diferença se as unidades são inanimadas (como os planetas) ou sensíveis (como os seres humanos e suas organizações coletivas). O comportamento de ambos os tipos de unidades estará sujeito a leis mecânicas objetivas derivadas de condições materiais. O principal objetivo do analista é, portanto, descobrir quais são essas leis.⁹⁰

Uma outra abordagem identifica na sensibilidade (no sentido de que uma tem conhecimento da existência da outra) das unidades do sistema um elemento de diferença entre sistemas físicos e sociais. A capacidade de se identificarem resultaria em um determinante fundamental da forma como interagem e, portanto, do sistema como um todo. Como Buzan e Little (2000, p.97) colocam, se as unidades compartilham de uma identidade (uma religião ou língua, por exemplo), ou até mesmo de um simples conjunto de normas (sobre como estabelecer seu estado político uma em relação à outra ou como conduzir a diplomacia), então essas compreensões intersubjetivas não só condicionam seu comportamento, mas também definem o limite de um sistema social.⁹¹

Os autores apresentam uma definição de sociedade internacional que captura tanto a lógica mecânica do sistema (no sentido de unidades que interagem) quanto a lógica socialmente estabelecida (como a construção e sustentação de regras e instituições internacionais comuns):

“Um grupo de estados (ou, de modo mais geral, um grupo de comunidades políticas independentes) que não formam somente um

⁹⁰ É nesses termos que os economistas liberais pensam a lei da oferta e demanda e que os marxistas descrevem a lei do declínio da taxa de lucro e os realistas das RI consideram a lei que mantém o balanço internacional de poder.

⁹¹ Essa linha de pensamento tem sido tradicionalmente mais forte nas RI europeias do que na americana. Nos remete até Grotius, e suas raízes clássicas estão na noção de que o Direito Internacional constitui uma comunidade daqueles que participam da ordem internacional legal. Nas RI, essa abordagem tem seus principais expoentes nos autores da Escola Inglesa (DUNNE; WAEVER).

sistema, no sentido de que o comportamento de cada um é um fator necessário para os cálculos dos outros, mas também estabelecem através do diálogo e por comum acordo regras e instituições para a conduta das suas relações, além de reconhecerem seu interesse comum pela manutenção desse arranjo” (Bull e Watson *apud* BUZAN e LITTLE, 2000, p.99).

Essa definição colocada pela Escola Inglesa está fundada na distinção metodológica entre sistema internacional, sociedade internacional e sociedade mundial, algumas vezes codificado como Hobbes, Grotius e Kant (CUTLER *apud* BUZAN e LITTLE, 2000, p.99). Em termos gerais, compreende-se que o sistema internacional diz respeito à política do poder entre os estados; a sociedade internacional diz respeito à institucionalização da identidade partilhada entre os estados; e a sociedade mundial toma indivíduos, organizações não-estatais e, em última instância, a população global como um todo como sendo o foco dos arranjos e identidades societárias.

Essa concepção já foi mencionada diversas vezes, bem como suas limitações pelo fato de não explicar quão fortes uns são em relação aos outros; ou seja, qual a finalidade dessa divisão. Por mais que tentem estabelecer, e apesar de entenderem a necessidade de um sistema internacional que compreenda todos os “setores” colocados pelos realistas estruturais, não o conseguem fazer de forma metodologicamente substancial, uma vez que não informam como essa relação entre os distintos elementos acontece.

8.4. Buzan e a subjetividade em Waltz: o reconhecimento da soberania

Um ponto interessante que Buzan (1993) aponta na concepção de Waltz da estrutura revela as dificuldades de se estabelecer uma teoria metodologicamente monista e coerente. Buzan (1993) aponta para a existência de um limite significativo entre os precursores fracos da sociedade internacional (isto é, quando a lógica hobbesiana ainda é dominante) e uma sociedade internacional moderna em funcionamento completo (isto é, quando a lógica hobbesiana passa a ser significativamente moderada pela grotiana).

O autor coloca que esses limites ocorrem a partir do ponto em que as unidades não somente reconhecem umas às outras como sendo o mesmo tipo de entidade, mas também estão preparadas para aceitar o status legal de igualdade das outras nesses termos. Reconhecimento mútuo e igualdade legal significam não somente um ponto de mudança no desenvolvimento de regras e instituições, mas também a aceitação de uma identidade compartilhada. Esse ato nega a possibilidade de suserania, dominação ou imperialismo (apesar de não a de hegemonia) e estabelece os alicerces para o Direito Internacional e a diplomacia.

O ponto de Buzan (1993) é que, uma vez que, contemporaneamente, todos os estados, ou quase todos, concordam com o reconhecimento diplomático uns dos outros, há uma sociedade internacional mínima que compreende virtualmente a totalidade do sistema internacional contemporâneo. Muitos dos seus membros, no entanto, não estão muito engajados além dos requisitos mínimos para a existência dessa sociedade, o que significaria dizer que o grau da sociedade internacional é distribuído desigualmente pelo sistema.

O autor destaca ainda que, apesar de que uma cultura comum ser necessária, em alguma medida, para a existência da sociedade internacional, tentativas mais assertivas no sentido do desenvolvimento dessa sociedade (por exemplo, através da imposição do avanço de leis de direitos humanos) podem vir a enfraquecer os estados, os quais são a própria fundação dessa sociedade internacional. Nesse ponto residiria, de acordo com o autor, a contradição de Waltz: apesar de o neorealismo parecer fundamentalmente materialista e mecanicista em sua concepção, sua forte dependência da premissa da soberania e a necessidade da presença de altos níveis de interação sugerem uma dependência de elementos construtivistas. Buzan e Little (2000, p.106) colocam que a soberania só funciona quando é reconhecida pelas outras unidades, o que é a condição de referência para a sociedade internacional moderna.⁹²

⁹² De modo semelhante à crítica de Jervis (1997) referida no capítulo anterior, Ruggie (1998) percebeu um problema em Waltz no que tange ao processo construtivista de “socialização” a fim de produzir unidades “semelhantes” (isto é, soberanas). Essa premissa da semelhança dos estados, como visto anteriormente, é central à teoria da política internacional de Waltz.

8.5. O debate agente e estrutura

Central ao debate acerca do sistema internacional em termos realista e construtivista, é a discussão acerca da estruturação agente e estrutura. Muitos cientistas sociais percebem a concepção mecanicista com descrédito em função desta, advogam eles, perceber os seres humanos como meras engrenagens em uma máquina sobre a qual não têm controle. Como Buzan e Little (2000, p107) colocam, no centro do programa construtivista reside o desejo de explicar tanto as estruturas quanto os agentes humanos. Wendt (1992) argumenta que estruturas e agentes constituem-se mutuamente, de modo que as práticas habitualmente realizadas pelos agentes para manter e definir seus próprios interesses e identidades reproduz simultaneamente a estrutura social que constitui o sistema maior do qual fazem parte. Desta forma, e nos remetendo ao debate iniciado na seção anterior, quando os estados participam do reconhecimento mútuo uns dos outros, eles não apenas determinam sua própria identidade, mas também a estrutura social do sistema do qual fazem parte. Buzan (1993) argumenta que ações subsequentes que possuem como premissa o reconhecimento mútuo (como os códigos e práticas diplomáticos) simultaneamente reproduzem os estados componentes e o sistema internacional do qual constituem uma parte.⁹³

Os realistas estruturais percebem a ideia de estruturação – a constituição mútua entre agente e estrutura – como a forma de integração das concepções sistêmicas mecânica e social. Tal se dá por perceberem na possibilidade de os estados perseguirem estratégias competitivas em detrimento das cooperativas: por terem consciência dessa possibilidade, todos os atores são impelidos a desenvolver estratégias competitivas (como vimos em capítulos anteriores, as corridas armamentistas e os mercados estão baseados nessa lógica); no entanto, sabe-se também que os estados podem estabelecer relações cooperativas baseadas na lei e que essas relações persistirão ao longo do tempo desde que nenhuma das partes as descumpra. Como Buzan e Little (2000, p.109):

⁹³ Giddens (1979, p.93) compreende a constituição mútua entre agente e estrutura como estruturação. Como Buzan e Little (2000, p.107) explicitam, esse conceito indica que, longe de serem meras engrenagens em uma máquina, os agentes sociais são jogadores habilidosos que constantemente monitoram seu próprio comportamento e o comportamento dos outros a fim de garantir sua própria sobrevivência. Ao fazerem isso, intencionalmente ou não, reproduzem a estrutura do sistema no qual operam.

“Nos termos de jogos teóricos, isso sugere que há uma estratégia dominante que constringe mecanicamente as partes a competirem. No entanto, se os estados adotam uma posição onde todos cooperam, podem formar um equilíbrio estável que persistirá até que um deles o quebre. A mera consciência de que o rompimento da cooperação levaria à restauração da estratégia de competição pode ajudar a manter o equilíbrio instável. A estruturação está operando em ambas instâncias, mas a lógica é diferente. Estamos vendo a lógica competitiva como mecânica e a cooperativa como social”.

Outro aspecto da teoria de Waltz que Buzan (1993) destaca está relacionado ao fato desta possuir também uma teoria do estado, em função dos pressupostos da estruturação. Partindo-se do argumento construtivista de que as unidades e a estrutura são mutuamente constituídas, pode-se dizer que qualquer teoria da estrutura sistêmica também deve ser uma teoria das unidades. A proposição central da teoria do estado de Waltz é que sob condições sistêmicas anárquicas, os estados vão se tornar unidades “semelhantes” – isto é, funcionalmente e estruturalmente similares. A forte circularidade da lógica da estruturação é ilustrada pelo fato de a teoria de Waltz da estrutura sistêmica partir do pressuposto de que as unidades são “semelhantes” como uma condição para a existência da anarquia (BUZAN *et al.*, 1993, p.37-47, 116-19).

A apresentação dessas críticas finais se dá no sentido de apresentar um painel geral acerca da discussão realizada contemporaneamente nas RI acerca do sistema internacional. Baseado nessas abordagens concorrentes e modelos, cheguei à conclusão de que, da forma como vem sendo realizada, a discussão não tenderá a ganhos teóricos no sentido uma proposta capaz de “conciliar” a diversidade, seja através do desdobramento do “fechamento da segunda camada”, seja através da inclusão de elementos construtivistas na teoria neorrealista. A forma como todas as perspectivas que foram abordadas no trabalho – sem mencionar uma infinidade de tantas outras perspectiva – não conseguem dar uma explicação consistente para o termo, fez com que eu recorresse à teoria de um autor pouco conhecido nas RI: o sociólogo alemão Niklas Luhmann.⁹⁴

⁹⁴ Nesse sentido, o único material encontrado que aborda o trabalho desse teórico e as RI é o livro *Observing International Relations* (ALBERT e HILKERMEIER, 2004) que integra a série *The New International Relations* da Routledge, editada por Barry Buzan e Richard Little.

O primeiro contato que tive com a teoria do autor foi em uma disciplina de Epistemologia das Ciências Sociais. Decorrente do fato de o debate acerca do sistema internacional ter se dividido ou por setores, ou pela lógica tripartite de sistema internacional, sociedade internacional e sociedade mundial, percebi na teoria dos sistemas sociais de Luhmann uma forma de superar esses entraves à compreensão do sistema internacional como uma totalidade.

O próximo capítulo busca fazer uma aproximação da teoria de Luhmann com a abordagem do sistema internacional. Desde já deixo claro que em nenhum momento estou sugerindo a adoção dessa perspectiva como superior à qualquer outra; no entanto, após quatro anos em contato com as RI e com as Ciências Sociais, a única alternativa que vislumbrei foi a de aproximar as duas, com a finalidade de enriquecer ambas disciplinas. Deste modo, no próximo capítulo procurarei fazer uma abordagem do sistema internacional a partir da teoria dos sistemas sociais de Luhmann.

TERCEIRA PARTE
A SOCIEDADE MUNDIAL

Essa última parte do trabalho apresenta uma abordagem alternativa do sistema internacional. Essa é possível através da aproximação entre a Teoria Sistêmica Moderna (TSM) do sociólogo alemão Niklas Luhmann e as Relações Internacionais.

De modo geral, conclui com um dos objetivos desse trabalho, o de efetivar a aproximação entre as Ciências Sociais e as Relações Internacionais, de modo a integrar quatro anos de estudos de graduação.

Por fim, a última parte apresenta as conclusões finais, de modo a propor algumas novas direções e abordagens às RI decorrentes da incorporação dos desenvolvimentos mais recentes no pensamento sistêmico à disciplina.

9 UMA ALTERNATIVA: A TEORIA SISTÊMICA MODERNA DE NIKLAS LUHMANN

A principal razão para apresentar mais uma abordagem do sistema internacional diz respeito ao fato de as RI terem sempre se beneficiado por teorias da sociedade, seja no caso de abordagens realistas influenciadas pela Sociologia (ARON, 1966), seja através da presença de elementos da teoria parsoniana no trabalho de Deutsch (1966; 1982) e outros. Mais recentemente, os debates estiveram bastante centrados na discussão de agente e estrutura, com vínculos com a teoria da estruturação de Giddens (WENDT, 1992). Portanto, a compreensão do sistema internacional sempre buscou elementos sociológicos a fim de desenvolver modelos explicativos adequados.

Como vimos ao longo do trabalho, noções como a de sociedade internacional e de sociedade mundial são centrais em algumas abordagens para a compreensão do sistema internacional (principalmente para a Escola Inglesa). Também ficou evidente a limitação dos modelos realistas estruturais para compreender mudanças mais recentes do sistema internacional. Apesar de os realistas estruturais (BUZAN *et al.*, 1993; BUZAN e LITTLE, 2000) buscarem superar limitações colocadas pelo desenvolvimento de abordagens concorrentes através da alternativa da divisão do sistema internacional por setores, sua proposta, assim como a dos construtivistas, não foi suficientemente coesa a fim de superar o que se propuseram: possibilitar uma abordagem que não fosse metodologicamente monista a fim de inserir elementos construtivistas no realismo e, desta forma, dar uma explicação suficiente das relações internacionais como um todo. No último capítulo, vimos que, apesar dos esforços e dos avanços bem sucedidos nesse sentido, uma explicação que compreendesse a totalidade das interações entre os setores propostos não foi alcançada; conseguiram somente propor a utilização de “lentes” que destacassem um (sub)sistema por vez.

Em sua definição de sistemas internacionais, Buzan e Little (2000) destacam a abordagem que utilizam ao ressaltar as características de que o sistema internacional contemporâneo seria um sistema internacional global, no sentido de que compreende todas as regiões geográficas do globo. Essa afirmação se dá no sentido de evidenciar que o

sistema internacional contemporâneo – seus contornos e dinâmicas – não são mais explicados de forma completa através dos modelos que descrevem o sistema internacional em termos westfalianos. Com isso, não estou, em nenhum momento, colocando em questão o poder explicativo desses modelos. Muito pelo contrário; em grande medida, esse trabalho enfatizou os modelos explicativos que possuem seu foco central na unidade territorial do estado. No entanto, grande parte das discordâncias acerca das abordagens do sistema internacional parte exatamente ou dessa característica ou de uma outra – a questão colocada pela Escola Inglesa da existência de uma norma superior a qual todos aderem.

São esses os dois pontos que dividem a discussão acerca das abordagens do sistema internacional e que se colocam como um entrave à consolidação de um sistema unificado na disciplina das RI. O debate realizado até agora nesse trabalho apresentou, em maior ou menor profundidade, questões relacionadas a três possibilidades – construtivistas, neorrealistas ou a “superação” de ambos. O presente capítulo propõe uma alternativa distinta – que parte da Sociologia – e que apresenta, pelo menos em um primeiro momento, não a superação, mas a desvinculação desse debate. Isso é possível através da teoria dos sistemas moderna (TSM) proposta pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann e sua concepção de sociedade mundial.

Desde o primeiro momento, acho importante enfatizar que não se trata de uma superação do problema, mas uma alternativa que possibilita a compreensão do sistema internacional e de outros termos (sociedade internacional e sociedade mundial) a partir de uma teoria da sociedade mundial.⁹⁵ Partindo-se dessa ideia, é difícil compreender por que o trabalho de Luhmann tem recebido pouca atenção nas RI.⁹⁶ Provavelmente um dos teóricos

⁹⁵ Vale ressaltar que os termos pelos quais compreende uma sociedade mundial são distintos daqueles pelos quais a Escola Inglesa a compreende, como veremos posteriormente.

⁹⁶ Dentre as principais justificativas para a baixa receptividade de Niklas Luhmann é o fato de seus trabalhos serem mais discutidos nos países nórdicos, Itália, Espanha e Japão, não tendo sido bem recepcionado pela tradição anglófona, ou seja, suas obras não foram traduzidas ou discutidas muito além das ciências sociais. Outro motivo pode ser percebido na complexidade de sua teoria – como teoria da sociedade – consiste em três conjuntos distintos de teorias conectados uns aos outros: uma teoria dos sistemas sociais, uma teoria da diferenciação social e uma teoria da evolução social.

contemporâneos da sociedade mais fervorosamente apoiado e criticado; até mesmo seus maiores opositores não negam o desenvolvimento de sua teoria e o poder explicativo da sua macro-teoria da sociedade. Portanto, sua teoria parece particularmente atraente para uma discussão que se propõe a compreender o sistema internacional completamente interconectado – ou seja, nos termos de Buzan e Little (2000) – de um sistema internacional completo. A teoria de Luhmann é especialmente interessante pelo fato de dialogar com as ciências da complexidade e por estar estabelecida também nos termos dos sistemas adaptativos complexos. Como colocado no primeiro capítulo, o pensamento sistêmico de Luhmann está fortemente vinculado às compreensões de Maturana e Varela (1997).

Esse capítulo se propõe, portanto, a realizar uma aproximação entre a TSM e as RI através do pensamento sistêmico contemporâneo; ou seja, à apresentação da teoria da sociedade mundial de Luhmann. O capítulo não vai, no entanto, apresentar de forma detalhada a TSM do autor. Tem caráter meramente introdutório e sugestivo, de modo a possibilitar um fechamento da discussão acerca dos sistema internacional que foi realizada até agora. Não só isso, encerra ainda a tentativa inicial de aproximação entre os dois cursos – Ciências Sociais e Relações Internacionais –, uma vez que é uma teoria da *sociedade mundial*.

Para tanto, a primeira seção procura indicar uma forma de se reduzir a complexidade da realidade de modo a sugerir um modelo compreensivo das relações internacionais. A segunda propõe uma forma pela qual a TSM pode ser útil ao debate acerca do sistema internacional nas RI. A terceira seção aborda em maior profundidade as formas de reduzir a complexidade do sistema internacional através dos termos da sociedade mundial. Por fim, a última seção apresenta a perspectiva de uma sociedade mundial como um sistema adaptativo complexo.

9.1. Luhmann e as Relações Internacionais: ou como reduzir a complexidade do mundo real

Luhmann (1990) se denomina um construtivista radical. No entanto, sua concepção é distinta daquela dos construtivistas das RI. O construtivismo radical de Luhmann está fundamentalmente preocupado com a questão do conhecimento. A partir dessa perspectiva, o papel da ciência na sociedade seria o da observação (no caso das RI, observação das relações internacionais). A observação não seria, no entanto, um processo passivo de mera recepção e espelhamento da realidade, mas um processo ativo de “distinção e definição” (LUHMANN, 1990, p.73). Portanto, nas RI, a observação científica é um processo produtivo no sentido de que gera sempre um modelo das relações internacionais.

Ashley (1988) faz uma crítica às RI no que diz respeito a esse ponto. O autor destaca a vinculação da disciplina à política internacional em função da reprodução constante da ideia do estado como unidade territorial definitiva, bem como do sistema anárquico no qual estão os estados. Grande parte dos trabalhos categorizados sob a perspectiva “pós-estruturalista” estão preocupados com esse tipo de observação de segunda ordem de uma disciplina dentro da disciplina, ao ponto que os construtivistas sociais tentaram explicar e compreender o mundo exterior ao estado.

Ashley retoma Foucault (1987) ao colocar que o mundo não é um “cúmplice” do nosso conhecimento e que o discurso, longe de estar baseado nas “coisas”, deve ser concebido como “uma prática que impomos às coisas”. O “conhecimento” é, portanto, construído no discurso. Como na TSM, evidentemente existe um mundo material exterior, mas nunca poderemos conhecê-lo objetivamente; poderemos conhecê-lo somente através dos modelos que produzimos nos sistemas de conhecimento nos quais estamos imersos. De modo geral, o conhecimento – sistêmico ou discursivo – está baseado em uma “violência originária”, a qual força a realidade a se adequar a uma construção particular da realidade.

Essa compreensão é importante na medida em que Luhmann, assim como Foucault, abandona a distinção clara entre o cientistas enquanto sujeito e a realidade social como objeto da Ciência. Se a Ciência também é um sistema social, então qualquer observação do social está baseada nos códigos do sistema científico e é, necessariamente, uma

construção. Enquanto que, para Foucault (1987), a realidade não possui uma superfície compreensível (no sentido de legível), Luhmann (1990) recorre ao biólogo cognitivo Humberto Maturana a fim de esclarecer essa afirmação. Como qualquer outro sistema social, a Ciência também precisa reduzir a complexidade do mundo real e não está, portanto, lidando com um objeto independente da realidade, mas com uma construção particular dessa realidade. Os sistemas, deste modo, existem na realidade e não são construções analíticas.

Portanto, Luhmann compreende que o conhecimento pode ser realizado através da “problematização das distinções” e das contextualizações históricas das formas que estas tomam (*apud* LEE, 2000), bem como pela contribuição com observações que os outros não são capazes de fazer em função de estarem imersos em sistemas distintos (1990, p.91). A análise das relações internacionais deveria se focar, portanto, na produção das unidades territoriais soberanas em, e em relação a, um contexto anárquico, com as distinções subjacentes de soberano/não-soberano e interno/externo (ALBERT e HILKERMEIR, 2004, p.25).

Para Luhmann o conhecimento é produzido através da prática da observação e distinção (no sentido de categorização, classificação, denominação). Cada sistema, através da comunicação, desenvolve e depois reproduz um código básico (por exemplo, legal/ilegal no sentido do Direito). Isso é necessário para que o sistema “reconheça” a informação e se reproduza (LUHMANN *apud* LEE, 2000). Esse código transforma situações “análogas” em “digitais” a fim de ser capaz de processá-las dentro do sistema (LUHMANN *apud* LEE, 2000). Ao fazê-lo, possui duas funções: por um lado, produz a realidade como observação; por outro lado, torna essa compreensível e a transforma na regra que permite e conduz as observações. Um código é, deste modo, uma regra produtiva: ele diz ao sistema (enquanto é reproduzido pelo sistema) como observar a realidade ao mesmo tempo em que possibilita que a realidade exista.⁹⁷

⁹⁷ Uma leitura construtivista de Foucault possibilita uma compreensão parecida. Os discursos permanecem coesos em função de regras que determinam o que faz sentido dentro de um discurso. Isso está diretamente relacionado à “arqueologia do conhecimento” postulada pelo autor, através da qual se descobre o “jogo de regras” que possibilita o “surgimento dos objetos” – como, no caos das RI, o estado (FOUCAULT, 1987,

9.2. Como a TSM pode ajudar na compreensão das relações internacionais

Nas RI, a noção de sociedade tem papel importante e é utilizada de maneiras diversas como sociedade internacional, sociedade civil internacional, sociedade mundial, entre outras. É natural, portanto, que o interesse por conceitos como sociedade, bem como pelas teorias sociológicas da sociedade tenha aumentado significativamente nas RI nos últimos tempos. Disto decorre um dos pontos principais pelo qual a TSM, constituindo-se uma das teorias da sociedade mais bem desenvolvidas atualmente, pode ajudar na compreensão do sistema internacional e das relações internacionais como um todo. Não obstante, a TSM não concebe a noção de sociedade como vinculada ao estado territorial como ponto de partida; pelo contrário, compreende a sociedade como sociedade mundial desde o princípio.

Como vimos ao longo do trabalho, as RI reconhecem as mudanças estruturais ocorridas no sistema internacional no pós-Guerra Fria e a complexificação das conexões e influências mútuas entre as unidades do sistema, de modo que reconhece que mudanças dos processo sociais podem ser descritas pelo desenvolvimento de uma sociedade “internacional” ou “mundial” ao invés de transformações do “sistema internacional” (BUZAN e LITTLE, 2000). As RI necessitam, no entanto, de aparato teórico que possa oferecer uma, dentre tantas outras, descrição compreensiva desses processos múltiplos e concomitantes. A TSM pode ser útil exatamente nesse ponto, uma vez que, diferentemente do que vimos até agora, não busca combinar abordagens concorrentes em um todo coerente denominado de sistema internacional, mas parte de uma teoria da sociedade mundial e compreende essas interações e processos como resultado da diferenciação através dessa sociedade, bem como de sua evolução.

p.50). No discurso das RI, as regras que possibilitariam o surgimento do estado são aquelas da subjetividade e soberania, ambas as quais só podem funcionar com base na dicotomia sujeito/não-sujeito (objeto) e soberano/não-soberano (anárquico). O que está em jogo aqui são regras que nos permitem falar da realidade de modos particulares e que, desta forma, torna esse mundo passível de existência em função deste possuir um significado para nós, de modo a reduzir sua complexidade.

A perspectiva é, portanto, intrinsecamente diferente: de um lado, as RI percebem uma sociedade que não só é construída sobre, mas que também emerge de um sistema internacional; do outro lado, a perspectiva da TSM compreende que um sistema internacional de estados pode formar a expressão de algum tipo de diferenciação interna da sociedade mundial, mas que de nenhuma maneira está fundada sobre esse sistema.

9.3. Como a TSM pode ajudar na redução da complexidade do sistema internacional

Como colocado no início do capítulo, o sistema internacional contemporâneo não pode ser explicado unicamente como a esfera ordenada que os realistas o compreendiam. Longe disso, ele se assemelha mais a um amálgama “fragmentado” e “bifurcado” (ROSENAU, 1997) de unidades, estruturas e processos. Os debates na disciplina à respeito da complexificação do sistema – a qual alguns chamam de globalização e transnacionalização em função de não conseguirem descrever de forma mais adequada o fenômeno – envolve a própria disciplina em uma crise de identidade (DUNNE *et al. apud* ALBERT e HILKERMEIR, 2004).

Lidar com a complexidade da realidade contemporânea põe em cheque a *raison d'être* das RI, no sentido de que questiona a possibilidade de se estabelecer uma noção adequada de um sistema internacional como algo distinto do campo da política e/ou da sociedade em geral (ALBERT e HILKERMEIR, 2004, p.15). As dificuldades de se continuar buscando a descrição de um objeto complexo como o sistema internacional, onde as especificidades do *internacional* se tornam cada vez menos visíveis e o *sistema* permanece não teorizado ou, na melhor das hipóteses, compreendido somente nos termos de sistemas cibernéticos simples (JERVIS, 1997, p.29-91), explica, em parte, porque a disciplina tem recorrido a novos métodos.

Nesse sentido se deram as tentativas empreendidas por alguns autores vistos nesse trabalho. As explicações para as noções de “internacional” e de “sociedade mundial” apresentadas pela Escola Inglesa e pelos realistas estruturais (BUZAN *et al.*, 1993) deixam bastante claro as fragilidades que uma ideia de um sistema internacional como

um sistema de estados possui atualmente. Além disso, apesar de as noções de internacional e sociedade mundial estarem voltadas para uma vontade cada vez maior de adaptar o vocabulário das RI às complexidades dos processos e estruturas globais para além do sistema de estados, é preciso colocar que o próprio conceito de sociedade permanece pouco teorizado nesse contexto tanto quanto as noções de sistema no sentido de um sistema internacional. Ou seja, ao mesmo tempo em que se admite a existência de algum tipo de sociedade que transgride os limites nacionais e que pode possibilitar novos campos para a teorização em direção a uma compreensão de uma perspectiva global da mudança, as teorias das RI dão pouca atenção para as teorias da sociedade mais modernas.⁹⁸

Em função de se valerem de concepções clássicas da sociedade, como percebemos através da análise da forma como esses termos têm sido usados nas RI a fim de compreender o sistema internacional, todas essas teorias apresentam duas falhas estruturais que limitam a sua aplicação a uma sociedade mundial.

Por um lado, percebem as bases da noção de sociedade em processos historicamente contingentes, como a construção de uma identidade coletiva e a formação de sistemas legais nacionais fechados, que sustenta a evolução do estado-nação moderno no século XIX (ALBERT e HILKERMEIR, 2004, p.19). Por outro lado, sistematicamente excluem da sua concepção de sociedade fatos sociais que não podem ser explicados pela noção de integração. Essa última é particularmente evidente no uso feito pela Escola Inglesa da noção clássica de sociedade como uma esfera integrada normativamente em relação a uma sociedade de estados, onde o comportamento estratégico, que não pode ser

⁹⁸ Não significa dizer que os teóricos das RI não possuem uma noção do que é uma sociedade, mas utilizam o termo através das concepções menos críticas e mais clássicas de sociedade, as quais estão intimamente vinculadas ao estado-nação (*nacionalismo metodológico* nos termos de Ulrich Beck). Essas teorias da sociedade possuem uma noção clássica da sociedade, que percebem como algo integrado por normas compartilhadas e por uma identidade coletiva – por exemplo, teorias da sociedade que vão desse Durkheim, Simmel e Weber e que passam por Parsons para chegar até Habermas. Enquanto que o núcleo dessas teorias é como a sociedade se mantém coesa frente a tendências desintegrativas inerentes aos processos de modernização, racionalização e individualização, suas respostas gerais estão relacionadas a atribuição de um potencial integrativo a uma forma de comunidade. Somente a partir desse ponto as respostas são divergentes no que diz respeito ao que faz essa comunidade integrativa, alguns enfatizando valores compartilhados e/ou identidade étnica, um esquema constitucional compartilhado, etc.

concebido como comportamento legal (no sentido de estar de acordo com as leis), é relegado à esfera (mais básica) do sistema internacional que não faz parte da sociedade (BUZAN *et al.*, 1993). Esse tipo de atitude reflete um problema básico das teorias clássicas da sociedade e que está refletida na sua utilização nas RI, de modo que estas não conseguem explicar adequadamente as inter-relações entre sociedade internacional, sociedade de estados e sistema interacional destacadas ao longo de todo o trabalho.

No entanto, se uma teoria social busca compreender os processos sociais de forma irrestrita, deve ser capaz de descrever qualquer tendência desintegrativa dentro da sociedade, ao invés de excluí-la da noção de sociedade por definição. Nesse sentido que se dão as tentativas de empregar a noção de sociedade em relação ao complexo sistema global contemporâneo. A sociedade mundial é compreendida como algo que existe próximo das sociedades nacionais, mas, através de um comprometimento com os questões internacionais, está baseada na mesma dinâmica básica da integração normativa (BULL, 1977); uma sociedade internacional de estados está colocada de forma separada das sociedades nacionais, mas ainda assim representada de acordo com a imagem correspondente ao modelo da sociedade nacional (ALBERT e HILKERMEIR, 2004, p.19).

O que está faltando é a noção e a teoria de uma sociedade global que percebe o sistema internacional como um todo e que não renega processos não integrados ou não-integrativos ao “exterior” da sociedade, mas que os inclua como fenômenos a serem explicados por uma teoria da sociedade. Da mesma forma, qualquer teoria da sociedade mundial que leve em consideração as inúmeras transgressões dos limites nacionais (as quais constituem os processos de internacionalização e que foram foco de discussão em inúmeros capítulos desse trabalho em função de serem objeto de estudo das RI) não deve conceber uma sociedade mundial como algo que exista próximo às sociedades nacionais (ou ao sistema internacional, ou à sociedade internacional), mas deve ser capaz de dar conta da existência de estados-nação e da proeminência da imagem de sociedades nacionais através da sociedade mundial.

É nesse sentido que a utilização da TSM é proposta aos estudantes das relações internacionais. Essa compreende a sociedade mundial como a única sociedade existente atualmente, colocada como o sistema de ordem mais alta possível; as relações internacionais não podem ser vistas, portanto, como externas à sociedade mundial, mas devem ser compreendidas como parte e parcela desta (ALBERT e HILKERMEIR, 2004, p.25). Para tanto, a próxima seção procura estabelecer uma noção do sistema internacional enquanto sociedade mundial, nos termos da TSM de Luhmann.

9.4. Sistemas sociais complexos e a sociedade mundial

Através da perspectiva da TSM, todos os sistemas sociais são constituídos pela diferença entre sistema e entorno (ambiente) e são sistemas comunicacionais (LUHMANN *apud* LEE, 2000). A comunicação - enquanto combinação entre informação e compreensão - constitui-se na operação básica dos sistemas sociais (LUHMANN, 1995). Em contraste aos modelos unilineares de envio e recebimento de mensagem, os quais prescrevem atos comunicativos a pessoas e à perlocução (DEUTSCH, 1966, p.86); Luhmann compreende a comunicação como sendo produzida e reproduzida em redes recursivas de comunicação. É exatamente essa rede recursiva que delimita a unidade de um sistema.

A partir das ideias de autopoíese e de auto-referência apresentadas no primeiro capítulo, originalmente desenvolvidas por Maturana e Varela (1997), Luhmann (1990) percebe a comunicação como sendo produzida somente dentro do sistema. Nenhuma comunicação “entra” em um sistema sem que ele a observe e selecione e então a “produza” dentro do próprio sistema. A partir dessa perspectiva, “ação” e “causalidade” não formam processos comunicativos elementares na sociedade, mas são meramente formas de observação e atribuições comunicativas de ação e causalidade dentro de um sistema social.

Se os sistemas sociais são constituídos pela comunicação e somente pela comunicação, então a sociedade é a ordem de sistema social mais alta e que abrange toda a comunicação. Não há comunicação fora da sociedade ou entre a sociedade e os sistemas

em seu entorno. Com o intuito de definir o que é a sociedade enquanto sistema social mais alto constituído por, e que compreende todas as comunicações, não é possível se valer de qualquer forma de associação, população, característica geográfica ou coisa externa ao sistema não constituída pela comunicação. Por isso, a noção de sociedade da TSM é radicalmente construtivista (LUHMANN *apud* LEE, 2000). Portanto, a possibilidade de toda comunicação ser compreendida por toda comunicação através de todo o globo terrestre resulta na compreensão de que atualmente há somente uma única sociedade nesses termos, a qual é denominada como sociedade mundial (LUHMANN *apud* LEE, 2000).

Essa descrição altera significativamente o foco da teoria da sociedade como descrito anteriormente, uma vez que um sistema global que abrange toda a comunicação não pode ser compreendido como uma unidade, muito menos como uma unidade coesa. Até então, todas as tentativas de explicação do sistema internacional convergiram para a explicação da integração em um todo único. A compreensão do sistema internacional enquanto sociedade mundial resulta na alteração da pergunta: o problema central não diz mais respeito à forma como a sociedade é mantida coesa, mas passa a se preocupar com a explicação de como essa sociedade é diferenciada internamente ao mesmo tempo em que forma uma totalidade: “o verdadeiro desafio para a teoria da sociedade mundial é demonstrar como desigualdades extremas podem ser analisadas como diferenciação interna de um sistema social” (STICHWEH, 2000, p.31).⁹⁹

Em outras palavras, o desafio não é como algo estável (ou seja, aparentemente estabilizado e capaz de se reproduzir) se mantém coeso; mas como, dada a complexidade da comunicação e dado que qualquer ato comunicativo pode ser aceitado ou rejeitado (e, deste modo, a comunicação continuar ou não), a comunicação permanece acontecendo e formas sociais mais ou menos estáveis evoluem (essa é a compreensão da ordem afastada do equilíbrio de Prigogine – ou seja, como o sistema internacional enquanto sistema

⁹⁹ De forma análoga, pode-se pensar nos termos das estruturas dissipativas de Prigogine (1967; 1980). Luhmann insere o elemento de uma ordem afastada do equilíbrio. Mesmo que a ideia vá de encontro à concepção clássica de uma sociedade coesa enquanto um todo, em função de apresentar uma sociedade multi-compartimentada em sistemas funcionalmente distintos, essa sociedade mantém-se uma afastada do que compreende-se por equilíbrio.

aberto permanece existindo ordenadamente ao longo do tempo afastado do equilíbrio).

Como mencionado acima, o sucesso da comunicação está baseado em alguns processos. A existência da mídia (no sentido de meio, forma) impressa (no sentido de registrada, escrita) é uma pré-condição para o sucesso da comunicação. No entanto, esta não garante o sucesso da comunicação, principalmente no que diz respeito à comunicação “desconfortável” (compreendida como uma obrigação a ser cumprida); dado que, para a sociedade contemporânea como um todo, isso é cada vez menos possível de ser garantido através da religião e de valores comuns compartilhados (enquanto mídias simbólicas).

Nesse sentido, a mídia simbólica generalizada da comunicação assume um papel central na sociedade contemporânea. Através da geração de mídia específica para sistemas funcionais, como a moeda legal no sistema econômico, a verdade no sistema científico ou o poder no sistema político, providenciam um “equivalente funcional para a garantia normativa usual da coesão social” (LUHMANN *apud* LEE, 2000). Essa mídia condiciona as probabilidades de aceitação e rejeição da comunicação, favorecendo sua aceitação. Deste modo, gradativamente substituindo a moralidade, a qual não é possível de ser mantida sob a condição de sistemas diferenciados em sua função (LUHMANN *apud*, LEE, 2000). Por exemplo, no sistema econômico a comunicação só pode ser estabelecida se condicionada e motivada através da mídia “moeda legal”.

Como Stichweh (2000, p.14) coloca, a teoria da sociedade de Luhmann não busca explicar algum tipo de homogeneidade do social, mas como essa sociedade se mantém, de alguma forma, integrada apesar de sua heterogeneidade. Deste modo, a sociedade mundial alcança sua unidade somente através da sua diferenciação interna e não em função de qualquer motivação integrativa. Em contraste às sociedades estratificadas ou diferenciadas por setores, a sociedade contemporânea é diferenciada funcionalmente.¹⁰⁰

Cada subsistema funcional da sociedade (seja o direito, a política, a economia, a religião, etc.) é caracterizado por uma função específica, por um código específico e por um meio

¹⁰⁰ Vale destacar aqui que as sociedades estratificadas são as mais diversas, ao ponto que a sociedade contemporânea é uma só.

de comunicação (mídia) específico. Mesmo assim não há um quadro normativo geral que possibilite a compreensão da sociedade mundial como um todo integrado (como colocariam os construtivistas e os teóricos da Escola Inglesa); esta adquire sua unidade somente através da sua diferenciação interna. Isso também significa dizer que nenhum sistema tem como função a responsabilidade de integrar a sociedade existente; papel geralmente prescrito ao sistema político.

A razão para se utilizar a TSM nas RI reside, portanto, no fato dessa oferecer um modelo teórico que permite a compreensão dos processos observados nas RI no contexto de uma totalidade com significado (sem exigir qualquer noção de um “todo integrado” para esse propósito). Deste modo, a noção de sistemas funcionais operativamente fechados ajuda a conceituar a relação entre os sistemas político e econômico da sociedade mundial. Também permite a compreensão dos processos de diferenciação por região (como na organização internacional e no sistema de estados) e diferenciação por função (através da institucionalização internacional) através do sistema político, sem ter que, para isso, recorrer a ideias teóricas instáveis como o pluralismo de tendências “contraditórias” ou à noção de uma dialética que conduz as mudanças sociais.

Não obstante, possibilita uma forma de compreender tendências aparentemente divergentes, ou até contraditórias, como desenvolvimentos que podem e devem ser explicados através de uma teoria da sociedade mundial que não leve a entraves e pontos teóricos sem saída. A desintegração de estados e a formação de outros, a ocorrência simultânea da “globalização/desnacionalização” e regionalização, as dinâmicas de cooperação internacional através da institucionalização e o conflito internacional não devem colapsar analiticamente no complexo caótico da noção de sistema internacional. Pode, ao contrário, ser melhor descrito como instâncias da diferenciação da sociedade mundial (por exemplo a diferenciação em subsistemas funcionais e a interação de formas de diferenciação funcionais e regionais em vários níveis sistêmicos – a organização sistêmica funcional) e dentro de cada sistema funcional dessa sociedade.

Ao invés de pôr em conflito a operação dos sistemas político com o econômico em uma “economia política internacional” ou através da percepção da economia e da política

como esferas de “interesses” concorrentes; a autonomia operativa da economia e da política como sistemas auto-referentes possibilita um foco mais restrito acerca dos limites da política sob as condições de comunicação da economia (as quais são produzidas somente pela observação no interior do sistema econômico e não no do político).

O sistema internacional compreendido como sociedade mundial é, portanto, um sistema aberto (no sentido de ser diferenciado em inúmeros sistemas funcionais internos que se influenciam mutuamente e que respondem a essas influências de modo a continuarem existindo) que se mantém uno (no sentido de reter suas características de sistema internacional por formar um sistema auto-referente que se diferencia de seu contexto, ou seja, cria limites) ao longo do tempo, mesmo que afastado do equilíbrio (pois é capaz de se auto-referenciar e manter sua ordem interna através da diferenciação funcional de cada um dos seus sistemas – econômico, político, cultural, etc. – de modo a constituir uma ordem).

As implicações e considerações decorrentes dessa compreensão geral do sistema internacional são o tema das considerações finais.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal conclusão proveniente da abordagem do sistema internacional enquanto sociedade mundial nos termos da Teoria Sistêmica Moderna de Niklas Luhmann (1990) é **o estabelecimento do sistema internacional enquanto um sistema uno e total – apesar da sua abertura e diferenciação funcional –, do que decorre a consolidação de uma disciplina própria para o seu estudo**. Esse sistema, apesar de diferenciar-se em inúmeros outros, engendra uma lógica totalizante que une todos sob o que pode-se denominar como sistema internacional (nos termos da sociedade mundial) e que constitui um dos principais objetos de estudo das RI; ou seja, constitui um núcleo duro e coeso ao redor do qual a disciplina pode se desenvolver.

A abordagem do sistema internacional enquanto sociedade mundial nos termos da Teoria Sistêmica Moderna de Luhmann traz avanços significativos no que diz respeito à constituição da disciplina de RI em termos de um sistema consolidado. *A TSM possibilita que o foco dos estudos em relação ao sistema internacional deixe de ser aquele no sentido de compreender como este se mantém integrado para passar a ser a forma de compreender como o sistema recorre à diferenciação funcional a fim de se constituir como uma totalidade*. O objeto da disciplina é enriquecido por uma perspectiva sociológica, ao mesmo tempo em que mantém a diferenciação em outros inúmeros sistemas.

Não obstante, *a TSM possibilita a conciliação de alguns argumentos apresentados por realistas e construtivistas no que tange à concepção do sistema internacional, uma vez que desvincula sua existência tanto da unidade territorial quanto da adesão a uma norma geral comum*.

A análise das principais discussões referentes às abordagens do sistema internacional no que tange sua utilização nas Relações Internacionais evidenciou ainda que *a utilização do pensamento sistêmico nas Relações Internacionais se deu mais fortemente através da concepção do sistema internacional nos termos da cibernética*. Apesar disso, muito se avançou no desenvolvimento do pensamento sistêmico. Resta aos estudantes das relações

internacionais estabelecerem novas pesquisas no que tange à incorporação desses desenvolvimentos mais recentes à teoria das RI.

Nesse sentido, é relevante destacar que *o sistema internacional, enquanto objeto da disciplina de RI, engendra um grau de complexidade significativo, que não permite uma única abordagem ou uma única perspectiva*. Apesar de os teóricos das RI procurarem estabelecer concepções concorrentes, todas se detiveram no mesmo modelo explicativo da realidade. As tentativas mais avançadas, como a do realismo estrutural, acabaram incorrendo em tentativas de conciliar concepções concorrentes, de modo que resultaram em concepções metodologicamente pouco coesas como as que criticaram. O grau de complexidade da realidade das relações internacionais também pode se valer dos desenvolvimentos e técnicas do que tem sido denominado como ciências da complexidade. Disso decorre a necessidade das RI enquanto disciplina de buscar auxílio em outras disciplinas ao invés de deter-se majoritariamente na análise no sistema político internacional.

Por fim, é inevitável enfatizar os obstáculos decorrentes da abordagem de um tema tão vasto e complexo como o sistema internacional. Dentro da medida do possível, espero ter conseguido evitar ou transpor diversas limitações dessa discussão. No entanto, tenho certeza que incorri em inúmeras outras, as quais espero serem indicadas e, se possível, tratadas em estudos posteriores.

Longe de propor um ponto final à discussão realizada até aqui – e tendo-se em mente as dificuldades e limitações inerentes já mencionadas –, a aproximação entre a TSM e as RI sugere diversos caminhos a serem explorados. Nesse sentido se dariam estudos acerca das transformações da soberania em uma sociedade mundial; das possibilidades e limitações de uma possível “governança global”; da existência de um sistema de guerras fundado em sistemas militares auto-referentes; das concepções de poder na sociedade mundial; e das organizações internacionais em uma sociedade mundial. Essas sugestões são simples, mas decorrem todas da aproximação iniciada na última parte do trabalho e a qual espero que os estudantes das relações internacionais tenham ainda muito a contribuir.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Mathias; HILKERMEIER, Lena (orgs.). *Observing International Relations: Niklas Luhmann and World Politics*. London: Routledge, 2004.

ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James S. *The Politics of the Developing Areas*. Princeton: Princeton University Press, 1960.

ARON, Raymond. *Peace and War: A Theory of International Relations*. New York: Doubleday, 1966.

ASHBY, W. Ross. *Introdução à Cibernética*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ASHLEY, Richard. The Poverty of Neorealism. In: *International Organization*, 38/1, p.225-86, 1988.

BÁNÁTHY, Béla. *Designing Social Systems in a Changing World*. Berlin: Springer, 1996.

BÁNÁTHY, Béla. *Guided Evolution of Society: A Systems View*. Berlin: Springer, 2000.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society*. London: Macmillan, 1977.

BUZAN, Barry. From International System to International Society: Structural Realism and Regime Theory Meet the English School. In: *International Organization*, 47/3, p.327-52, 1993.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. *International Systems in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. *The Logic of Anarchy: neorealism to structural realism*. New York: Columbia University Press, 1993.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTELLANI, Brian; HAFFERTY, Frederic. *Sociology and Complexity Science: A New Field of Inquiry*. Berlin: Springer, 2009.

CHECKLAND, Peter. *Systems Thinking, Systems Practice*. New Jersey: Wiley Editors, 1981.

DAVIS, Kingsley. The Myth of Functional Analysis as a Special Method in Sociology and Anthropology. In: *American Sociological Review*, 24/6, p.757-72, 1959.

DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo. In: CHÂTELET, F. História da filosofia: idéias, doutrinas VIII (o século XX). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

DEUTSCH, Karl W. Análise das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DEUTSCH, Karl W. The Nerves of Government: models of political communication and control. New York: The Free Press, 1966.

DEUTSCH, Karl W.; SINGER, J. David. Multipolar power systems and international stability. In: World Politics, 16/4, p.390-475, 1964.

DIAMOND, Jared. Armas, Germes e Aço. São Paulo: Editora Record, 2009.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey. New York: Longman, 2001.

EASTON, David. An Approach to the Analysis of Political Systems. In: World Politics, 9/3, p.383-400, 1957.

EASTON, David. Modalidades de Análise Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

EASTON, David. Uma Teoria da Análise Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

ELSTER, Jon. Merton's Functionalism and the Unintended Consequences of Action. In: CLARK *et al.* (org.). Robert Merton: Consensus and Controversy. London: Falmer Press, 1990.

FLICKINGER, Hans-Georg; NEUSER, Wolfgang. Teoria de Auto-Organização: as Raízes da interpretação construtivista do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FRANÇOIS, Charles (ed.). International Encyclopedia of Systems and Cybernetics. München: K. G. Sauer, 1997.

GADDIS, John L. The Long Peace: Inquiries into the history of the Cold War. New York: Oxford University Press, 1987.

GALL, John. The Systems Bible: The Beginner's Guide to Systems Large and Small. Washington: General Systemantics Press, 2003.

GHARAJEDAGHI, Jamshid. *Systems Thinking: Managing Chaos and Complexity - A Platform for Designing Business Architecture*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2005.

- HEALY, Brian; STEIN, Arthur. The balance of power in international history: theory and reality. In: *The Journal of Conflict Resolution*, 17/3, p.57-101, 1973.
- HOFFMANN, Stanley. *Gulliver's trouble, or the setting of American Policy*. New York: McGraw-Hill, 1968.
- HOFFMANN, Stanley. Weighing the Balance of Power. In: *Foreign Affairs*, 50/7, p.618-43, 1972.
- HOLMWOOD, John. *Functionalism and its Critics*. In: HARRINGTON, A. *Modern Social Theory: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HOPF, Ted. Polarity, the Ofense-Defense Balance, and War. In: *American Political Science Review*, 85/6, p.474-93, 1991.
- JERVIS, Robert. *System Effects: Complexity in Political and Social Life*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- KAPLAN, Morton A. *System and Process in International Politics*. New York: First Science Editions, 1964.
- KEGLEY, Charles; WITTKOPF, Eugene. *American Foreign Policy: pattern and process*. Basingstoke: Macmillan, 1987.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- KEOHANE, Robert O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and Interdependence revisited. In: *International Organisation*, 42/4, p. 725-53, 1987.
- KRASNER, Stephen D. State power and the structure of international trade. In: *World Politics*, 28/3, p.317-47, 1976.
- LEE, Daniel. The Society of Society: the grand finale of Niklas Luhmann. In: *Sociological Theory*, 18/6, p.320-30, 2000.
- LIJPHART, Arendt. Karl W. Deutsch and the new paradigm in International Relations. In: MERRITT, Richard; RUSSET, Bruce (orgs.). *Londres: Allen & Unwin*, 1981.
- LITTLE, Richard. The Systems Approach. In: SMITH, Steve (org.). *International Relations: British and American Approaches*. Oxford: Blackwell, 1985.

- LUHMANN, Niklas. *Essays on self-reference*. New York: Columbia University Press, 1990.
- LUHMANN, Niklas. *Social systems*. California: Stanford University Press, 1995.
- MANSFIELD, Edward. Concentration, Polarity, and the Distribution of Power. In: *International Studies Quarterly*, 37/10, p.105-28, 1993.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *De máquinas e seres vivos – autopoiese: a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MEADOWS, Donella. *Thinking in Systems – A primer*. London: Earthscan, 2008.
- MEARSHEIMER, John. Back to the future: instability in Europe after the Cold War. In: *International Security*, 15/6, p.5-7, 1990.
- MONTEIRO, Nuno P.; RUBY, Keven. IR and the false promise of philosophical foundations. In: *International Theory*, 1/1, p.14-48, 2009.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations*. New York: Knopf, 1973.
- PARSONS, Talcott. *The social system*. Nova York: The Free Press, 1968.
- PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. Rio de Janeiro: DIFE, 1979.
- PRIGOGINE, Ilya. “Dissipative Structures in Chemical Systems”. In: CLAESSON, Stieg (ed.). *Fast Reactions and Primary Processes in Chemical Kinetics*. New York: Interscience, 1967.
- PRIGOGINE, Ilya. *From Being to Becoming*. San Francisco: Freeman, 1980.
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Paula. *Order out of Chaos*. New York: Bantam, 1984.
- REYNOLDS, Philip A. *An Introduction to International Relations*. London: Longmans, 1994.
- RODRIGUES, Léo Peixoto. A (des)estruturação das estruturas e a (re)estruturação dos sistemas: uma revisão epistemológica crítica. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de (Orgs.). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 35-67.

- ROSECRANCE, Richard. Bipolarity, Multipolarity, and the Future. In: *Journal of Conflict Resolution*, 10/9, p.318-380, 1966.
- ROSENAU, James. *Along the Domestic-Foreign Frontier: Exploring Governance in a Turbulent World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- RUGGIE, John. Continuity and transformation in the world polity: towards a neorealist synthesis. In: *World Politics*, 35/2, p.261-85, 1983.
- RUGGIE, John. *Constructing the World Polity: essays on international institutionalisation*. London: Routledge, 1998.
- SAPERSTEIN, Alvin. The Long Peace: result of a bipolar competitive world? In: *Journal of Conflict Resolution*, 35/3, p.68-89, 1991.
- SINGER, J. David. The Level-of-Analysis Problem. In: *World Politics*, 14/1, p. 77-92, 1961.
- SINGER, J. David; SMALL, Melvin. The composition and status ordering of the international system 1815-1940. In: *World Politics*, 18, p. 236-82, 1966.
- SKYTTNER, Lars. *General Systems Theory: Problems, Perspectives, Practice*. New Jersey: World Scientific Publishing Company, 2005.
- STICHWEH, Rudolph. On the genesis of world society. In: *Distinktion*, 1, p. 27-38, 2000.
- WALTZ, Kenneth N. International Structure, National Force, and the Balance of Power. In: *Journal of International Affairs*, 21/2, p.220-87, 1967.
- WALTZ, Kenneth N. *Man, the State, and War: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 1959.
- WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, Inc., 1979.
- WATSON, Adam. *The evolution of international society*. London: Routledge, 1992.
- WELTMAN, John. *Systems Theory in International Relations: A Study in Metaphoric Hypertrophy*. Kentucky: Lexington Book, 1973.
- WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. In: *International Organization*, 46/2, p.391-425, 1992.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade – o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1984.

WILSON, Brian. *Systems: Concepts, Methodologies and Applications*. New Jersey: Wiley Editors, 1990.

VENTURA, Carla. The systems approach to the pluralist theory of international relations: a case study of the European Union. In: *Systems Practice Act Res.*, 19/1, p.475-87, 2006.

YOUNG, Oran. Political discontinuities in the international system. In: *World Politics*, 20/4, p.369-98, 1968.